

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM PSICOLOGIA**

RENATA LAGROTTA FRANCO

**ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS: ANÁLISE DO PERFIL CRIMINAL E DA
REPETIÇÃO DE ABUSOS**

CAMPINAS

2022

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM PSICOLOGIA**

RENATA LAGROTTA FRANCO

**ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS: ANÁLISE DO PERFIL CRIMINAL E DA
REPETIÇÃO DE ABUSOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientadora: Prof.(a) Dr.(a) Solange Muglia Wechsler.

**CAMPINAS
2022**

Ficha catalográfica elaborada por Adriane Elane Borges de Carvalho CRB 8/9313
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

364.15554 Franco, Renata Lagrotta
F825a

Abusadores sexuais de crianças: análise do perfil criminal e da repetição de abusos / Renata Lagrotta Franco. - Campinas: PUC-Campinas, 2022.

171 f.: il.

Orientador: Solange Muglia Wechsler.

Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Crime contra a criança. 2. Crime sexual. 3. Pedofilia. I. Wechsler, Solange Muglia. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

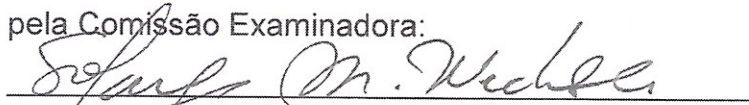
CDD - 22. ed. 364.15554

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM PSICOLOGIA

RENATA LAGROTTA FRANCO

ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS: ANÁLISE DO PERFIL CRIMINAL
E DA REPETIÇÃO DE ABUSOS

Tese defendida e aprovada em 10 de março de 2022
pela Comissão Examinadora:



Prof.^a Dra. Solange Muglia Wechsler

Orientadora e Presidente da Comissão Examinadora.
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-
Campinas)



Prof.^a Dra. Tania Mara Marques Granato

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-
Campinas)

Prof. Dr. João Carlos Caselli Messias

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-
Campinas)

Daniilo Baltieri

DANILO ANTONIO
BALTIERI:17166889
810

Assinado de forma digital por
DANILO ANTONIO
BALTIERI:17166889810
Dados: 2022.03.11 12:30:56
-03'00'

Prof. Dr. Daniilo Antonio Baltieri

Faculdade de Medicina do ABC (FMABC)

Prof. Dr. Marco Aurelio Knippel Galletta

Faculdade de Medicina da USP (USP)

AGRADECIMENTOS

Ad maiorem Dei gloriam.

Ao meu companheiro de vida eterna, Francis Franco, por mais este projeto comum, concluído graças à leveza e estabilidade que traz para a nossa vida.

A Maria Izabel Lagrotta, minha mãe, por sua vida doada à educação, dentro e fora de casa.

A minha *sorella*, Cássia Lagrotta, por suas contribuições precisas e fundamentais.

À Prof^a Dr^a Solange Muglia Wechsler, minha orientadora que, desde o início, acreditou na relevância do tema e me estimulou a seguir adiante; por sua acolhida generosa e pela disponibilidade constante.

Aos pesquisadores Danilo Antonio Baltieri, P. Hans Zollner, sj e P. Gino Nasini (*in memoriam*) que, por seus estudos e trabalhos relevantes, despertaram em mim a esperança e, com isso, o desejo de iniciar esta pesquisa.

Aos professores, membros da banca de qualificação, cujas ponderações foram decisivas para a boa execução deste trabalho.

A todo o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC Campinas, especialmente, à Prof^a Dr^a Vera Engler Cury; às atenciosas, Elaine e Maria Amélia e às colegas de jornada, Karina Nalevaiko, Eliana Chiminazzo, Geni Wolff, Anna Karolina Santoro Borges e Laís Vitti.

Aos amigos no Senhor, pela amizade, incentivo e orações: P. Manuel Iglesias, sj (*in memoriam*); Dom João Inácio Müller, ofm; Dom Antonio Carlos Cruz Santos, msc; P. Luís González-Quevedo Campo, sj; P. Jonas de Moraes Carvalho, sj; P. Massimo Pampaloni, sj; P. Ramón de La Cigoña, sj; P. João Geraldo Kolling, sj; Ir. Celso Flach, sj; P. Carlos Alberto Contieri, sj; P. Adilson Silva, sj; P. Ranieri Araújo Gonçalves, sj; P. Adriano Broleze; P. Jerônimo Batista de Araujo; P. Nelson Maria Brechó da Silva; Ir. Renata Vetroni Barros, scve; Ir. Roziane Guimarães; Fátima e Alexandre Barbuto; Marta Vieira Pinto de Almeida; Dôla e Estevan Duarte de Assis.

“Lo scandalo dell’universo non è la sofferenza: è la libertà. Dio ha fatto libera la sua creazione: questo è lo scandalo degli scandali, tutti gli altri scandali vengono da questo” (extraído de un discurso de George Bernanos à Fraternidade Piccole Sorelle di Gesù, outono de 1974, Argélia).

RESUMO

FRANCO, Renata Lagrotta. *Abusadores sexuais de crianças: análise do perfil criminal e da repetição de abusos*. 2022. 171f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2022.

O abuso sexual de crianças e adolescentes é considerado pela Organização Mundial da Saúde como um problema mundial (World Health Organization [WHO], 2016) e de grandes proporções. A cada ano, 200 milhões de crianças são abusadas sexualmente (WHO, 2017). As políticas públicas de enfrentamento adotadas no Brasil, em quase sua totalidade, têm foco na proteção da vítima. Raras são as iniciativas de prevenção e tratamento direcionadas ao abusador, de modo a evitar abusos ou impedir que se repitam. A presente pesquisa teve por objetivo analisar as características criminais e sociodemográficas do abusador sexual de menores de 14 anos e os fatores relacionados à repetição de abusos. A amostra foi compreendida por 333 adultos, de ambos os sexos, condenados definitivamente por crimes de abuso sexual contra vítimas de até 14 anos, em ações penais que tramitaram de 1997 a 2020 junto aos Tribunais de Justiça do Estado de São Paulo e do Rio Grande do Sul, bem como pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Todos os dados analisados nesta pesquisa foram extraídos de decisões judiciais, de acesso público, disponíveis nos sites dos respectivos Tribunais. Foram colhidos dados relativos ao abusador, à vítima e à relação abusador-vítima e divididos em três grupos, conforme o tipo de abuso cometido: físico ($n = 115$), *on-line* ($n = 111$) e dual (físico e *on-line*; $n = 107$). As diferenças entre os três grupos foram submetidas à análise de regressão. Também idade e sexo da vítima, contexto familiar e histórico criminal do abusador foram submetidos à análise de regressão, a fim de identificar se são variáveis associadas significativamente à repetição de abusos pelo mesmo abusador. Os resultados ofereceram informações sobre as características criminais e sociodemográficas do abusador, apresentando as diferenças significativas encontradas entre os grupos. Ainda, os resultados apontaram que características da vítima (sexo e idade), do abusador (histórico criminal) e da relação vítima-abusador

(contexto intrafamiliar e extrafamiliar) podem indicar fatores relacionados à repetição de abusos.

Palavras-chave: abuso sexual infantil, abusador sexual, pedofilia, reincidência.

ABSTRACT

FRANCO, Renata Lagrotta. Child sex offenders: criminal profile and the risk factors of recidivism. 2022. 171f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2022.

Child sexual abuse is considered a worldwide problem and one of great proportions by World Health Organization (WHO, 2016). The rate of abused children, according to WHO (2017) is scaring, one out of five girls and one out of thirteen boys are abused in the world each year, leading to a total to 200 million children sexually abused. Public policies adopted in Brazil focus solely on the protection of the victim. There are no prevention nor treatment programs intended for potential abusers in order to prevent abuse or prevent them from recurring. This research aimed to analyze the criminal and sociodemographic profile of the sexual offender of victims under 14 years old and the risk factors of recidivism. The sample was comprised of court decisions about individuals convicted of crimes of sexual abuse against victims under 14 years old by Brazilian Courts, published and available *on-line*. Data referring to the abuser, the victim, and the abuser-victim relationship were collected and categorized. Afterwards data regarding the abusers were divided into three groups: abuse with physical contact (n = 115), abuse *on-line* (n = 111), and dual abuse (n = 107). Differences among the three groups were submitted to regression analysis. Regression analysis was used to identify risk factors for recidivism. The results provide information on the criminal and sociodemographic characteristics of abuse, showing significant differences between the groups. Furthermore, the results showed that the characteristics of the victim (sex and age), the abuser (criminal history) and the victim-abuser relationship (intra-family

and extra-family context) may indicate factors related to recidivism. In conclusion, this study intended to collaborate on defining the abusers' criminal profile and the risk factors that may contribute to recidivism.

Keywords: child sexual abuse, sexual offender, pedophilia, recidivism.

RESUMEN

FRANCO, Renata Lagrotta. *Abusadores sexuales de menores de 14 años: rasgos delictivos y sociodemográficos*. 2022. 171f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2022.

El abuso sexual de niños y adolescentes es considerado por la OMS como un problema mundial (OMS, 2016) y de grandes proporciones. Cada año, 200 millones de niños sufren abusos sexuales (OMS, 2017). Las políticas públicas de afrontamiento adoptadas en Brasil, casi en su totalidad, están relacionadas con la protección de la víctima. Raras son las iniciativas de prevención y tratamiento dirigidas al abusador, con el fin de prevenir el abuso o evitar que vuelva a suceder. Esta investigación tuvo como objetivo analizar el perfil criminal y sociodemográfico de los abusadores sexuales de menores de 14 años y los factores relacionados con el abuso repetido. La muestra estuvo conformada por 333 adultos, de ambos sexos, condenados definitivamente por delitos de abuso sexual contra víctimas hasta los 14 años, en acciones penales que fueron procesadas entre 1997 y 2020 en los Tribunales de Justicia del Estado de São Paulo y Rio Grande do Sul, así como por el Tribunal Regional Federal de la IV Región (Paraná, Santa Catarina y Rio Grande do Sul). Todos los datos analizados en esa investigación fueron extraídos de decisiones judiciales, de acceso público, disponibles en los sitios web de los respectivos Tribunales. Los datos sobre el abusador, la víctima y la relación abusador-víctima fueron recolectados y divididos en tres grupos, según el tipo de abuso cometido: físico ($n = 115$), en línea ($n = 111$) y dual (físico y línea en línea; $n = 107$). Las diferencias entre los tres grupos se sometieron a análisis de regresión. Asimismo, la edad, el sexo de la víctima y su relación con el abusador fueron sometidos a análisis de regresión en relación al número de víctimas del abusador, con el fin de identificar si estas variables se asocian significativamente con la repetición del abuso por parte del mismo abusador. Los resultados arrojaron información sobre el perfil criminal y sociodemográfico del abusador, mostrando las diferencias significativas encontradas entre los grupos y señalaron que las características de la víctima, relación abusador-víctima y relación

con el abusador pueden indicar factores relacionados con la práctica de nuevos abusos.

Palabras clave: abuso de menores, abusador sexual, pedofilia, reincidencia.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma de seleção dos artigos	27
Figura 2 - Distribuição dos artigos por ano de publicação.....	29
Figura 3 - Porcentagem de publicações por país	29
Figura 4 - Percentual de produção conforme temática dos artigos	30
Figura 5 - Fluxograma de seleção dos artigos	48
Figura 6 - Correlação entre as variáveis e as componentes principais	88
Figura 7 - <i>Biplot</i> dos sujeitos e variáveis	89
Figura 8 - Correlação entre as variáveis e as componentes principais	93
Figura 9 - <i>Biplot</i> dos sujeitos e variáveis	94
Figura 10 - Visualização dos sujeitos classificados pelo grupo e <i>cluster</i>	98
Figura 11 - Razão de chances e intervalo de 95% de confiança da razão de chances da regressão logística nominal múltipla para avaliar os fatores que mais diferenciam os grupos.....	100
Figura 12 - Razão de chances e intervalo de 95% da razão de chances da regressão logística múltipla para avaliar os fatores que mais diferenciam os grupos.....	104
Figura 13 - Razão de chances e intervalo de 95% da razão de chances da regressão logística múltipla para avaliar os fatores associados ao abuso de mais de duas vítimas	106

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo dos Artigos científicos encontrados nas bases SciELO, PePSIC e Redalyc sobre o abusador sexual infantil.....	31
Quadro 2 - Resumo dos instrumentos de avaliação encontrados	49

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação entre os três tipos de abusadores (teste <i>Qui-Quadrado</i>)	74
Tabela 2 - Correlação das variáveis com cada dimensão (CP) da Análise de Correspondência Múltipla.....	90
Tabela 3 - Contribuição de cada categoria para a definição de cada CP da Análise de Correspondência Múltipla.....	90
Tabela 4 - Correlação das variáveis com cada dimensão (CP) da ACM	95
Tabela 5 - Contribuição de cada categoria para a definição de cada CP da ACM	96
Tabela 6 - Análise de Cluster.....	98
Tabela 7 - Regressão logística nominal múltipla para os 3 grupos, mantendo como referência o grupo <i>on-line</i>	99
Tabela 8 - Comparação entre os dois tipos de abusadores (teste <i>Qui-Quadrado</i>)	101
Tabela 9 - Regressão Logística Binária múltipla.....	103
Tabela 10 - Comparação entre os grupos formados pela quantidade de vítimas (teste <i>Qui-Quadrado</i>)	104
Tabela 11 - Regressão Logística Binária múltipla para avaliar os fatores associados ao abuso de mais de uma vítima.....	106

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

%	Percentual
APA	<i>American Psychiatric Association</i>
ACT	<i>Acceptance and Commitment Therapy</i>
ACM	Análise de Correspondência Múltipla
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CP	Componente Principal
IWF	<i>Internet Watch Foundation</i>
<i>n</i>	número
EIU	<i>Economist Intelligence Unit</i>
MS	Ministério da Saúde
PePSIC	Peridicos Eletrnicos de Psicologia
Redalyc	<i>Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal</i>
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SSPI	<i>Screening Scale for Pedophilic Interests</i>
SSPI-2	<i>Revised Screening Scale for Pedophilic Interest</i>
UNICEF	<i>United Nation Children's Fund</i>
WHO	<i>World Health Organization</i>

SUMÁRIO

JUSTIFICATIVA	17
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1 - CONCEITUAÇÕES	24
Definição de abusador sexual de crianças e adolescentes.....	24
O abusador sexual nas pesquisas ibero-latinas em psicologia.....	26
CAPÍTULO 2 - O ABUSADOR SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: TEORIAS E CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS	40
Principais teorias e modelos explicativos sobre o interesse sexual adulto por crianças e/ou adolescentes.....	40
Classificação dos abusadores sexuais de crianças e adolescentes.....	42
Avaliação psicológica de abusadores sexuais.....	47
Fatores de risco para a prática de repetição de abusos sexuais contra crianças e/ou adolescentes	55
OBJETIVOS	62
Objetivo geral	62
Objetivos específicos	62
Hipóteses	62
MÉTODO	64
Amostra.....	64
Material.....	64
Procedimento	65
Análise dos dados.....	70
RESULTADOS	73
Descrição de cada grupo de abusadores.....	79
<i>Descrição do grupo de abusadores duais</i>	79
<i>Descrição do grupo de abusadores físicos</i>	81
<i>Descrição do grupo de abusadores on-line</i>	82
Análise da Tabela 1	85
Tabela de correlação da Figura 8.....	95
DISCUSSÃO	107

Análise geral da amostra	109
Análise de cada grupo de abusadores	116
Comparação entre os três grupos de abusadores e diferenças significativas	120
Análise do agrupamento.....	125
Comparação entre abusadores físicos e duais e diferenças significativas..	127
Fatores relacionados à repetição de abusos.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS.....	141
ANEXOS	164
Anexo A - Dispensa da submissão do projeto para aprovação pelo Comitê de Ética.....	164
Anexo B - Classificação dos grupos de abusadores conforme crime de abuso sexual cometido	166
Anexo C - Categorização das variáveis.....	169

JUSTIFICATIVA

O abuso sexual de crianças e adolescentes é um problema de grande extensão, em termos geográficos, qualitativos e quantitativos. Considerado um problema mundial (World Health Organization [WHO], 2016), o abuso sexual acarreta consequências significativas por toda a vida da vítima (Gerwinn et al., 2018; McTavish et al., 2019), lidera o ranking de estatísticas de maus-tratos na infância (Finkelhor et al., 2014) e é praticado em uma proporção alarmante. Tal proporção atinge, a cada ano, 200 milhões de crianças abusadas sexualmente no mundo (WHO, 2017) e, a cada hora, 228 crianças abusadas sexualmente na América Latina (United Nation Children's Fund [UNICEF], 2017), apesar da notificação dos casos de abusos sexuais corresponder, apenas, a 10% do total praticado (Grubin, 1999).

No Brasil, 58.037 notificações compulsórias de violência sexual contra crianças e 83.068 casos de violência sexual contra adolescentes foram apresentadas entre 2011 e 2017. Em 33,7% dos casos havia o caráter de repetição (Ministério da Saúde, [MS], 2018). Além dos abusos sexuais físicos, o abuso *on-line*, em especial por meio da pornografia infantil, destaca-se como uma das práticas que mais cresce no mundo (Bates & Metcalf, 2007). Há 105.047 webpages com conteúdo de imagens de abuso sexual de crianças disponíveis na internet (Internet Watch Foundation [IWF], 2019).

Diante dessa conjuntura, o Brasil destaca-se na 13ª posição em um ranking de 60 países do mundo, ao desenvolver e implementar políticas públicas de enfrentamento ao abuso sexual infantil. Apesar disso, as políticas públicas brasileiras apresentam limitações sérias relacionadas à ausência de programas de prevenção para abusadores em potencial e deficiência na coleta e publicação de dados sobre

casos de abusos sexuais contra crianças (Economist Intelligence Unit [EIU], 2020). Até onde pudemos pesquisar, apenas o Ambulatório de Transtornos da Sexualidade (ABSEx) na Faculdade de Medicina do ABC, há 20 anos, desponta como projeto de tratamento clínico e terapêutico no Brasil direcionado, especialmente, a adultos com interesse parafílico (Baltieri & Andrade, 2009).

A superação da escassez em informações científicas relativas ao abusador sexual de crianças e adolescentes e a projeção de programas de prevenção e intervenção adequados dependem de informações suficientes sobre o perfil dos abusadores sexuais de crianças e adolescentes (Christensen, 2017). Ocorre que há grande lacuna na produção científica em Psicologia no contexto ibero-latino, a qual se direciona, sobremaneira, para a vitimologia. Em revisão sistemática de literatura realizada nas bases Scielo, PePSIC e Redalyc, sem limitação temporal, dos 20.503 artigos científicos relacionados ao tema do abuso sexual infantil, apenas 13 artigos atenderam a critérios relacionados ao abusador sexual de crianças e adolescentes (Lagrotta & Wechsler, no prelo).

Em 25 anos de prática profissional junto à Justiça Estadual e Federal, deparamo-nos com deficiências na resposta que o Judiciário dá aos crimes de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Magistrados e psicólogos jurídicos são desprovidos de dados importantes sobre o perfil psicológico, sociodemográfico e criminal de abusadores, bem como de informações capazes de apontar para os fatores relacionados à repetição de abusos. Em consequência, tanto um abusador ocasional, sem antecedentes criminais, condenado por armazenar uma única imagem de pornografia infantil, quanto um indivíduo reincidente em abusos sexuais violentos,

podem receber do Estado uma resposta baseada em critérios puramente objetivo-legais, sem oferta de qualquer tipo de apoio que previna a repetição de abusos.

Surge, então, o nosso problema de pesquisa: os abusadores sexuais de crianças e adolescentes formam um grupo homogêneo? Os indivíduos que praticam abusos sexuais físicos ou aqueles que cometem abusos sexuais *on-line* ou, ainda, os que cometem ambos os tipos de abusos (duais) têm as mesmas características criminais e sociodemográficas? Caso existam diferenças significativas entre os 3 grupos, quais são elas? Há variáveis associadas significativamente à repetição de abusos pelo abusador? Este debate compõe o cenário de preocupação dos psicólogos jurídicos do mundo todo.

Assim, a relevância do tema é evidente. De um lado, a lacuna de estudos científicos em Psicologia sobre os abusadores sexuais brasileiros, cujas possíveis especificidades não são contempladas pela literatura estrangeira. De outro lado, a necessidade dessas informações para a criação de políticas públicas de enfrentamento, de modo a incluir, especialmente, alternativas de tratamento clínico e terapêutico ao abusador. Ainda, tais deficiências impactam negativamente a atuação do psicólogo jurídico e a significativa contribuição que é chamado a oferecer ao Poder Judiciário e aos demais poderes, tanto na contribuição para o planejamento de medidas preventivas de abusos quanto no acompanhamento do itinerário da persecução penal, contribuindo para a adequada prolação de decisões judiciais.

Tais demandas justificaram a presente pesquisa, que teve o objetivo geral de analisar as características criminais e sociodemográficas do abusador sexual de crianças e adolescentes, bem como os fatores relacionados à repetição de abusos pelo mesmo abusador. Em linha com este objetivo, esta tese analisou as

características criminais e sociodemográficas de abusadores sexuais de vítimas menores de 14 anos de idade, classificados em três grupos, a saber, abusador físico, *on-line* e dual, segundo dados concernentes ao abusador, à vítima e à relação entre abusador e vítima. Ademais disso, investigou a existência de diferenças significativas entre os grupos, além de analisar se as características da vítima (idade e sexo), do abusador (histórico criminal), além da relação abusador-vítima (contexto familiar) são fatores relacionados à repetição de abusos sexuais contra vítimas de até 14 anos. Com o presente estudo, espera-se ampliar o conhecimento acerca do grupo de abusadores sexuais de crianças e adolescentes no contexto brasileiro e oferecer contribuições aos profissionais que atuam tanto na elaboração de medidas preventivas ao abuso sexual, quanto aos que atuam na implementação de medidas repressivas do sistema penal.

INTRODUÇÃO

O mundo parece mais atento para a realidade silenciosa do abuso sexual infantil, que vitima uma em cada cinco meninas e um em cada treze meninos ao redor do planeta (WHO, 2017) e cresce 40% ao ano, na versão virtual da pornografia infantil (IWF, 2019; Sotoca-Plaza et al., 2020). Conscientes dessa realidade, países como o Reino Unido, Suécia, Austrália e Canadá destacam-se pelas melhores estratégias e resultados mais satisfatórios no enfrentamento do abuso sexual de crianças e adolescentes, especialmente por conseguir estabelecer uma forte aliança entre o setor privado, sociedade civil e mídia (EIU, 2020). Ao lado disso, Canadá, Estados Unidos da América e Alemanha, dentre outros, irrompem pela rica produção científica da Psicologia, com realce para a análise de diferentes características psicológicas entre os abusadores sexuais (Abel et al., 2001; Henshaw et al., 2018), a criação de instrumentos de avaliação e diagnóstico (Seto et al., 2015), a identificação de fatores relacionados à repetição de abusos (Babchishin et al., 2015), bem como para a análise de risco de escalonamento de comportamentos abusivos *on-line* para abusos com contato físico (Beier et al., 2009; Finkelhor et al., 2014). Porém, poucas dessas informações foram confrontadas com as possíveis peculiaridades do abusador sexual brasileiro.

No que se refere ao Brasil, cujo volume de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes alcançou 5 mil ligações para o “disque 100” em apenas 4 meses (Câmara dos Deputados, 2019), não se pode negar o engajamento da sociedade civil e dos meios de comunicação, além de um robusto compromisso governamental no combate a toda forma de abuso sexual infanto-juvenil (EIU, 2020),

sobretudo na atuação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. No âmbito do Poder Executivo surgiu o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes-EVSCA, baseado no Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (2010-2020) e aprovado pela Resolução Conanda nº 162, de 28 de janeiro de 2014, contemplando 6 eixos de atuação, a saber: prevenção; atenção; defesa e responsabilização; participação e protagonismo; comunicação e mobilização social; estudos e pesquisas (Ministério dos Direitos Humanos, 2018). O Poder Legislativo criou novas formas de combate e punição aos abusadores, ao lado de mecanismos para proteção das vítimas, tais como a Lei Federal nº 13.431 de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência ou a Lei Federal nº 13.441 de 2017, que permite a infiltração de agentes de polícia para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e do adolescente (Câmara dos Deputados, 2017).

Ao Poder Judiciário brasileiro, contudo, por meio de seu sistema penal, restou a atuação repressiva-punitiva do abusador, mas, raramente, preventiva de novos abusos. Isso porque, ordinariamente, o abusador deixará o cárcere sem que lhe tenha sido oferecida qualquer possibilidade de diagnóstico e indicação de tratamento clínico e terapêutico ou qualquer intervenção em termos de reabilitação psicossocial (Baltieri & Andrade, 2009). Ocorre que o Poder Judiciário é impactado diretamente pelas deficiências das políticas de enfrentamento existentes e, indiretamente, pela carência de programas preventivos direcionados aos abusadores (EIU, 2020).

Na prática jurídica, todos os abusadores sexuais de crianças e/ou adolescentes serão compreendidos sob o genérico rótulo de 'pedófilos', cumprirão pena no mesmo tipo de complexo penitenciário, terão seus pedidos de progressão de regime de pena,

saídas temporárias e concessão de liberdade avaliados por decisões judiciais fundamentadas em critérios objetivo-legais e retornarão à sociedade sem terem experimentado qualquer alternativa de apoio clínico e terapêutico (Lei Federal nº 7.210/1984, 1984). Vale ressaltar: quase a totalidade das decisões judiciais deixará de levar em conta dados relevantes e indicativos da personalidade do indivíduo, tais como as características das imagens de pornografia infantil armazenadas pelo abusador (Quayle, 2008), informações capazes de sinalizar o grau de risco para a repetição dos abusos.

Portanto, seja em vista de suprir a lacuna ou as inconsistências na literatura pátria, seja no intuito de subsidiar o aprimoramento das políticas públicas de enfrentamento ou para fundamentar a atuação de profissionais que trabalham diretamente com abusadores sexuais, proporcionando uma melhor e mais adequada resposta da Justiça, confirma-se a imperiosa necessidade de estudo sobre a população de abusadores sexuais de crianças e adolescentes no contexto brasileiro, especialmente, para analisar as características criminais e sociodemográficas, verificar se há diferenças significativas entre os abusadores físicos, *on-line* e duais, e, por fim, investigar se algumas características da vítima, do abusador e da relação entre vítima e abusador podem sinalizar uma tendência para a repetição de abusos pelo mesmo abusador.

CAPÍTULO 1

CONCEITUAÇÕES

Definição de abusador sexual de crianças e adolescentes

A genérica expressão “abusadores sexuais de crianças e adolescentes” esconde um grupo heterogêneo, com diversidade de perfis psicológicos (Baltieri & Andrade, 2008; Baltieri & Boer, 2015; Sotoca-Plaza et al., 2020). Por consequência, há diferentes comportamentos, distintas probabilidades de riscos de repetição dos abusos e diferentes possibilidades de manejo clínico e terapêutico. O conceito “abusador sexual infantil” está cercado de indefinições e equívocos, que rondam o senso comum e alcançam a literatura. Afirmações equivocadas abrangem sentenças, como “todos os abusadores sexuais de crianças são pedófilos”, “todos os pedófilos são abusadores” ou ainda, “todos os abusadores têm o mesmo perfil psicológico e sociodemográfico, repetindo um padrão de comportamento”.

Na última década, pesquisas revelaram que “nem todos os abusadores sexuais de crianças são pedófilos” (Baltieri, 2013; Feelgood & Hoyer, 2008). O transtorno de pedofilia, consoante o DSM-5 (*American Psychiatric Association [APA], 2014*), foi diagnosticado em cerca de 4% a 10% das amostras de indivíduos em liberdade (Ahlers et al., 2011; Beier et al., 2009); em 20% de uma amostra de abusadores brasileiros em cumprimento de pena (Baltieri, 2013); em 50% das amostras de abusadores condenados (Seto & Lalumière, 2001) e em 60% das amostras de abusadores sexuais de crianças na modalidade *on-line* (Seto et al., 2006).

Os estudos também revelaram que “nem todos os pedófilos são abusadores” (Richards, 2011). Do grupo de abusadores sexuais de crianças, estima-se que 50%

não responde a critérios diagnósticos de pedofilia, cometendo abuso sexual por motivações distintas, seja por suas características psicológicas e sociodemográficas ou por estarem envolvidos em situações oportunistas (Seto, 2012). Outras generalizações foram igualmente contestadas por estudos, de modo que nem todos os abusadores sexuais de crianças foram vítimas de abuso sexual na infância (Richards, 2011; Salter et al., 2003); nem todos os abusadores têm atração exclusiva por crianças e adolescentes, assim como, nem todos os abusadores são estranhos à vítima (Richards, 2011).

Superados os equívocos conceituais, dentre as possíveis definições do termo “abusador sexual de crianças e adolescentes” está aquela que se originou da classificação dos abusadores sexuais em função do seu comportamento, isto é, em abusadores *'hands-on'* e *'hands-off'* (Mair & Stevens, 1994). A partir daí, surgiu a definição de Macpherson (2003), que definiu os “abusadores *on-line*” como criminosos sexuais, cujo comportamento é caracterizado por realizar o abuso sem qualquer contato físico com a vítima, bem como dos “abusadores físicos”, definido por aqueles indivíduos que fizeram contato físico com a vítima como parte do comportamento abusivo.

As definições de abusadores físicos e abusadores *on-line* têm sido adotadas em recorrentes pesquisas, tal como assinalou Christensen (2017), para quem abusador sexual de crianças é o “(...) indivíduo que teve alguma forma de contato sexual ou envolvimento com crianças. Isso pode incluir abusos físicos (por exemplo, penetração, carinho, masturbação) e abusos *on-line*”, como o consumo de pornografia infantil. Com isso, consolida-se a classificação dos três grupos de abusadores (abusadores físicos, abusadores *on-line* e abusadores duais), incentivada por

Macpherson (2003) e amplamente utilizada em pesquisas sobre abusadores sexuais de crianças e adolescentes. Embora a legislação brasileira não adote expressamente tal classificação, os comportamentos de abusadores físicos, *on-line* e duais (os que cometem abusos físicos e *on-line*) são perfeitamente subsumidos em crimes de abusos sexuais de crianças e adolescentes, critério utilizado na presente pesquisa e detalhado no anexo.

O abusador sexual nas pesquisas ibero-latinas em Psicologia

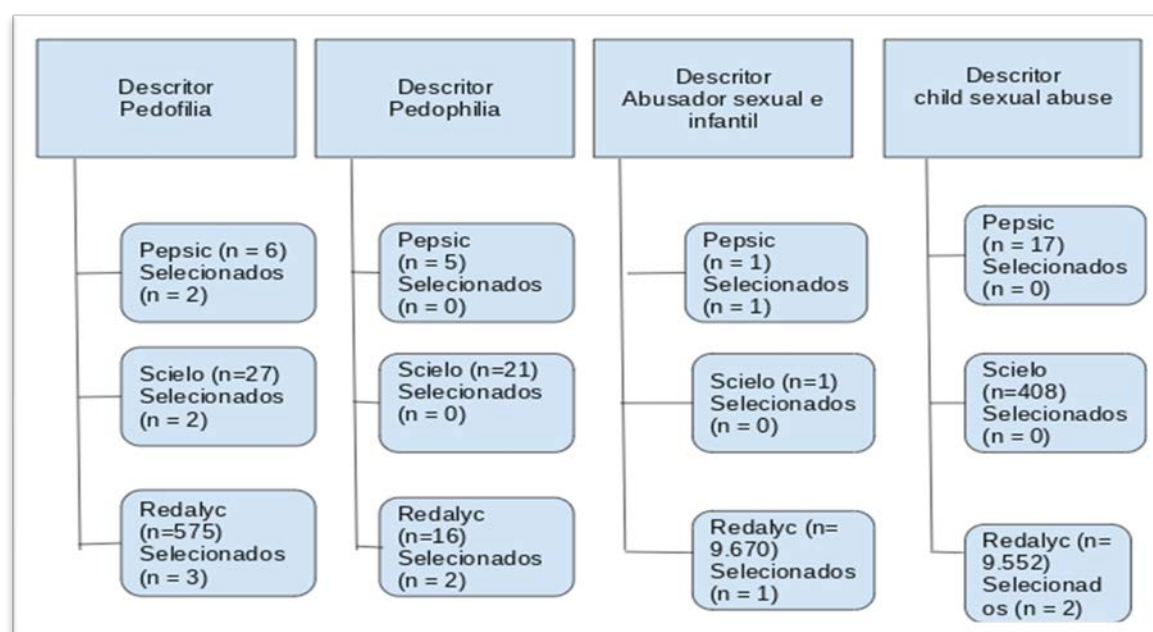
A projeção de uma adequada política de enfrentamento ao abuso sexual demanda informações acerca das características psicológicas, criminais e sociodemográficas do abusador sexual e eventuais especificidades quanto ao contexto social em que está inserido (Christensen, 2017). Partindo do pressuposto de que o abusador sexual brasileiro apresenta peculiaridades, surge a necessidade de identificar a produção científica ibero-latina em Psicologia sobre o abusador sexual de crianças e adolescentes. Em vista disso, foi realizada uma revisão sistemática de literatura nas bases Scielo, PePSIC e Redalyc, com o objetivo de identificar a produção científica em Psicologia no contexto ibero-latino, com ênfase no abusador sexual infantil. Dentre 20.503 artigos científicos encontrados, apenas 13 atenderam a 5 temáticas previamente selecionadas, quais sejam, características psicológicas do abusador sexual infantil; avaliação psicológica; técnicas terapêuticas; comorbidades com a pedofilia e avaliação de risco.

As buscas foram realizadas, em diversas etapas, cada qual com os seguintes descritores: “pedofilia”, “*pedophilia*”, “pedófilo”, “abusador sexual infantil”, “abuso sexual infantil”, “abuso sexual infanto-juvenil”, “abuso sexual intrafamiliar”, “abuso

sexual na infância” e “*child sexual abuse*”, sem limitação de período de publicação. As buscas realizadas nas bases PePSIC e SciELO utilizaram os descritores citados e aplicação do filtro “assunto”. Após leitura dos títulos, foram excluídos ensaios teóricos e tradução de artigos estrangeiros. Já na base Redalyc, foram incluídos os artigos nos idiomas “Português, Espanhol, Inglês, Francês, Italiano”; incluídos os países Ibero-americanos, a saber, “Brasil, México, Colômbia, Chile, Argentina, Equador, Venezuela, Costa Rica, Cuba, Peru, Bolívia, Urugua, Portugal e Espanha” e excluídos os demais países (Itália e Polônia), dentro do filtro “*Psicología*”. O fluxograma de seleção dos artigos é apresentado na Figura 1.

Figura 1

Fluxograma de seleção dos artigos



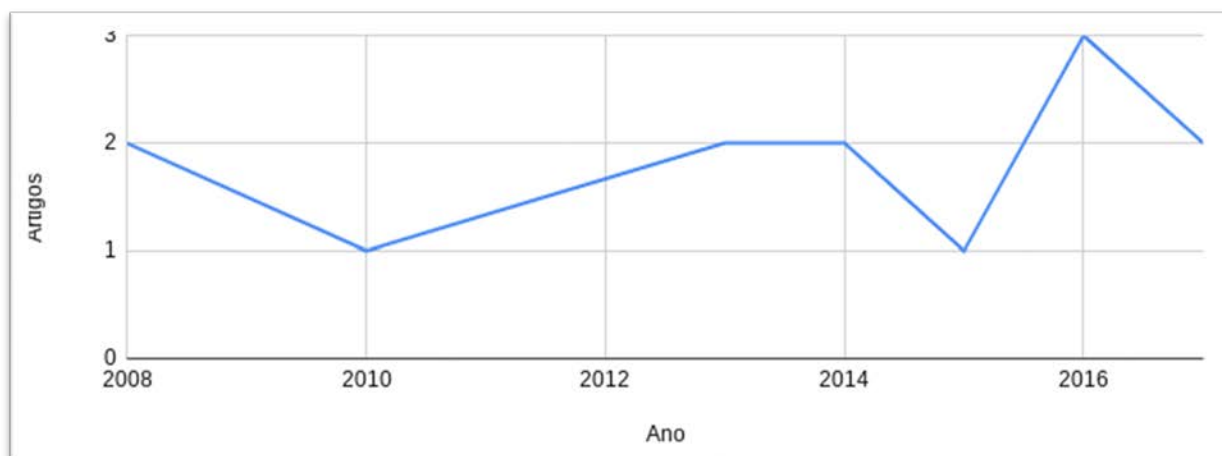
Estão ausentes da figura 1 a busca com os descritores “abuso sexual infantil *or* abuso sexual infanto-juvenil *or* abuso sexual intrafamiliar *or* abuso sexual na infância” realizada na base PePSIC e SciELO, que resultou em 24 artigos, para a primeira base e nenhum para a segunda, sendo que após leitura dos artigos, todos foram descartados. A busca na base Redalyc com o termo “abuso sexual infantil” apresentou o mesmo resultado da busca realizada com o descritor “abusador sexual infantil” das bases anteriormente indicadas. Da mesma forma, a busca realizada com o descritor “pedófilo” nas bases PePSIC não resultou em qualquer artigo e na base SciELO resultou em 5 artigos, que após análise não resultou em artigo selecionado. Enquanto isso, a base Redalyc ofereceu 175 artigos, que após aplicação dos filtros já detalhados, não resultou em artigo selecionado.

Assim, após processo de refinamento da pesquisa e leitura dos títulos e resumos dos 20.503 artigos encontrados nas três bases restaram apenas 13 artigos, os quais foram analisados em relação ao ano de publicação, país, método e temática abordada.

Da leitura e análise dos 13 artigos selecionados, o mais antigo, dentro do período de 10 anos, foi publicado em 2008 e, o mais recente, em 2017. A média de publicação foi de 1,4 artigos por ano, considerada baixa frente à relevância da temática. A análise do ano de publicação também permitiu identificar que 76% da produção concentrou-se nos últimos cinco anos, sendo que os outros 23% dos artigos correspondem à produção realizada no período de 2008 a 2010 (Figura 2). O aumento na produção científica em Psicologia parece corresponder ao aumento dos casos de abuso sexual acarretado pela exploração e divulgação de imagens pornográficas de crianças e adolescentes na internet.

Figura 2

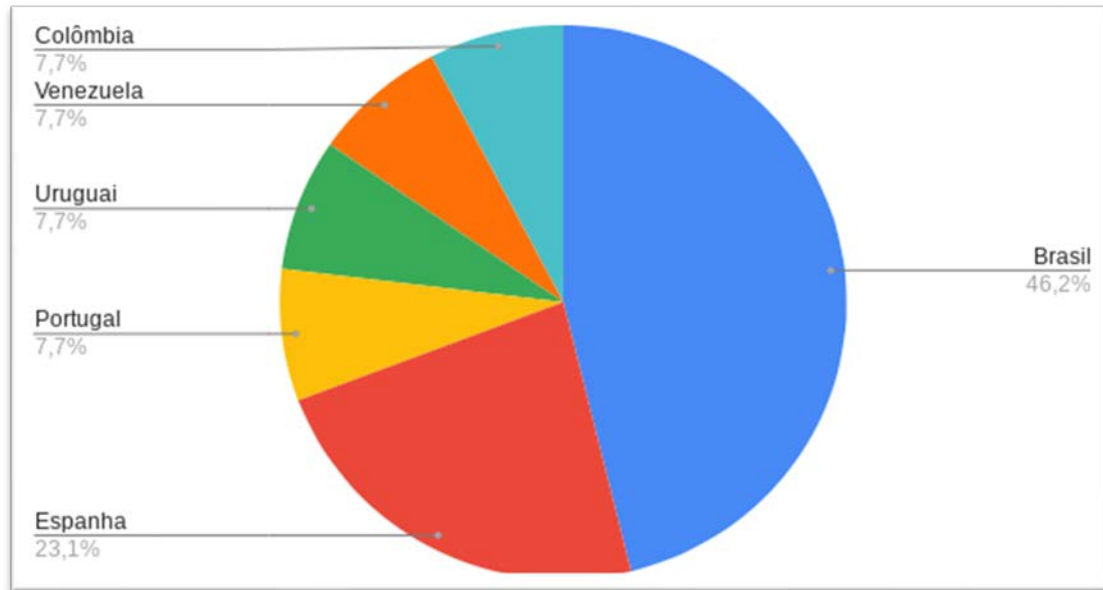
Distribuição dos artigos por ano de publicação.



Em seguida, o país de publicação foi analisado. A produção brasileira compreende 46% dos artigos, seguidos de 23% oriundos da Espanha e outros 30% igualmente divididos entre Colômbia, Portugal, Uruguai e Venezuela (8% para cada um) (Figura 3). No que tange ao método de pesquisa empregado, 92% dos artigos baseiam-se em metodologia qualitativa e somente 7% de pesquisas quantitativas. Em 53% das pesquisas foram utilizados casos clínicos. Esta tendência pode ser resultado do difícil acesso a uma amostra mais ampliada de abusadores sexuais de crianças e adolescentes, que, em geral, permanecem ocultos até que sejam flagrados e detidos. Um dado relevante está em que 23% da produção têm origem espanhola, com autoria de Óscar Herrero.

Figura 3

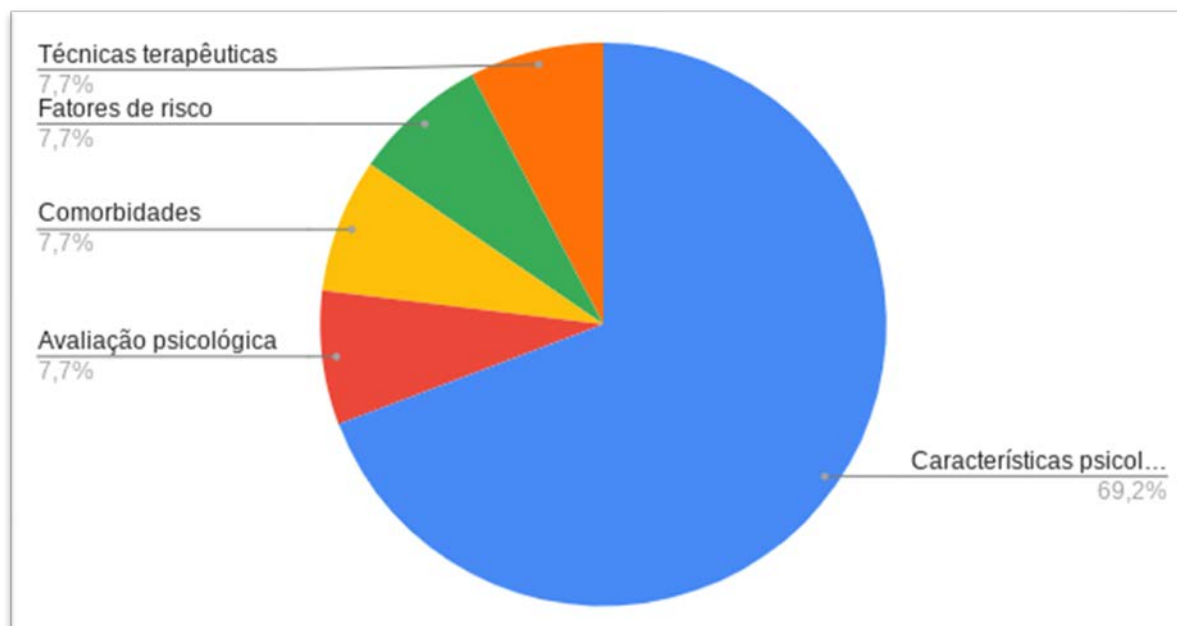
Porcentagem de publicações por país.



Como forma de organizar a apresentação dos resultados, os artigos foram agrupados em cinco temáticas investigadas, quais sejam: características psicológicas do abusador sexual infantil; avaliação psicológica; técnicas terapêuticas especialmente aplicadas ao abusador sexual infantil; comorbidades com a pedofilia, bem como, a identificação de fatores de risco de reincidência na perpetração do abuso sexual infantil, sendo distribuídos pelos 13 artigos selecionados conforme figura 4.

Figura 4

Percentual de produção conforme temática dos artigos.



Um breve relato acerca do conteúdo abordado em cada um deles será feito a seguir em formato de quadro (Quadro 1) e de modo descritivo.

Quadro 1

Resumo dos Artigos científicos encontrados nas bases SciELO, PePSIC e Redalyc sobre o abusador sexual infantil.

Autores	Título	Resultados
Moura e Koller (2008)	A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: Um estudo sobre distorções cognitivas.	Crenças distorcidas e dificuldades emocionais.
Pechorro et al. (2008)	Caracterização psicológica de uma amostra forense de abusadores sexuais.	Padrões de Personalidade clínico.
Pimentel (2010)	Avaliação psicológica na DEAM: Um estudo de caso de violência sexual infantil.	Ausência de suporte interno para conviver com crianças.
Herrero (2013)	¿Por qué no reincide la mayoría de los agresores sexuales?	Interesse sexual desviado e tendências antissociais.

Scortegagna e Amparo (2013)	Avaliação psicológica de ofensores sexuais com o método de Rorschach.	Rebaixamento na capacidade de estabelecer vínculos.
Coto e Tarragó (2014)	Flujo de material pornográfico infantil <i>on-line</i> .	Países e taxas de descargas de material de pornografia.
Pérez e Caricote (2014)	Concepción noémica del abusador sexual infantil	Visão distorcida da realidade.
Pinto Junior e Tardivo (2015)	Estudio del funcionamiento psicodinámico de agresores sexuales con el cuestionario.	Narcisismo e dificuldade de reconhecer o outro e ter empatia.
Herrero e Negrodo (2016)	Evaluación de interés sexual hacia menores.	Instrumentos existentes: vantagens e limitações.
Negrodo e Herrero (2016)	Child pornography on internet.	Análise de imagens para fins diagnósticos de pedofilia.
Díaz (2016)	Tratamiento de un caso de pedofilia desde la terapia e aceptación y compromiso (ACT).	ACT como potencial de tratamento para a pedofilia.
Marafiga et al. (2017)	Pedofilia: História de vida e o retorno para a família por meio de alta progressiva.	Comorbidades com a pedofilia.
Nicoletti et al. (2017)	Análise de dois estudos de casos sobre abuso sexual cometido por mães.	Família disfuncional e violenta.

Dos 13 estudos selecionados, 9 deles enfatizaram as características psicológicas do abusador sexual infantil. Dentre os 9 artigos, o estudo quantitativo de Pechorro et al. (2008) apresentou a maior amostra, com 41 indivíduos, seguido pelo estudo de Pinto Junior e Tardivo (2015), com 30 indivíduos. Em ambas as pesquisas, os investigados eram abusadores sexuais, do gênero masculino, detidos em penitenciárias pelo crime de abuso sexual contra crianças. As demais pesquisas consistiram em casos clínicos com 1 a 5 indivíduos (Moura & Koller, 2008; Nicoletti et al., 2017; Pérez & Caricote, 2014; Pimentel, 2010; Scortegagna & Amparo, 2013), com faixa etária entre 31 a 73 anos. Os estudos de Coto e Tarragó (2014), Negrodo e

Herrero (2016) e Nicoletti et al. (2017) optaram por uma análise exploratória e documental, sendo que os dois primeiros estudos analisaram, especificamente, os usuários de pornografia infantil e o último foi o único a estudar abusador sexual infantil do sexo feminino. Dentre os instrumentos aplicados pelos pesquisadores estiveram: questionário sociodemográfico e instrumento *Millon Clinical Multiaxial Inventory-II* (Groth-Marnat, 2003) no estudo de Pechorro et al. (2008); entrevista semiestruturada (Moura & Koller, 2008; Pérez & Caricote, 2014; Scortegagna & Amparo, 2013); questionário biosociodemográfico (Moura & Koller, 2008); teste projetivo de Rorschach (Pimentel, 2010; Scortegagna & Amparo, 2013); análise de relatos escritos (Pimentel, 2010) e questionário desiderativo (Pinto Junior & Tardivo, 2015).

Os achados acerca das características psicológicas dos abusadores encontrados nos 9 estudos indicaram que há grande diversidade de perfis existentes entre abusadores sexuais de crianças e adolescentes (Pechorro et al., 2008; Pinto Junior & Tardivo, 2015; Scortegagna & Amparo, 2013). Há predominância de vítimas menores de 14 anos e do gênero feminino (54%); abusos no contexto intrafamiliar (Pérez & Caricote, 2014; Pinto Junior & Tardivo, 2015) e extrafamiliar, sem uso de agressão física (Pechorro et al., 2008). Os abusadores sexuais de crianças e adolescentes têm distorção cognitiva e dificuldades emocionais relacionadas à manutenção de crenças disfuncionais (Moura & Koller, 2008; Pérez & Caricote, 2014); alguns abusadores sexuais de crianças e adolescentes tiveram história de abuso sexual na infância, alimentando sentimentos de medo e raiva (Nicoletti et al., 2017; Pimentel, 2010) e sentimento de culpa (Pérez & Caricote, 2014), além de vivência da infância em ambiente familiar disfuncional e violento (Nicoletti et al., 2017). Os abusadores sexuais de crianças e adolescentes parecem sofrer de baixa autoestima,

frágil capacidade em receber críticas negativas, prejuízos na autoimagem, rebaixamento na capacidade de estabelecer vínculos e na estabilidade das identificações (Scortegagna & Amparo, 2013); componente narcisista com dificuldade em reconhecer o outro (Pinto Junior & Tardivo, 2015) e demonstrar empatia (Pinto Junior & Tardivo, 2015; Scortegagna & Amparo, 2013). Por fim, quanto aos usuários de pornografia infantil, subgrupo de abusadores sexuais de crianças e adolescentes, identificou-se um grande fluxo de material pornográfico infantil *on-line* (pedopornografia) em 10 países latino-americanos (Uruguai, Argentina Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela), com predominância de descargas de imagens no Uruguai e menor descarga na Bolívia (Coto & Tarragó, 2014). Ademais, revelou-se a importância da análise das imagens de pornografia infantil, considerando o tamanho da coleção de imagens e o tipo de organização do material, como meio para diagnóstico de pedofilia e, também, para identificação de comportamentos compulsivos (Negredo & Herrero, 2016).

As demais temáticas foram desenvolvidas em apenas um artigo, cada. A avaliação psicológica de abusadores sexuais de crianças e adolescentes foi pesquisada por Herrero e Negredo (2016), que revisaram os instrumentos existentes para avaliação do interesse sexual por crianças, identificando o uso mais comum de autoinformes, medidas psicofisiológicas e medidas baseadas no tempo de resposta. As medidas de autorrelato se dispõem a analisar as crenças, atitudes e distorções cognitivas que fundamentam o interesse sexual de adultos por crianças e adolescentes. A limitação do autorrelato está na possível distorção em vista da expectativa por uma resposta socialmente mais aceitável. Outro instrumento é a pletismografia peniana (*penile plethysmography*) ou falometria, técnica que mede o

fluxo sanguíneo do pênis em resposta a estímulos visuais ou auditivos de conteúdo sexual. As limitações metodológicas da pletismografia estão relacionadas a variáveis que podem influenciar nos resultados e a escolha de estímulos adequados é fundamental. Por fim, as medidas baseadas no tempo de resposta consistem em tarefas de ordem cognitiva, que utilizam como variável o tempo de resposta dos avaliados ante determinadas tarefas e estímulos com potencial interesse sexual.

Já, as comorbidades com a pedofilia foram objeto da pesquisa de Marafiga et al. (2017), que investigaram a história de vida e a reinserção sociofamiliar de abusadores sexuais de crianças após cumprimento de pena restritiva de liberdade. Utilizando dois casos clínicos, os pesquisadores procederam à análise de entrevistas semiestruturadas, análise de prontuário criminal e entrevistas com os familiares dos indivíduos detidos. O estudo corroborou achados na literatura, ao constatar que os abusadores vivenciaram a infância em ambiente violento; reincidência delitiva em crimes de abuso sexual infantil e a confirmação do diagnóstico de pedofilia segundo critérios do DSM-5 (*American Psychiatric Association* [APA], 2014). No primeiro caso, o abusador relatou ter testemunhado abuso sexual intrafamiliar em sua infância, ter sido vítima de abuso sexual aos 10 anos e haver descoberto sua atração sexual por crianças desde a adolescência. Condenado por ter cometido homicídio contra o próprio pai, retornou ao presídio por condenação em abuso sexual infantil. Foi diagnosticado com pedofilia; transtorno de humor do tipo bipolar; toxicod dependência e retardo mental leve. No segundo caso clínico, o abusador também recebeu diagnóstico de pedofilia, além de desenvolvimento mental incompleto. Embora o abusador tenha negado, enfaticamente, ter sido vítima de abuso sexual na infância,

uma pessoa da família, ao ser entrevistada, relatou que o abusador foi vítima de abuso na infância.

Quanto às técnicas terapêuticas especialmente voltadas ao abusador sexual de crianças e adolescentes, a pesquisa conduzida por Díaz (2016) descreveu um caso clínico de um pedófilo submetido à Terapia de Aceitação e Compromisso (*Acceptance and Commitment Therapy, ACT*), com o objetivo de buscar romper com o círculo vicioso de luta e rendição na conduta impulsiva de interesse sexual por crianças e adolescentes. A conclusão do estudo indicou a ACT como potencial de tratamento para a pedofilia, com capacidade para produzir diminuição do sofrimento subjetivo experimentado pelo indivíduo e reformulação de novas condutas orientadas por valores pessoais. O caso clínico forneceu informações importantes, tais como, a indicação de presença de pensamentos obsessivos de índole sexual no indivíduo pedófilo desde os seus 5 anos de idade, acompanhado de pobreza em habilidades sociais, baixa autoestima, timidez e insegurança, comportamento reforçado pela relação familiar com pais superprotetores. O tratamento identificou que o abusador sexual sentiu atração por meninas da sua idade, quando tinha 12 e 13 anos, mas nunca foi capaz de interagir socialmente com qualquer uma delas. O artigo apresentou uma série de processos cognitivos e crenças elaborados pelo indivíduo do caso clínico.

Por fim, a única pesquisa sobre fatores relacionados à reincidência em abuso sexual de crianças foi o estudo de Herrero (2013), que realizou uma meta-análise para apresentar a relação estabelecida entre abusadores sexuais de crianças e a reincidência em abusos. Os resultados obtidos pelo autor revelaram que as taxas de reincidência sexual variam entre 11% e 17%. Uma alta porcentagem de 80% dos abusadores sexuais não reincidem com um delito sexual. A par disso, o grupo

identificado como sendo de reincidentes sexuais está relacionado com dois grupos de fatores, quais sejam, interesse sexual desviado e tendências antissociais. Tais tendências sociais implicam que a reincidência inclua outros tipos de delitos, além dos sexuais. Portanto, os resultados sugeriram que apenas 15% de abusadores reincidiram em abusos sexuais, sendo que a maioria dos abusadores sexuais sequer reincidiu em qualquer tipo de crime.

Os resultados das pesquisas foram convergentes quanto à diversidade de perfis entre os abusadores sexuais de crianças (Pechorro et al., 2008; Pinto Junior & Tardivo, 2015; Scortegagna & Amparo, 2013). Destacou-se a predominância de abusos contra vítimas do sexo feminino (54,8%), contra menores de 14 anos (71,4%) e sem uso de violência física contra a vítima (61,9%) (Pechorro et al., 2008). As características psicológicas encontradas indicaram que alguns abusadores sexuais de crianças e adolescentes apresentam alta pontuação para perturbação da ansiedade, tipo dependente, compulsivo, evitativo e esquizóide e, na categoria “patologia de personalidade grave”, alta pontuação para esquizotípico (Pechorro et al., 2008); presença de baixa autoestima (Díaz, 2016; Scortegagna & Amparo, 2013), baixa capacidade de receber críticas negativas, prejuízos na autoimagem, rebaixamento na capacidade de estabelecer vínculos, de empatia e na estabilidade das identificações (Scortegagna & Amparo, 2013); pensamentos obsessivos de índole sexual, pobreza em habilidades sociais, timidez e insegurança, relação familiar disfuncional e rígida (Díaz, 2016) e culpabilização das vítimas pelo abuso sexual (Moura & Koller, 2008; Pérez & Caricote, 2014).

Os achados também convergiram quanto à incidência de histórico de abuso sexual na infância do próprio abusador (Marafiga et al., 2017; Nicoletti et al., 2017;

Pimentel, 2010), quanto à vivência da infância em ambiente violento (Díaz, 2016; Marafiga et al., 2017; Nicoletti et al., 2017) e, ainda, quanto à descoberta de atração sexual por crianças desde a adolescência (Díaz, 2016; Marafiga et al., 2017). Não obstante, algumas divergências dos resultados estiveram relacionadas à predominância da relação de parentesco no abuso praticado. Enquanto Pechorro et al. (2008) indicaram que 47,6% da amostra cometeu abuso extrafamiliar, Pérez e Caricote (2014) e Pinto Junior e Tardivo (2015) indicaram predominância do abuso intrafamiliar. Por fim, as novidades apontaram para a presença de retardo mental leve dentre as comorbidades com a pedofilia (Marafiga et al., 2017) e o dado intrigante apresentado por Herrero (2013) de que a maioria dos abusadores sexuais não reincide em abusos sexuais (Herrero, 2013).

Embora as pesquisas encontradas na presente revisão ofereçam informações importantes e novas para o contexto ibero-latino sobre os abusadores sexuais de crianças e adolescentes, especialmente no que tange a características psicológicas, instrumentos de avaliação psicológica, técnicas de manejo terapêutico voltadas ao abusador sexual, comorbidades com a pedofilia e identificação de fatores de risco de reincidência, é certo que ainda predominam os estudos qualitativos e cuja amostra não é representativa. Estudos futuros, com enfoque quantitativo e amostra verdadeiramente significativa, bem como, com superação das limitações metodológicas, clara definição das questões conceituais e utilização de instrumentos adequados à amostra do estudo, são imprescindíveis para o avanço das pesquisas.

Ademais, inexistem pesquisas, sobretudo no contexto brasileiro, quanto à frequência do escalonamento do comportamento de consumo de imagens de pornografia infantil para práticas ainda mais graves de abuso sexual, como abuso

físico e o uso de violência. Tampouco, há estudos comparativos entre distintos grupos de abusador sexual de criança e adolescente nem mesmo quanto à probabilidade de reincidência de abuso sexual praticados pelos diferentes perfis de abusadores e identificação de fatores de risco de novos abusos. Há lacunas, ainda, quanto à avaliação psicológica de abusadores sexuais e construção de instrumentos diagnósticos de pedofilia, assim como são escassos os estudos longitudinais sobre reflexos de processos terapêuticos com grupos de abusadores sexuais de crianças e adolescentes.

Portanto, há carência de estudos, sobretudo quantitativos e com amostra representativa do contexto ibero-latino, que forneçam informações acerca do perfil psicológico, criminal e sociodemográfico dos abusadores de crianças e adolescentes.

CAPÍTULO 2

ABUSADOR SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: TEORIAS E CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS

Principais teorias e modelos explicativos sobre o interesse sexual adulto por crianças e/ou adolescentes.

A produção científica internacional em Psicologia, especialmente nos Estados Unidos da América, Canadá, Reino Unido e Alemanha, desde a década de 1980, tem oferecido informações relevantes sobre o abusador sexual de crianças e adolescentes, além de teorias que objetivam apresentar modelos explicativos sobre o interesse sexual do adulto por crianças e/ou adolescentes (Christensen, 2017). Múltiplos níveis explanatórios têm sido propostos para explicar o comportamento de abuso sexual, tais como, sua etiologia, mecanismos cerebrais, neuropsicológicos e análises fenomenológicas (Soldino et al., 2019). As distintas teorias acerca do abusador de crianças e adolescentes ressaltam a natureza multifatorial do abuso (Ward & Beech, 2006).

Em 1984, surgiram as primeiras bases teóricas consistentes para explicar o comportamento de abuso sexual de crianças. O “modelo de pré-condição”, desenvolvido por Finkelhor e Baron (1986), indicou quatro fatores que podem figurar como pré-condição para a presença de interesse sexual adulto por crianças. Tais fatores são a congruência emocional, excitação sexual, bloqueio afetivo e a desinibição (Howells, 1994). Já, a teoria das distorções cognitivas dos abusadores sexuais de crianças e adolescentes foi apresentada por Abel et al. (1984), para indicar a presença de distorções cognitivas em padrões de pensamentos, atitudes e crenças

de abusadores quanto a relações afetivo-sexuais com crianças e adolescentes. Tais distorções servem de justificativa aos abusadores, seja para iniciar, seja para manter os comportamentos abusivos (Szumski et al., 2018). Em 1999, o “Modelo das Cinco Teorias Implícitas” sugeriu que as distorções cognitivas têm origem em cinco esquemas: distorções sobre as crianças; acerca do próprio comportamento abusivo; distorção na visão sobre o mundo; acerca da responsabilidade de seus atos, bem como distorção quanto ao impacto do dano causado às vítimas (Ward & Keenan, 1999).

Outros modelos surgiram, confirmando os enunciados dos modelos anteriores. Nesse sentido, o “modelo de caminhos”, desenvolvido por Ward & Siegert (2002), ressaltou as causas multifatoriais da motivação do interesse sexual adulto por crianças e/ou adolescentes, tendo origem em experiências vivenciadas no contexto familiar, adversidades no desenvolvimento do indivíduo, variáveis biológicas, além de aspectos situacionais e relacionados ao sistema de crenças do indivíduo (Christensen, 2017). No mesmo sentido, a teoria do apego indica que a vivência do apego inseguro é um fator preponderante na predisposição para o interesse sexual do adulto por uma criança ou adolescente. O apego inseguro é originado de intercorrências negativas vivenciadas na infância, que são traduzidas como uma falta no estabelecimento de vínculos emocionais saudáveis ou lacuna no desenvolvimento do indivíduo, que resultará na adoção de estratégias negativas de enfrentamento (McKillop et al., 2012).

Especialmente em relação aos abusadores *on-line*, a pesquisa de Quayle e Taylor (2002) propôs o modelo de uso problemático da internet, com indicação de quatro fatores considerados essenciais para o desenvolvimento e a manutenção do comportamento de abuso: evento distal (como experiências sexuais precoces), evento

proximal (tais como frustração em relacionamentos afetivos adultos e interesse sexual por crianças), uso da internet e distorções cognitivas. Já, o modelo de motivação-facilitação distinguiu os fatores motivacionais, aqueles que despertam o desejo de abusar, dos fatores de facilitação, aqueles que aumentam a probabilidade de o abuso ser realizado. Os fatores de facilitação, como problemas de autorregulação, masculinidade hostil, afeto negativo e uso de álcool levam a desativar inibições que serviriam de obstáculo para motivações aos abusos sexuais (Seto, 2016). Pesquisas mais recentes sugerem que abusadores *on-line*, especificamente os usuários de pornografia infantil, não apresentaram fatores de facilitação para praticar abusos físicos (Stephens et al., 2019).

Classificação dos abusadores sexuais de crianças e adolescentes

A classificação de abusadores em diferentes tipos é pré-requisito essencial para um bom acompanhamento de estudos (Pritchard & Bagley, 2000). Nesse sentido, a classificação de abusadores sexuais de crianças e/ou adolescentes em grupos, com a análise de diferenças entre eles, permite a confirmação sobre a existência de diversos perfis psicológicos e comportamentais. Enquanto alguns estudos afirmam a existência de subgrupos entre os abusadores sexuais de crianças e adolescentes (Szumski et al., 2018), outros argumentam que se trata de um único grupo de abusadores, cujos comportamentos são subjacentes uns aos outros, como poderia ser o caso do abusador *on-line* em relação ao abusador com contato físico (Ortega-Campos et al., 2017).

Ao longo dos anos, surgiram diferentes tipologias de abusadores sexuais de crianças e adolescentes que, com diversos critérios, apresentaram diferentes tipos de

adultos com interesse sexual por crianças e adolescentes. A primeira classificação foi apresentada pelo estudo clássico de Groth e Birnbaum (1978), que identificou dois grupos de abusadores sexuais em função da relação estabelecida com a vítima, a saber, em relação intrafamiliar e em relação extrafamiliar. O primeiro grupo consistia, majoritariamente, em abusadores incestuosos. Já, o grupo de abusadores em relação extrafamiliar com a vítima era composto por indivíduos tipicamente pedófilos, com histórico de abuso sofrido na infância e uma longa história de prática de abusos desde a adolescência (Pritchard & Bagley, 2000). Quase dez anos depois, as pesquisas desenvolvidas por Knight (1989), em complementação às pesquisas de Abel et al. (1988), escolheram as variáveis “competência social” e “grau de fixação” para classificar os abusadores sexuais em quatro grupos de abusadores, conforme a maior ou menor intensidade das variáveis.

Desde 2002, no entanto, estudos têm classificado os abusadores sexuais de crianças e adolescentes em abusadores físicos e abusadores *on-line*. Esta classificação tem origem na categorização de comportamentos sexuais desviantes entre *'hands-on'* e *'hands-off'* (Macpherson, 2003) e partem da premissa de que há uma significativa diferença entre grupos de abusador sexual físico e abusador *on-line*, tanto em características psicológicas e características sociodemográficas (Meridian et al., 2013), quanto em termos de distorções cognitivas (Szumski et al., 2018). De acordo com Seto et al. (2010), o abuso sexual *on-line* pode incluir comportamentos, como o de visualizar, gerar, compartilhar e negociar imagens ou vídeos pornográficos de crianças, além de quaisquer outras formas de abuso que não envolva contato físico entre abusador e vítima.

A classificação entre abusador físico e abusador *on-line* também é comparada a um terceiro grupo, dos abusadores duais ou "*crossover offender*". O grupo de abusadores duais, que corresponde a dos indivíduos que praticaram abuso físico e abuso *on-line* foi identificado, em 1988, como grupo distinto dos demais abusos sexuais. A expressão "abusador dual" foi adotada por Seto et al. (2006) em pesquisas com essa população, para definir o abusador que consome imagens de pornografia infantil (abuso *on-line*) e também pratica abuso físico. O grupo de abusador dual correspondia a mais de um quarto de indivíduos condenados por abuso sexual contra crianças e adolescentes (Abel et al., 1988) ou correspondia a 4 entre 13 abusadores *on-line* (Quayle & Taylor, 2002) ou 12% de abusadores *on-line* tinham histórico de abuso físico ou 55%, quando a pesquisa era baseada em autorrelato (Ortega-Campos et al., 2017). Outras pesquisas têm se dedicado ao estudo dos fatores de risco do *crossover* ou do escalonamento de condutas de abuso sexual *on-line* para abuso sexual físico. Um achado importante indicou que o histórico criminal, acesso a crianças, quantidade de vítimas e preferência quanto à idade e sexo da vítima aumentam a probabilidade de escalonamento do abuso *on-line* para abuso com contato físico (Long et al., 2012).

Dentre as pesquisas que analisaram as semelhanças e diferenças entre abusador sexual físico e *on-line* ou em três grupos de abusador físico, *on-line* e dual estão os estudos de Quayle & Taylor (2006), Aslan & Edelmann (2014), Babchishin et al. (2015), Henshaw (2017), Soldino et al. (2019) e Sotoca-Plaza et al. (2020). Ao adotar as classificações de abusadores sexuais de crianças e/ou adolescentes em abusador sexual físico, abusador *on-line* e abusador dual, os resultados têm confirmado a heterogeneidade dos perfis, existindo algum consenso da existência de

diferenças significativas entre as características sociodemográficas e psicológicas entre os grupos, como adiante se verá. Apesar disso, os dados disponíveis sobre tais diferenças são controversos e ambíguos (Soldino et al., 2019).

Quanto aos aspectos sociodemográficos, a comparação entre os grupos de abusador físico, *on-line* e dual apresentou diferenças. Um estudo indicou que a maioria dos abusadores *on-line* eram brancos, predominantemente solteiros, com empregos mais estáveis, em comparação com abusadores físicos (Aslan & Edelman, 2014). Outro estudo confirmou que abusadores *on-line* são, predominantemente, brancos, com idade entre 25 e 50 anos e, em sua maioria, possuem relação de trabalho estável (Burke et al., 2002) ou possuem empregos em que há pouca ou nenhuma interação social (Hart-Kerkhoffs et al., 2009). Seto et al. (2006) apontaram que cerca de 30% dos abusadores *on-line* concluíram o ensino superior. Quanto ao estado civil dos abusadores, 50% dos abusadores *on-line* são solteiros (Neutze et al., 2011) ou enfrentam problemas conjugais (Hart-Kerkhoffs et al., 2009).

No que se refere ao histórico criminal, a comparação entre os grupos de abusadores físicos, *on-line* e duais mostrou que abusadores *on-line* possuíam antecedentes criminais mais favoráveis que abusadores físicos (Aslan & Edelman, 2014), em confirmação aos achados de Seto et al. (2010), que apontaram os abusadores *on-line* como sendo, em geral, primários (sem histórico de prática de outros abusos sexuais) e com baixo risco de praticar abusos futuros (reincidência). A par disso, o estudo de Soldino et al. (2019), ao comparar abusadores *on-line* e abusadores duais, concluiu que abusadores duais são mais propensos a apresentar antecedentes criminais e registrar altos índices de reincidência delitiva, em detrimento dos abusadores *on-line*.

Em relação às características das vítimas, a comparação entre os grupos de abusadores físicos, *on-line* e duais revelou que abusadores *on-line* apresentaram tendência para procurar vítimas com idades inferiores às do grupo de abusadores físicos (Aslan & Edelmann, 2014). Outro estudo destacou que os abusadores *on-line* foram mais propensos a escolher vítimas do sexo masculino (Soldino et al., 2019).

Quanto aos aspectos psicológicos, os abusadores físicos e abusadores duais apresentaram, com maior frequência, indicadores de orientação antissocial em detrimento dos abusadores *on-line*, que demonstraram maiores níveis de empatia em relação à vítima, fator que pode ter servido como obstáculo para a prática de abusos físicos (Babchishin et al., 2015). Ademais, os abusadores *on-line* apresentaram, com maior frequência, transtorno de humor (McCarthy, 2010), transtorno obsessivo-compulsivo (Bourke & Hernandez, 2009) e desvios sexuais (Babchishin et al., 2010). Já, a pesquisa de Szumski et al. (2018) revelou significativa diferença entre as distorções cognitivas apresentadas por abusadores *on-line* e abusadores físicos. Por fim, um estudo indicou que abusadores *on-line* tiveram mais dificuldades de autorregulação do que abusadores físicos, considerando a adição em pornografia do primeiro grupo (Webb et al., 2007). Outro estudo, porém, não encontrou problemas de autorregulação em abusadores *on-line*, mas reconheceu que os participantes eram autorreferidos e motivados a não cometer abusos (Neutze et al., 2011).

No que tange ao diagnóstico de pedofilia, a comparação entre os grupos de abusadores físico, *on-line* e dual sugeriu que abusadores duais preencheram mais critérios para pedofilia, quando comparados com os outros dois grupos (Babchishin et al., 2015). Em sentido contrário, um estudo apontou que os abusadores *on-line* são os que preencheram mais requisitos para diagnóstico de pedofilia (Seto et al., 2006).

Já, a pesquisa de Soldino et al. (2019) mostrou que abusadores *on-line* se autodefinem como portadores de pedofilia ou hebefilia mais que outros grupos (Soldino et al., 2019). Nesse mesmo sentido, um estudo apontou a presença de um contingente dentre os abusadores físicos e abusadores *on-line*, que preenchem critério de diagnóstico para pedofilia (Sotoca-Plaza et al., 2020).

Por fim, a comparação entre os três grupos não encontrou diferenças significativas quanto ao histórico de abuso sexual na infância dos abusadores (Babchishin et al., 2010) e, também, quanto ao início precoce da vida sexual. Em tais dados, contudo, os abusadores são significativamente distintos da população em geral (Howitt & Sheldon, 2007).

Avaliação psicológica de abusadores sexuais

A identificação dos instrumentos de avaliação psicológica desenvolvidos para abusadores sexuais de crianças e adolescentes no cenário internacional favorece o reconhecimento das características dessa população. No intuito de identificar os instrumentos de avaliação psicológica de abusadores sexuais de crianças e adolescentes cientificamente validados, foi realizada uma revisão sistemática da literatura internacional, seguindo algumas diretrizes, tais como, a seleção das fontes de dados e descritores a serem utilizados; leitura dos títulos e resumos; adoção de critérios de inclusão e exclusão; leitura da íntegra de alguns artigos e extração dos dados.

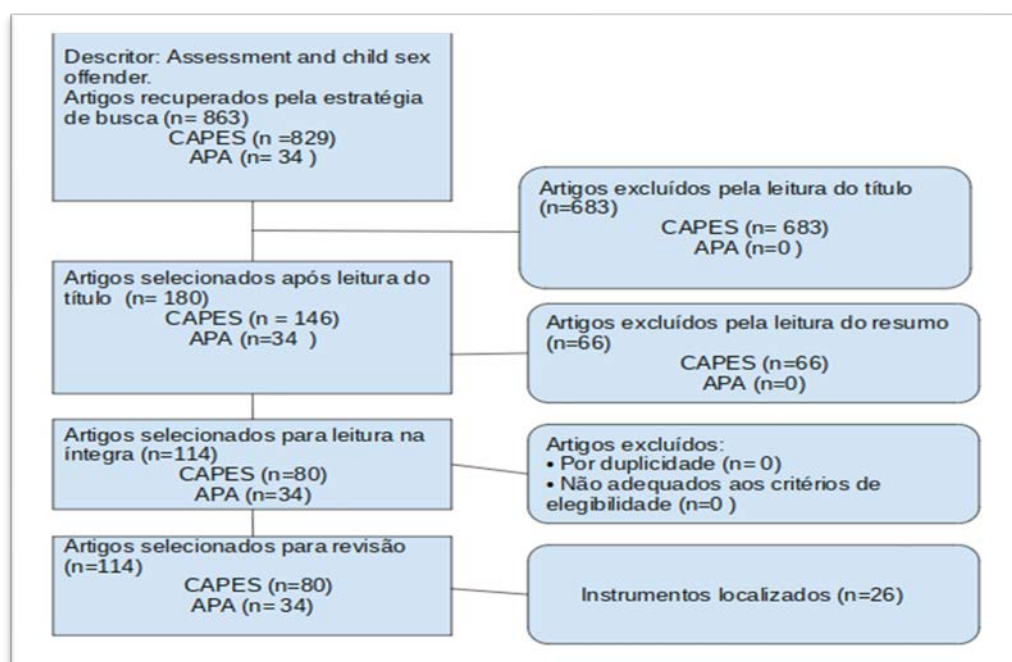
A presente revisão foi realizada mediante busca no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com a utilização do descritor “*assessment*” and “*child sex offender*”. A pesquisa foi limitada

para o período de 2011 a 2021. Foram selecionados artigos originais que abordaram instrumentos de avaliação de abusadores sexuais de crianças e adolescentes publicados nos idiomas português, inglês e espanhol. As dissertações, os capítulos de livros e os editoriais foram excluídos. A mesma busca, com idênticos critérios, foi realizada na base APA.

Foram encontrados 829 artigos na base da CAPES, dos quais 683 foram excluídos pelo título e 66 pelo resumo, restando 80 artigos que foram analisados. Na base APA, foram encontrados 34 artigos, lidos na íntegra. Assim, 114 artigos foram selecionados para esta revisão, a partir dos quais foram identificados 26 instrumentos de avaliação de personalidade voltados para abusadores sexuais de crianças e adolescentes. O fluxograma de seleção dos artigos é apresentado na Figura 5.

Figura 5

Fluxograma de seleção dos artigos.



Os 114 artigos selecionados permitiram a identificação de 26 instrumentos de avaliação psicológica de abusadores sexuais de crianças e adolescentes, dos quais foram analisados: nome do instrumento, autores, variáveis, país de origem e objetivo do instrumento. A seguir, os instrumentos foram agrupados em três grupos, conforme o objetivo do instrumento, a saber: avaliação de distorções cognitivas em abusadores sexuais; avaliação de interesse pedofílicos e avaliação de risco de reincidência sexual em abusadores sexuais. As informações sobre as características dos instrumentos encontram-se no Quadro 2.

Quadro 2

Resumo dos instrumentos de avaliação encontrados.

Objetivo	Nome do instrumento	Autores	Variáveis avaliadas	Origem
Avaliação da presença de distorções cognitivas em abusadores sexuais.	MOLEST (MOLEST Scale Reliability)	Bumby (1996)	Escala tipo <i>Likert</i> com 38 itens de distorções cognitivas	EUA
	RAPE (Rape Myth Scale)	Bumby (1996)	Autorrelato com 36 relatos de distorções cognitivas	EUA
	VRS-SO version (Violence Risk Scale– Sexual Offense version)	Wong e Gordon (2006)	24 variáveis agrupadas em 3 áreas: desvio sexual, dados criminais e responsividade ao tratamento.	Canadá
	SWCH – Sex With	Mann et al. (2007)	18 itens com crenças de distorções cognitivas	Canadá

	Children Scale			
Avaliação de interesses pedofílicos.	CIS-R (Child Identification Scale Revised)	Wilson (1999)	8 itens: desejo de recomeçar; imaturidade; isolamento; prazer em atividades infantis; tutela; saudade da infância; empatia com crianças; histórico de abuso.	Canadá
	ICMS – Interest in Child Molestation Scale	Gannon e O'Connor (2011)	5 cenários hipotéticos de situação de abuso sexual.	Reino Unido
	SSPI-2 (Revised Screening Scale for Pedophilic Interest)	Stephens et al. (2019)	5 itens relativos às vítimas de abusos sexuais de crianças menores de 15 anos de idade: (a) alguma vítima do sexo masculino com menos de 15 anos, (b) mais de uma vítima com menos de 15 anos, (c) alguma vítima menor de 12 anos e (d) qualquer vítima menor de 15 anos com relação extrafamiliar com o abusador; e) abusador confesso ou condenado em uso de pornografia infantil.	Canadá
	MFM (Motivation-facilitation model of sexual offending)	Seto (2019)	Três motivações sexuais primárias: (a) parafilias, (b) desejo sexual elevado e (c) intenso esforço para prática de sexo.	Canadá
Avaliação de risco de reincidência sexual em abusadores sexuais.	VRAG (Violence Risk Appraisal Guide)	Harris et al. (1993)	12 itens: morou com ambos os pais biológicos até a idade de 16 anos, desajuste no ensino fundamental, histórico de problemas com álcool, estado civil, história criminal por crimes não violentos, descumprimento de liberdade condicional,	Canadá

Avaliação de risco de reincidência sexual em abusadores sexuais.			ação, idade no abuso inicial, lesão da vítima, qualquer vítima do sexo feminino no abuso primário, transtorno de personalidade, esquizofrenia e a pontuação no PCL-R.	
	RRASOR (Rapid Risk Assessment for Sex Offender Recidivism)	Hanson e Bussière (1998)	4 itens: histórico de abusos sexuais; idade do abusador na liberação; sexo da vítima e relação da vítima com o abusador.	Canadá
	SACJ-Min (Structured anchored clinical judgements)	Hanson e Thornton (2000)	Itens relacionados com o histórico criminal e desvio sexual.	Canadá
	SVR-20 (Sexual Violence Risk)	Boer et al. (1997)	20 itens em três domínios: ajustamento psicossocial, crimes sexuais e planejamento de futuro.	Canadá
	ERASOR (Estimate of Risk of Adolescent Sexual Offense Recidivism)	Worling e Curwen (2001)	25 itens nas dimensões: interesse sexual; histórico de abusos sexuais; funcionamento psicossocial; funcionamento ambiental e familiar; tratamento.	Canadá
	Static-2002R	Babchishin et al. (2012)	14 itens em cinco conteúdos: idade no fato (1), persistência de itens de agressão sexual (3 itens), itens de interesses sexuais desviantes (3 itens), itens de relacionamento com as vítimas (2 itens) e itens de criminalidade geral (5 itens).	Canadá
	J-SOAP-II (Juvenile Sex Offender Assessment Protocol-II)	Prentky et al. (2003)	28 itens organizados em quatro escalas: (1) comportamento ou preocupação sexual; (2) comportamento impulsivo/antissocial, (3) intervenção	EUA

Avaliação de risco de reincidência sexual em abusadores sexuais.			clínica e (4) ajustamento à vida social.	
	RM-2000 (Risk Matrix 2000)	Thornton et al. (2003)	3 escalas distintas: o RM2000 Sexual (RM2000 / S), o RM2000 Violento (RM2000 / V) e o RM2000 combinado (RM2000 / C).	Canadá
	MnSOST-4 (Minnesota Sex Offender Screening Tool-4)	Epperson et al. (2003)	16 variáveis: 1) quantidade de sentenças por delito violento; 2) quantidade de sentenças penais; (3) quantidade de violações de decisão judicial; (4) quantidade de sentenças por abuso sexual; (5) quantidade de vítimas com relação extrafamiliar; (6) abuso sexual contra vítima do sexo masculino;(7) acusação por sexo praticado em local público; (8) a faixa etária das vítimas do abusador; (9) tendências suicidas; (10) status de emprego; (11) o estado civil; (12) nível educacional; (13) tratamento por toxicodependência; (14) violação de liberdade; (15) a idade atual e a data de liberação; e (16) liberdade supervisionada ou não.	EUA
	SORAG (Sex offender risk appraisal guide)	Quinsey et al. (2006)	14 itens: Mantém os itens do VRAG, eliminando dois itens (índice de vítima do sexo feminino e índice de lesão da vítima) e adicionando quatro itens (história anterior de abusos violentos, condenações anteriores por abusos sexuais, mulheres adultas ou vítimas e crianças do	Alemanha

Avaliação de risco de reincidência sexual em abusadores sexuais.			sexo masculino e desvio sexual).	
	Stable-2007	Hanson et al. (2015)	13 itens organizados em cinco subseções (influências sociais significativas, déficits de intimidade, autorregulação sexual, autorregulação geral e cooperação com supervisão).	Canadá
	MEGA (Multiplex Empirically Guided Inventory of Ecological Aggregates for Assessing Sexually Abusive Adolescents and Children)	Miccio-Fonseca e Rasmussen (2012)	4 escalas simultâneas: risco, proteção, escalonamento e histórico.	EUA
	BARR-2002R (Brief Assessment for Recidivism Risk)	Babchishin et al. (2013)	6 itens relacionados ao histórico criminal em geral e idade na data da liberdade.	Canadá
	KIRAT-2 (Kent Internet Risk)	Long et al. (2016)	17 variáveis com 4 filtros ou etapas de decisão examinando condenações anteriores, acesso a crianças, evidências atuais de comportamento <i>on-line</i> e <i>offline</i> e outros fatores relevantes.	Reino Unido
	SOMB (Sex Offender Management Board)	Dethlefsen e Hansen (2011)	17 variáveis com dimensões: empatia, estilo de vida, motivação para mudança, psicopatologia e motivação para tratamento.	EUA
	SOTIPS (Sex Offender Treatment Intervention)	McGrath et al. (2012)	16 itens: consciência sobre sua responsabilidade; comportamento sexual; consciência quanto às próprias atitudes sexuais; 2	EUA

Avaliação de risco de reincidência sexual em abusadores sexuais.	and Progress Scale)		objetos de interesses sexuais; comportamento criminal; consciência quanto às próprias atitudes criminais; grau de consciência sobre seu desvio sexual; cooperação com o tratamento; gerenciamento das emoções; impulsividade; condições de moradia; influências sociais;	
	SRA-FV (Structured Risk Assessment)	Beech et al. (2003); Craig et al. (2007)	4 domínios: interesses sexuais; atitudes distorcidas; estilo relacional e autogerenciamento.	EUA
	CPORT (Child Pornography Offender Risk Tool)	Seto e Eke (2015)	7 itens: idade do infrator na data do abuso (35 ou menos); qualquer histórico criminal; pornografia infantil de meninos; conteúdo de materiais relacionados a meninos; descumprimento da liberdade condicional; qualquer abuso físico; indicação de interesse sexual em crianças pré-púberes ou púberes.	Canadá

O país de origem da produção dos instrumentos foi, predominantemente, o Canadá (57,6%), seguido pelos EUA (30,7%). Os demais instrumentos foram desenvolvidos no Reino Unido (7,6%) e Alemanha (3,8%). O período de desenvolvimento dos instrumentos ocorreu entre 1996 e 2019, o que demonstra um interesse constante na produção de instrumentos de avaliação de abusadores sexuais de crianças e adolescentes. Além disso, os instrumentos puderam ser classificados em três grupos de acordo com o objetivo, reforçando a preocupação daqueles países em identificar distorções cognitivas de abusadores sexuais de crianças e adolescentes;

avaliar o potencial de risco de repetição de abusos e, ainda, avaliar a presença de interesses pedofílicos em abusadores.

Por fim, a identificação de itens ou domínios presentes nos 26 instrumentos de avaliação de abusadores sexuais de crianças e adolescentes selecionados confirmou a importância de algumas variáveis analisadas pela presente pesquisa, tais como, o sexo e idade da vítima; contexto familiar; relação de parentesco entre abusador e vítima; estado civil do abusador; companhia de moradia do abusador; acesso a crianças; ocupação do abusador; idade do abusador; nível educacional do abusador; uso de pornografia infantil; quantidade de vítimas; uso de violência no abuso; e, ainda, dados criminais; histórico da prática de abusos; histórico criminal em geral.

Fatores de risco para a prática de repetição de abusos sexuais contra crianças e/ou adolescentes

As investigações científicas sobre fatores de risco ou avaliação de risco de repetição de abusos pelo mesmo abusador têm se mostrado altamente relevantes. Os preditores de risco são fatores individuais ou sociais, que se associam a uma probabilidade aumentada de que novos abusos sejam cometidos (Farrington, 1996). Já, a repetição de abuso ou a reincidência, termos que não têm sido adotados de forma homogênea em pesquisas, podem ser definidos como ocorrência de qualquer nova acusação ou condenação ou violação da pena imposta, como a notícia de comportamento sexualmente direcionado a crianças ou adolescentes (Helmus et al., 2015).

A importância de estudar fatores de risco de reincidência está no fato de que, ao compreender as características da persistência de um comportamento voltado ao

abuso sexual contra crianças e adolescentes, compreende-se o próprio comportamento de abuso (Stephens et al., 2019) e o perfil psicológico do abusador (Herrero, 2013). Além disso, a clareza sobre a real probabilidade de que novos abusos aconteçam e de quais são os fatores a indicar tal risco permitem a adoção de respostas preventivas (Villanueva et al., 2020), assim como ensejam a adequada intervenção clínica e terapêutica (Ministerio del Interior, 2006). Por fim, a identificação dos fatores de risco de reincidência oferece parâmetros ao magistrado para definir o tempo adequado para a soltura do abusador, bem como para impor restrições como condição para a liberdade do indivíduo que perpetrou o abuso (Hanson & Thornton, 2000).

Os estudos sobre avaliação de risco, no decorrer dos anos, passaram por quatro gerações de pesquisas, com a utilização de uma ampla gama de ferramentas de avaliação de risco (Viglione et al., 2015). A primeira geração de estudos sobre avaliação de risco do abusador se utilizou de julgamentos profissionais não estruturados sobre o comportamento do abusador sexual. A segunda geração de pesquisas empregou métodos de risco atuarial para avaliar fatores de risco estáticos. Já, a terceira geração incluiu os fatores de risco estáticos e dinâmicos e a quarta geração adotou fatores de risco estáticos e dinâmicos, com o objetivo de avaliar o risco de reincidência e projetar intervenções personalizadas (Villanueva et al., 2020).

A estimativa de taxas de reincidência de abusos sexuais de crianças e adolescentes é controversa. Alguns pesquisadores argumentam que os abusadores sexuais de crianças e adolescentes têm taxas de reincidência inferiores a outros criminosos, sendo que, quando reincidem é mais provável que seja com a prática de delitos não sexuais, ou seja, a denominada reincidência genérica (Herrero, 2013).

Outros pesquisadores, no entanto, indicam que a mera condenação do indivíduo por abuso sexual é forte preditor de risco futuro de abuso sexual (Aslan & Edelman, 2014).

No Brasil, um estudo sobre as características do abuso sexual contra crianças e adolescentes indicou que 33,7% dos abusos tinham caráter de repetição (MS, 2018). Já, a pesquisa realizada no contexto espanhol (Herrero, 2013) revelou que a taxa de reincidência de abusadores sexuais varia entre 15 e 20%. A meta-análise desenvolvida por Hanson e Morton-Bourgon (2009) apontou a taxa de 11% de reincidência, enquanto Hanson e Bussière (1998) apresentou a taxa de 13,4% de reincidência de abusadores em abusos sexuais, comparado à taxa de 36,3% de reincidência para a prática de crimes não sexuais. Outra pesquisa (Herrero, 2013) indicou que 8,5% dos abusadores sexuais são reincidentes específicos. O estudo de Hanson e Morton-Bourgon (2009) sugeriu a taxa de 16,8% de reincidência em abusos sexuais para abusadores que não se submeteram a tratamento psicoterapêutico, ao lado de 12,3% de reincidência dos que aceitaram o tratamento. Já, o estudo de Helmus et al. (2012), que incluiu quase 14 mil abusadores, encontrou uma taxa de reincidência em abuso sexual de 9,2%.

Estudos que comparam abusadores sexuais de crianças e adolescentes quanto ao seu histórico criminal têm confirmado distintos perfis psicológicos. Uma pesquisa que comparou abusadores sexuais físicos de crianças e adolescentes e abusadores sexuais *on-line* destacou que abusadores físicos costumam reincidir em novos abusos sexuais (reincidência específica) mais que os abusadores *on-line*. Questiona-se o quanto tal dado decorre do fato de abusos físicos serem mais notificados que abusos *on-line* (Aslan & Edelman, 2014). Outra comparação entre grupos de abusadores

sexuais indicou que abusadores sexuais de crianças e adolescentes têm a tendência a reincidir em outros abusos sexuais (reincidência específica), diversamente do que ocorre com abusadores sexuais de adultos, que tendem a reincidir tanto em abusos sexuais quanto em outros delitos (reincidência genérica) (Herrero, 2013).

A análise do histórico criminal ou antecedentes criminais do abusador também tem sido útil para classificar abusadores sexuais quanto à sua reincidência genérica, específica ou primariedade e apresentar quais fatores psicológicos caracterizam a cada um desses perfis, além de oferecer uma possível explicação para cada taxa de reincidência (Herrero, 2013). Um estudo objetivou analisar a heterogeneidade do grupo de abusadores sexuais de crianças e adolescentes *on-line*, a partir de seus antecedentes criminais. Esse estudo foi pautado por outros sete estudos realizados com idêntico método. Para isso, classificou os abusadores *on-line* de acordo com seus antecedentes criminais em primários; reincidentes específicos em abuso sexual de crianças e/ou adolescentes e reincidentes genéricos em outros crimes não-sexuais e analisou as diferenças entre os subgrupos a respeito de sete áreas, quais sejam, características sociodemográficas; dados criminológicos; características do abuso; características das imagens de pornografia infantil; acesso a crianças; interesses pedofílicos e reincidência. Os autores concluíram pela diferença significativa entre abusadores sexuais *on-line* (primários e reincidentes específicos) e abusadores sexuais *on-line* com reincidência genérica em crimes não-sexuais, destacando a necessidade de tratamentos especializados e criação de ferramentas de avaliação de risco (Soldino et al., 2019).

Há décadas, estudos têm discutido quais são os fatores de risco que podem ser associados, de forma confiável, à repetição de abusos sexuais (Hanson &

Thornton, 2000). Há consenso, no mínimo, sobre dois fatores de risco de reincidência em abuso sexual, quais sejam, interesse sexual desviante e orientação antissocial/instabilidade de vida. Uma meta-análise, com amostra total de 29.450 abusadores sexuais, apontou que os problemas na infância, problemas psicológicos e fatores clínicos não estavam diretamente relacionados à reincidência em abusos sexuais, pois essa problemática é derivada de fatores complexos (Hanson & Bussière, 1998).

Em pesquisas de avaliação de risco de reincidência, estudos sugeriram a inclusão, ao lado de fatores estáticos, como a orientação antissocial e interesse sexual desviante, de fatores dinâmicos, tais como a dificuldade do abusador em manter relações de intimidade e a identificação emocional do abusador com crianças (Hanson & Thornton, 2000), bem como os problemas gerais de autorregulação (Hanson & Morton-Bourgon, 2005). Também foram investigados como fatores de risco de reincidência, o abuso de substâncias ilícitas pelo abusador; o tipo de emprego escolhido; a idade e o estado civil do abusador e, ainda, a reincidência específica em abusos sexuais (Hanson & Thornton, 2000). A instabilidade no estilo de vida também foi associada à reincidência em abusos sexuais (Prentky et al., 1997).

Outros estudos têm enfatizado que as características da vítima devem ser compreendidas como bons preditores de reincidência em abusos sexuais (Hanson & Morton-Bourgon, 2005). Estas pesquisas contrariam estudos mais antigos, que sugeriram que o sexo da vítima não era fator de risco de reincidência (Prentky et al., 1997) e que a idade da vítima não era fator preditivo do tipo de vítima a ser selecionada pelo abusador, em caso de reincidência em abuso sexual (Hanson & Bussière, 1998). Dentre as características da vítima sugeridas como fatores de risco de reincidência

estão a idade e o sexo da vítima, isto é, vítima do sexo masculino, além do vínculo extrafamiliar entre abusador e vítima (Hanson e Thornton, 2000). Especificamente quanto ao sexo da vítima, estudos indicaram que os abusadores sexuais que escolhem vítimas do sexo masculino e do sexo feminino são indivíduos mais inclinados à repetição de abusos, quando comparados aos abusadores que escolhem vítimas apenas do sexo feminino (Seto et al., 2006). Outro estudo confirmou que a presença de vítimas do sexo masculino constitui um dos fatores de risco para repetição de abusos (Aslan & Edelmann, 2014).

Por fim, vale destacar o estudo que incluiu as características da vítima dentre as variáveis da escala *Screening Scale for Pedophilic Interests* (SSPI). Tal escala foi desenhada para avaliar interesse pedofílico, com base em informações documentais relacionadas aos antecedentes criminais do abusador sexual de crianças e adolescentes (Seto & Lalumière, 2001). Em termos de capacidade de previsão de reincidência em abusos sexuais futuros, os itens do SSPI demonstraram precisão comparável a outros indicadores de interesse sexual desviante e demonstraram validade preditiva em relação à reincidência para abusos sexuais (Helmus et al., 2015). Nesse sentido, as características da vítima foram consideradas como indicadoras de forte interesse pedofílico e, também, como preditoras de reincidência de abuso sexual contra crianças e/ou adolescentes.

A escala SSPI (Seto & Lalumière, 2001) considerou como importantes as seguintes características da vítima: sexo da vítima; a idade da vítima e a relação da vítima com o abusador. Quanto ao sexo da vítima, uma das vítimas de abuso sexual deveria ser do sexo masculino. No que se refere à idade da vítima, mais de uma vítima com idade de 11 anos ou menos. Por fim, o vínculo entre vítima e abusador, isto é,

vínculo extrafamiliar com abusador (sendo que o vínculo familiar considerado foi de até primo ou colateral em quarto grau). A esses quatro fatores foi acrescentado, em estudo posterior, o uso de pornografia infantil (Stephens et al., 2019).

OBJETIVOS

Objetivo Geral

O objetivo geral do presente estudo consistiu em analisar características criminais e sociodemográficas do abusador sexual de vítimas com até 14 anos e analisar os fatores associados à repetição de abusos sexuais contra vítimas de até 14 anos de idade.

Objetivos Específicos

1. Analisar as características criminais e sociodemográficas de abusadores sexuais de vítimas com até 14 anos de idade, classificados em três grupos, a saber, abusador físico; *on-line* (sem contato físico) e dual (praticaram abusos com contato físico e *on-line*), segundo dados relacionados ao abusador, vítima e relação entre abusador e vítima.
2. Investigar se existem diferenças significativas entre os três grupos (abusadores físicos, abusadores *on-line* e abusadores duais);
3. Analisar se idade e sexo da vítima, contexto familiar e histórico criminal do abusador são fatores associados à repetição de abusos sexuais contra vítimas de até 14 anos.

Hipóteses

1. Existem diferenças significativas nas características criminais e sociodemográficas entre abusadores dos três grupos (abusadores físicos, abusadores *on-line* e abusadores duais);

2. A idade e sexo da vítima, contexto familiar e histórico criminal do abusador são fatores associados à repetição de abusos sexuais contra vítimas de até 14 anos.

MÉTODO

Amostra

O estudo foi composto por dados extraídos de decisões judiciais condenatórias relativas a 333 indivíduos adultos, de ambos os sexos, condenados em caráter definitivo por Tribunais de Justiça dos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, bem como da Justiça Federal da 4ª Região (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), pela prática de algum dos crimes de abuso sexual contra vítimas de até 14 anos, no período entre 1997 e 2020. O plano de amostragem foi escolhido por conveniência e os Tribunais foram selecionados em função da localização em que a pesquisa foi desenvolvida (São Paulo) e da presença de informações necessárias (Rio Grande do Sul e Tribunal Regional Federal da 4ª Região). Essas consultas retornaram em 438 processos, dos quais 333 (76%) são casos de condenação definitiva por abuso sexual de vítimas menores de 14 anos, com distribuição uniforme entre os grupos e estavam disponíveis no site do respectivo Tribunal, em acesso aberto ao público, tendo sido estudados neste trabalho.

Material

O material utilizado consistiu em 333 decisões judiciais condenatórias (acórdãos de inteiro teor), obtidas em documento digital de acesso aberto ao público, proferidas, em caráter definitivo, pelos Tribunais da Justiça Estadual de São Paulo e do Rio Grande do Sul e Justiça Federal da 4ª Região (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) em face de indivíduos adultos, de ambos os sexos, pela prática de algum dos crimes de abuso sexual contra vítimas com idade de até 14 anos. As decisões foram selecionadas sempre que, disponibilizadas pelo site do respectivo

Tribunal em acesso aberto ao público, configuravam condenações por alguns dos crimes de abuso sexual de vítimas menores de 14 anos.

Procedimento

Esta pesquisa foi submetida à consulta do Comitê de Ética, tendo sido dispensada da submissão para aprovação, com fundamento nos incisos II, V e VII, parágrafo único do artigo 1º da Resolução 510, de 07/04/2016, conforme informação do Comitê de Pesquisa (vide anexo A).

Trata-se de um estudo quantitativo, exploratório, descritivo e analítico, com uma amostra de conveniência, tendo por objetivo geral a análise das características criminais e sociodemográficas do abusador sexual de vítimas com até 14 anos e análise dos fatores associados à repetição de abusos sexuais contra vítimas de até 14 anos de idade.

O plano de amostragem foi escolhido por conveniência, mediante consulta aos sites dos Tribunais de Justiça Estadual de São Paulo e Rio Grande do Sul, bem como do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Essas consultas retornaram em 438 decisões judiciais (acórdãos), das quais foram selecionadas 333 (76%) decisões de condenação definitiva por abuso sexual de vítimas menores de 14 anos, que foram estudadas neste trabalho. O poder da amostra para avaliar a associação entre grupo de abusador e a idade da vítima, ao nível de 5% de significância, é maior que 90%. Poder > 90% também foi observado para avaliar a associação entre grupo de abusador e sexo da vítima e entre grupo de abusador e acesso a crianças. Portanto, o $n = 333$ tem alto poder e é suficiente para avaliar a associação do grupo de abusador com as variáveis sexo da vítima, idade da vítima e acesso a crianças.

O procedimento consistiu em consulta aos sites dos Tribunais de Justiça dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, bem como do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), em busca de decisões judiciais, condenatórias e de caráter definitivo, de indivíduos adultos que cometeram algum dos crimes de abuso sexual de vítimas com até 14 anos.

O acesso ao sistema de automação do Tribunal de Justiça de São Paulo, E-SAJ Tribunais foi realizado na aba “jurisprudência” (<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/resultadoCompleta.do>), com inserção das seguintes palavras-chaves: pedofilia *and* apelação criminal *and* 2º grau *and* acórdãos. Além disso, o resultado foi ordenado por data de publicação. O resultado obtido foi de 342 julgados, dos quais foram excluídas 97 decisões por serem condenação por outros crimes, tais como, roubo, tráfico de drogas, furto, etc. Das 245 decisões restantes foram excluídas 42 por não serem condenações definitivas. Permaneceram 203 documentos (acórdãos de recurso de apelação criminal com confirmação da condenação).

O acesso ao site do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul foi realizado na aba “jurisprudência”, mediante buscas com as mesmas palavras-chaves. O resultado obtido foi de 123 julgados, dos quais foram excluídas 30 condenações por outros crimes, tais como, roubo, tráfico de drogas, furto, etc. Permaneceram 93 documentos (acórdãos de recurso de apelação criminal com confirmação da condenação) (vide https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=&conteudo_busca=ementa_completa).

Por fim, o acesso ao site do Tribunal Regional Federal da 4ª Região foi realizado na aba “jurisprudência”, com inserção das mesmas palavras-chaves. O resultado

obtido foi de 142 julgados, dos quais foram excluídas 42 condenações por crimes diversos. Das 100 decisões, foram excluídas 63 por não constituírem condenações definitivas. Permaneceram 37 documentos (acórdãos de recurso de apelação criminal com confirmação da condenação) (vide <https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/pesquisa.php?tipo=%201>).

As pesquisas, realizadas durante o segundo semestre de 2020, não estipularam limite temporal na busca dos documentos. As 333 decisões judiciais encontradas foram classificadas da seguinte maneira: abuso físico, abuso dual e abuso *on-line*. A classificação foi realizada de acordo com o crime de abuso sexual cometido pelo abusador, tipificado no Código Penal ou no Estatuto da Criança e do Adolescente e citado na decisão condenatória do indivíduo (vide Anexo B). Esta classificação de grupos de abusadores a partir do crime/comportamento por eles praticado é inspirada em modelos adotados em pesquisas similares (Elliott et al., 2009; Henshaw, 2017; Pritchard & Bagley, 2000).

A coleta dos dados das 333 decisões judiciais condenatórias consistiu na categorização de 20 variáveis, concernentes ao abusador, à vítima e à relação abusador-vítima. As variáveis colhidas foram categorizadas da seguinte forma (vide Anexo C):

1. Dados relacionados ao abusador:

- 1.1) Tipo de abuso (físico, *on-line* e dual), conforme subsumidos nos tipos penais detalhados no anexo B. A título de exemplo, o grupo de abusadores *on-line* foi composto pelos indivíduos condenados pelos crimes dos artigos 241-A e 241-B da Lei nº 8.069/90, com ênfase no indivíduo consumidor de pornografia infantil, sendo essa definida como qualquer imagem “que envolva criança ou

adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição de órgãos genitais de uma criança ou adolescentes para fins primordialmente sexuais”, nos termos do artigo 241-E da mesma lei (vide anexo B);

1.2) Dados sociodemográficos do abusador: 1.2.1) sexo do abusador (masculino e feminino); 1.2.2) idade do abusador (18 a 25 anos; 26 a 45 anos; 46 a 59 anos e acima de 60 anos); 1.2.3) nível educacional (analfabeto/ensino médio; nível superior e pós-graduação); 1.2.4) emprego/ocupação (trabalha/estuda ou desempregado/não estuda); 1.2.5) com quem reside (reside com cônjuge ou companheiro, dando ênfase à estabilidade afetiva do sujeito; reside sozinho e tem autonomia financeira; reside com os pais ou às expensas de outrem, sem autonomia financeira); 1.2.6) estado civil (casado, em união estável ou viúvo; solteiro e divorciado).

1.3) Dados do histórico criminal do abusador: informações (notícias) sobre a vida criminal do abusador, coletadas pelo magistrado mediante oitiva da vítima, interrogatório do abusador e declarações de testemunhas. Pretendeu-se distinguir casos de abusos oportunistas e únicos dos casos de abusos repetidos, ainda que realizados contra uma única vítima. A variável foi categorizada em: 1.3.1) primário, para designar casos em que não havia notícias de que o abusador havia cometido outro crime além daquele abuso sexual pelo qual estava sendo condenado; 1.3.2) genérico, para indicar casos em que havia notícias de que o abusador havia cometido outros crimes não-sexuais (tais como, roubo, estelionato, etc.), além daquele abuso pelo qual estava sendo condenado; 1.3.3) específico, nos casos em que constava notícias de que o abusador havia cometido outros abusos sexuais contra

crianças, além daquele pelo qual estava sendo condenado. A opção pelo termo “histórico criminal” teve por objetivo distinguir-se do conceito legal de reincidência penal. Ao adotar o termo histórico criminal, foram consideradas todas as notícias de crimes, ao passo que, se adotado o conceito legal de reincidência, se exigiria a condenação pela prática de um crime após o trânsito em julgado pela prática de crime anteriormente praticado.

1.4) Contexto de vida do abusador: 1.4.1) Acesso a crianças (sim/não), no intuito de identificar casos em que o abusador possuía acesso a crianças, seja em razão do trabalho exercido, seja por residir com crianças ou ter livre trânsito à residência com crianças, devido ao vínculo de confiança estabelecido com os responsáveis pela criança; 1.4.2) quantidade de vítimas, considerando todas as notícias sobre a vida criminal do abusador registradas pela decisão judicial (1 vítima; 2 ou 3 vítimas; acima de 4; pornografia infantil).

1.5) Dados processuais: 1.5.1) órgão julgador (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Tribunal Regional Federal da 4ª Região); 1.5.2) pena imposta (até 5 anos; acima de 5 anos até 10 anos; superior a 10 anos); 1.5.3) regime prisional (fechado, semiaberto e aberto).

2. Dados relacionados à vítima:

2.1) idade (até 6 anos de idade; 7 a 12 anos; 13 e 14 anos; pornografia infantil, sem identificação de idade); 2.2) sexo, considerando todas as vítimas do abusador registradas pela decisão judicial (masculino; feminino e ambos os sexos, em casos com mais de uma vítima).

3. Relação abusador-vítima:

3.1) contexto familiar (intrafamiliar ou extrafamiliar ou ambos, em casos com mais de uma vítima), sendo que o conceito de intrafamiliaridade adotado abrangeu residir sob o mesmo teto da vítima ou possuir relação de parentesco até 4º grau (primo); 3.2) relação de parentesco com o abusador (pai/mãe ou irmão; padrasto/madrasta; avô/tio/primo/reside na casa e extrafamiliar; 3.3) consanguinidade (sim/não; extrafamiliar); 3.4) uso de violência (sim/não), considerando como violência os casos que houve penetração vaginal ou anal; 3.5) conhecimento prévio da vítima (sim/não), considerando se abusador e vítima já se conheciam antes da prática do abuso.

A partir desses dados, tendo sido incluídas as decisões judiciais condenatórias por abuso sexual de vítimas menores de 14 anos, os abusadores foram classificados em um de três grupos: abusador físico, abusador *on-line* e abusador dual (praticou abuso físico e *on-line*).

Análise dos dados

Uma análise exploratória de dados por meio de frequência e porcentagem foi realizada. Os grupos foram comparados por meio do teste *Qui-Quadrado*, teste de hipóteses que avalia a associação entre duas variáveis categóricas, cujo princípio básico é comparar proporções ou possíveis diferenças entre as frequências observadas e esperadas. A única variável que não atendeu às suposições do teste *Qui-Quadrado* foi “gênero do abusador”, sendo utilizado o *p-valor* do teste exato de *Fisher*. Como *post-hoc* foram realizados outros testes *Qui-Quadrado* com correção do *p-valor* pelo método FDR.

A análise de correspondência múltipla foi usada para visualizar as diferenças entre os grupos. Tal análise é uma extensão da análise de correspondência simples cujo objetivo é resumir e visualizar tabelas com duas variáveis categóricas. Na análise de correspondência múltipla, um número maior de variáveis categóricas pode ser estudado.

O modelo de regressão logística nominal múltiplo, com critério de seleção de variáveis *stepwise*, foi usado para avaliar os fatores que mais diferenciam os três grupos de abusadores (físico, *on-line* e dual). Esse modelo é semelhante à regressão logística binária, porém nesse caso a variável resposta tem mais que duas possibilidades de categorias, e essas categorias não têm uma ordem natural. A seleção de variáveis *stepwise* é um procedimento iterativo de seleção de variáveis para modelos de regressão múltiplos onde todas as combinações de fatores são testadas e aquela combinação que melhor explica a variabilidade observada na variável dependente é escolhida.

A análise de *cluster* foi usada para avaliar as semelhanças entre os abusadores de um mesmo grupo. Essa análise é uma metodologia estatística usada para classificar observações em grupos, de forma que observações dentro de um mesmo *cluster* sejam muito parecidas e observações em *cluster* distintos sejam muito diferentes. Para definir a diferença/semelhança entre as observações, é usada uma medida de distância que varia conforme os tipos dos dados.

Para algumas variáveis mais específicas, foi feita a comparação entre dois grupos (físico e dual) e nesta comparação também foi usado o teste *Qui-Quadrado*. Para avaliar os fatores que melhor diferenciaram esses dois grupos, foi usada

regressão logística binária múltipla, adotando o *stepwise* como critério de seleção de variáveis.

Por fim, os grupos “1 vítima” e “mais de 2 vítimas” foram comparados por meio do teste *Qui-Quadrado* e o modelo de regressão logística binária múltipla, com *stepwise* como critério de seleção de variáveis, usado para avaliar os fatores associados à repetição de abusos. As análises foram feitas com o auxílio do programa R, versão 3.6.0. O nível de significância usado nas análises foi de 5%.

RESULTADOS

O total de 333 abusadores sexuais foi composto por: abusadores duais ($n = 107$), abusadores físicos ($n = 115$) e abusadores *on-line* ($n = 111$). Foram analisadas 13 variáveis, conforme apontado na Tabela 1.

Tabela 1

Comparação entre os três tipos de abusadores (teste Qui-Quadrado)

Variável	Total (n = 333)	Tipo de Abusador			x ²	p-valor
		Dual (n = 107)	Físico (n = 115)	On-line (n = 111)		
Sexo do abusador					9,92	0,038
Masculino	325 (97,6%)	101 (94,4%)	114 (99,1%)	110 (99,1%)		
Feminino	8 (2,40%)	6 (5,61%)**	1 (0,87%)	1 (0,90%)		
Nível educacional					0,86	0,650 ¹
Analfabeto/EM	45 (56,2%)	13 (48,1%)	10 (66,7%)	22 (57,9%)		
Superior	32 (40,0%)	12 (44,4%)	5 (33,3%)	15 (39,5%)		
Pós-graduação	3 (3,75%)	2 (7,41%)	0 (0,00%)	1 (2,63%)		
Ocupação					3,56	0,168
Empregado	257 (92,8%)	78 (90,7%)	87 (90,6%)	92 (96,8%)		
Desempregado	20 (7,22%)	8 (9,30%)	9 (9,38%)	3 (3,16%)		
Com quem reside					31,0	<0,001
Cônjuge/companheiro	145 (54,7%)	40 (46,0%)	77 (74,0%)**	28 (37,8%)		
Sozinho	59 (22,3%)	27 (31,0%)	14 (13,5%)*	18 (24,3%)		
Com pais ou outro responsável	61 (23,0%)	20 (23,0%)	13 (12,5%)*	28 (37,8%)		
Estado civil					31,	<0,001
Casado/viúvo	148 (55,6%)	39 (43,3%)	80 (76,9%)**	29 (40,3%)		
Solteiro	104 (39,1%)	44 (48,9%)	22 (21,2%)*	38 (52,8%)		
Divorciado	14 (5,26%)	7 (7,78%)	2 (1,92%)*	5 (6,94%)		
Histórico criminal					14,7	<0,001 ²
Primário	21 (6,31%)	1 (0,93%)	15 (13,0%)**	5 (4,50%)		
Genérico	3 (0,90%)	0 (0,00%)	1 (0,87%)	2 (1,80%)		
Específico	309 (92,8%)	106 (99,1%)	99 (86,1%)	104 (93,7%)		

Tabela 1

Comparação entre os três tipos de abusadores (teste Qui-Quadrado) - continuação

Acesso a crianças						80,8	<0,001
	Sim	185 (55,6%)	71 (66,4%)	90 (78,3%)**	24 (21,6%)*		
	Não	148 (44,4%)	36 (33,6%)	25 (21,7%)	87 (78,4%)		
Idade da vítima						184,0	<0,001
	≤6anos	70 (21,0%)	25 (23,4%)	27 (23,5%)	18 (16,2%)*		
	7-12 anos	140 (42,0%)	55 (51,4%)	68 (59,1%)	17 (15,3%)*		
	13-14 anos	53 (15,9%)	27 (25,2%)	20 (17,4%)	6 (5,41%)*		
	Pornografia	70 (21,0%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	70 (63,1%)**		
Sexo da vítima						116,0	<0,001
	Masculino	63 (18,9%)	31 (29,0%)**	18 (15,7%)	14 (12,6%)		
	Feminino	183 (55,0%)	60 (56,1%)	93 (80,9%)**	30 (27,0%)*		
	Ambos	87 (26,1%)	16 (15,0%)	4 (3,48%)*	67 (60,4%)**		
Idade do abusador						3,14	0,535
	18-25 anos	28 (19,7%)	10 (20,4%)	11 (27,5%)	7 (15,2%)		
	26-45 anos	74 (52,1%)	25 (51,0%)	21 (52,5%)	28 (60,9%)		
	≥46 anos	40 (28,2%)	17 (32,7%)	9 (22,0%)	14 (28,6%)		
Pena						133,4	<0,001
	≤5anos	136 (41,1%)	33 (30,8%)	14 (12,2%)*	89 (81,7%)**		
	5-10 anos	76 (23,0%)	30 (28,0%)**	28 (24,3%)	18 (16,5%)*		
	>10 anos	119 (36,0%)	44 (41,1%)*	73 (63,5%)**	2 (1,83%)		
Regime prisional						119,2	<0,001
	Fechado	179 (54,1%)	68 (63,6%)	95 (82,6%)**	16 (14,7%)*		
	Semiaberto	65 (19,6%)	20 (18,7%)	14 (12,2%)*	31 (28,4%)**		
	Aberto	87 (26,3%)	19 (17,8%)	6 (5,22%)*	62 (56,9%)**		

Tabela 1

Comparação entre os três tipos de abusadores (teste Qui-Quadrado) - continuação

Órgão julgador					
	RS	93 (27,9%)	42 (39,3%)	38 (33,0%)	13 (11,7%)
TRF 4a região		37 (11,1%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	37 (33,3%)
	SP	203 (61,0%)	65 (60,7%)	77 (67,0%)	61 (55,0%)

Notas. ¹ Não considera a categoria pós graduação; ² Não considera a categoria Genérico; ** maior porcentagem, comparada com os outros grupos; *menor porcentagem, comparada com os outros grupos.

O “tipo de abuso” ($n = 333$), na categoria abuso *on-line* obteve uma frequência de 111 (33,3% da amostra), abuso físico com frequência de 115 (34,5%) e abuso dual com frequência de 107 (32,1%).

Em relação ao “sexo do abusador” ($n = 333$), os resultados apresentaram 325 indivíduos (97,6% da amostra) do sexo masculino e 8 indivíduos (2,4%) do sexo feminino. A “idade do abusador” ($n = 142$) resultou em 28 abusadores (19,7%) com idade entre 18 e 25 anos; 74 abusadores (52,1%), com idade entre 26 e 45 anos; 40 abusadores (28,2%) com idade a partir de 46 anos. No que se refere ao “nível educacional” ($n = 80$), 45 indivíduos (56,2%) eram analfabetos ou portadores de ensino médio; 32 indivíduos (40%) possuíam nível superior e 3 indivíduos (3,8%) eram pós-graduados. Relativamente à “ocupação” do abusador ($n = 280$), 257 indivíduos (92,8%) trabalhavam ou estudavam e 20 indivíduos (7,2%) estavam desempregados e sem vínculo de estudo. Já, a variável “com quem reside” o abusador ($n = 265$) resultou em 145 indivíduos (54,7%) que residiam com cônjuge ou companheiro; 59 indivíduos (22,3%) residiam sozinhos com autonomia financeira e 61 indivíduos (23%) residiam com os pais ou às expensas de outrem. Quanto ao “estado civil” do abusador ($n = 266$), 148 indivíduos (55,6%) eram casados, em união estável ou viúvos, 104 indivíduos (39,1%) solteiros e 14 indivíduos (5,26%) divorciados.

Também relacionadas ao abusador, quanto ao “histórico criminal” ($n = 333$), em relação a 21 indivíduos (6,3%) não havia notícias da prática de outros crimes; 3 indivíduos (0,9%) com notícias de terem praticado crimes diversos de abusos sexuais contra crianças e em relação a 309 indivíduos (92,8%), havia notícias da prática de outros abusos sexuais contra crianças. Quanto à variável “acesso a crianças” ($n =$

333), 185 indivíduos (55,6%) possuíam acesso a crianças e 148 indivíduos (44,4%) não possuíam acesso a crianças.

Dentre as variáveis relacionadas ao abusador e concernentes aos dados processuais estão a “pena imposta” ($n = 331$), 136 abusadores (41,1%) receberam pena privativa de liberdade de até 5 anos; 76 indivíduos (23%) receberam pena acima de 5 anos e até 10 anos e 119 indivíduos (36%) receberam pena superior a 10 anos. Acerca do “regime prisional” ($n = 331$), 179 indivíduos (54,1%) cumpriram pena em regime fechado; 65 indivíduos (19,6%) em regime semiaberto e 87 indivíduos (26,3%) em regime aberto. Por fim, quanto ao “órgão julgador” ($n = 333$), 93 dos indivíduos (27,9%) foram condenados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul 203 dos indivíduos (61%) receberam condenação do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e 37 indivíduos (11,1%) foram condenados pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que compreende os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Em relação à vítima, as variáveis estudadas foram sexo e idade. No que se refere à idade da vítima ($n = 333$), 70 indivíduos (21%) abusaram de vítima com até 6 anos de idade; 140 indivíduos (42%) praticaram abuso sexual contra vítimas com idade entre 7 e 12 anos; 53 abusadores (15,9%) cometeram abuso contra vítimas com idade entre 13 e 14 anos e 70 abusadores (21%) cometeram a prática de pornografia infantil, sem identificação da faixa etária das vítimas. Quanto ao sexo da vítima ($n = 333$), 183 abusadores (55%) abusaram de vítimas do sexo feminino; 63 dos abusadores (18,9%) cometeram abuso contra vítimas do sexo masculino e 87 abusadores (26,1%) praticaram abuso contra vítimas de ambos os sexos.

Descrição de cada grupo de abusadores

Descrição do grupo de abusadores duais

A amostra de abusadores duais conteve uma frequência de 107 indivíduos. Quanto à variável “sexo do abusador” ($n = 107$), 101 indivíduos (94,4%) eram do sexo masculino e 6 indivíduos do sexo feminino (5,6%). No que se refere ao “nível educacional” ($n = 27$), 13 indivíduos (48,1%) eram analfabetos/ensino médio; 12 indivíduos (44,4%) possuíam o nível superior e 2 indivíduos (7,4%) eram pós-graduados. Em relação à “ocupação” ($n = 86$), 78 indivíduos (90,7%) trabalhavam ou estudavam e 8 indivíduos (9,3%) estavam desempregados ou sem estudar. Na variável “com quem reside” ($n = 87$), 40 indivíduos (46%) residiam com o cônjuge/companheiro; 27 indivíduos (31%) residiam sozinhos e demonstravam autonomia financeira e 20 indivíduos (23%) residiam com os pais ou às expensas de outrem, sem autonomia financeira. Em relação ao “estado civil” ($n = 90$), 39 indivíduos (43,3%) eram casados, em união estável ou viúvos; 44 indivíduos (48,9%) eram solteiros e 7 indivíduos (7,7%) eram divorciados. Por fim, a variável “idade do abusador” ($n = 52$), 10 abusadores (20,4%) tinham entre 18 e 25 anos; 25 indivíduos (51%) possuíam entre 26 e 45 anos e 17 abusadores (32,7%) possuíam de 46 anos de idade ou mais.

Quanto ao “histórico criminal” ($n = 107$), um indivíduo (0,9%) não possuía notícia de qualquer outro crime e 106 indivíduos (99,1%) possuíam notícias da prática de outros abusos sexuais contra crianças. A respeito de nenhum indivíduo constava notícia da prática de crime diverso do abuso sexual. Já, em relação ao “acesso a crianças” ($n = 107$), 71 indivíduos (66,4%) possuíam acesso a crianças, em razão do

trabalho que exercem ou por residirem ou terem trânsito livre à residência com crianças em razão do vínculo de confiança com os responsáveis da criança. Em contrapartida, 36 indivíduos (33,6%) não possuíam acesso a crianças.

Quanto aos dados processuais, na “pena imposta” ($n = 107$), 33 indivíduos (30,8%) foram condenados com pena de até 5 anos; 30 indivíduos (28%) foram condenados com pena acima de 5 anos e até 10 anos e 44 indivíduos (41,1%) foram condenados com pena superior a 10 anos. Quanto ao “regime prisional” ($n = 107$), 68 indivíduos (63,6%) foram condenados a cumprimento de pena no regime fechado; 20 indivíduos (18,7%) foram condenados a cumprimento de pena no regime semiaberto e 19 indivíduos (17,8%) foram condenados a cumprimento de pena no regime aberto.

No que diz respeito às características das vítimas de abusadores duais, quanto à “idade da vítima” ($n = 107$), 25 indivíduos (23,4%), além de possuírem material de pornografia infantil, praticaram abuso sexual contra vítimas de até 6 anos de idade; 55 indivíduos (51,4%) praticaram abuso sexual contra vítimas de idade entre 7 e 12 anos, além de possuírem material de pornografia infantil e 27 indivíduos (25,2%) praticaram abuso sexual contra vítimas de idade entre 13 e 14 anos, além de possuírem material de pornografia infantil. Em relação ao “sexo da vítima” ($n = 107$), 31 indivíduos (29%) praticaram abuso sexual contra vítimas do sexo masculino; 60 indivíduos (56,1%) praticaram abuso sexual contra vítimas do sexo feminino e 16 indivíduos (15%) praticaram abuso sexual contra vítimas do sexo masculino e feminino.

Descrição do grupo de abusadores físicos

A amostra foi composta por 115 indivíduos condenados por abuso sexual físico. Quanto ao “sexo do abusador”, 114 indivíduos (99,1%) eram do sexo masculino e 1 indivíduo (0,8%) do sexo feminino. Em relação ao “nível educacional” ($n = 15$), 10 indivíduos (66,7%) eram analfabetos ou portadores do ensino médio; 5 indivíduos (33,3%) possuíam o nível superior e nenhum indivíduo possuía pós-graduação. Em relação à “ocupação” ($n = 96$), 87 indivíduos (90,6%) estavam comprometidos com trabalho ou estudo e 9 indivíduos (9,38%) estavam desempregados e sem estudar. No que tange à variável “com quem reside” ($n = 104$), 77 indivíduos (74%) residiam com cônjuge ou companheiro; 14 indivíduos (13,5%) residiam sozinhos e 13 indivíduos (12,5%) residiam com seus pais ou às expensas de outrem. Quanto ao “estado civil” ($n = 140$), 80 indivíduos (76,9%) eram casados, união estável ou eram viúvos; 22 indivíduos (21,2%) eram solteiros e 2 indivíduos (1,92%) eram divorciados. Com respeito à “idade do abusador” ($n = 41$), 11 abusadores (27,5%) tinham idade entre 18 e 25 anos; 21 (52,5%) possuíam entre 26 e 45 anos e 09 abusadores (22%) possuíam 46 anos ou mais.

Em relação ao “histórico criminal” ($n = 115$), 15 indivíduos (13%) não possuíam notícia da prática de crimes; 1 indivíduo (0,8%) cometeu outro crime diverso de abuso sexual e 99 indivíduos (86,1%) cometeram outros abusos sexuais contra crianças. Quanto ao “acesso a crianças” ($n = 115$), 90 indivíduos (78,3%) possuíam acesso a crianças, em razão do trabalho que exercem ou por residirem ou terem trânsito livre à residência com crianças em razão do vínculo de confiança com os responsáveis da criança. Em contrapartida, 25 indivíduos (21,7%) não possuíam acesso a crianças.

Quanto aos dados processuais, no que tange à “pena imposta” ($n = 115$), 14 indivíduos (12,2%) foram condenados com pena de até 5 anos; 28 indivíduos (24,3%) foram condenados com pena acima de 5 anos e até 10 anos e 73 indivíduos (63,5%) foram condenados com pena superior a 10 anos. Por fim, quanto ao “regime prisional” ($n = 115$), 95 indivíduos (82,6%) foram condenados a cumprimento de pena no regime fechado; 14 indivíduos (12,2%) foram condenados a cumprimento de pena no regime semiaberto e 6 indivíduos (5,2%) foram condenados a cumprimento de pena no regime aberto.

Quanto às características das vítimas, no que se refere à “idade da vítima” ($n = 115$), 27 indivíduos (23,5%) praticaram abuso sexual contra vítimas de até 6 anos de idade; 68 indivíduos (59,1%) praticaram abuso sexual contra vítimas de idade entre 7 e 12 anos e 20 indivíduos (17,4%) praticaram abuso sexual contra vítimas de idade entre 13 e 14 anos. Relativamente ao “sexo da vítima” ($n = 115$), 18 indivíduos (15,7%) praticaram abuso sexual contra vítimas do sexo masculino; 93 indivíduos (80,9%) praticaram abuso sexual contra vítimas do sexo feminino e 4 indivíduos (3,5%) praticaram abuso sexual contra vítimas do sexo masculino e feminino.

Descrição do grupo de abusadores on-line

A amostra foi composta por 111 indivíduos condenados por abuso *on-line*. Quanto à variável “sexo do abusador” ($n = 111$), 110 indivíduos (99,1%) eram do sexo masculino e 1 indivíduo (0,9%) do sexo feminino. No que se refere ao “nível educacional” ($n = 38$), 22 indivíduos (57,9%) eram analfabetos ou portadores de ensino médio; 15 indivíduos (39,5%) possuíam nível superior e 1 indivíduo (2,6%)

tinha pós-graduação. Em relação à “ocupação” ($n = 95$), 92 indivíduos (96,8%) trabalhavam ou estudavam e 3 indivíduos (3,1%) estavam desempregados ou sem estudar. Na variável “com quem reside” ($n = 74$), 28 indivíduos (37,8%) residiam com cônjuge ou companheiro; 18 indivíduos (24,3%) residiam sozinhos e 28 indivíduos (37,8%) residiam com os pais ou às expensas de outrem. Em relação ao “estado civil” ($n = 72$), 29 indivíduos (40,3%) eram casados, em união estável ou eram viúvos; 38 indivíduos (52,8%) eram solteiros e 5 indivíduos (6,9%) eram divorciados. Quanto à variável “idade do abusador” ($n = 49$), 7 abusadores (15,2%) tinham entre 18 e 25 anos; 28 (60,9%) possuíam entre 26 e 45 anos e 14 abusadores (28,6%) possuíam entre 46 anos ou mais.

Quanto ao “histórico criminal” ($n = 111$), em relação a 5 indivíduos (4,5%) não havia notícias da prática de qualquer crime; 2 indivíduos (1,8%) possuíam notícia da prática de crime diverso de abusos sexuais contra crianças e 104 indivíduos (93,7%) indicavam prática reiterada de abusos *on-line*, considerando a extensa quantidade de material pornográfico armazenado. Já, em relação ao “acesso a crianças” ($n = 111$), 24 indivíduos (21,2%) possuíam acesso a crianças, em razão do trabalho que exercem ou por residirem ou terem trânsito livre à residência com crianças em razão do vínculo de confiança com os responsáveis da criança. Em contrapartida, 87 indivíduos (78,4%) não possuíam acesso a crianças.

No que tange aos dados processuais, a “pena imposta” ($n = 109$), 89 indivíduos (81,7%) foram condenados com pena de até 5 anos; 18 indivíduos (16,5%) foram condenados com pena acima de 5 anos e até 10 anos e 2 indivíduos (1,8%) foram condenados com pena superior a 10 anos. Quanto ao “regime prisional” ($n = 109$), 16

indivíduos (14,7%) foram condenados a cumprimento de pena no regime fechado; 31 indivíduos (28,4%) foram condenados a cumprimento de pena no regime semiaberto e 62 indivíduos (56,9%) foram condenados a cumprimento de pena no regime aberto.

No que diz respeito às características das vítimas de abusadores *on-line*, quanto à “idade da vítima” ($n = 111$), 18 indivíduos (16,2%) possuíam imagem de pornografia infantil com vítimas de até 6 anos de idade; 17 indivíduos (15,3%) possuíam imagem de pornografia infantil com vítimas de idade entre 7 e 12 anos; 6 indivíduos (5,4%) possuíam imagem de pornografia infantil com vítimas de idade entre 13 e 14 anos e os demais 70 indivíduos (63,1%) detinham imagens de pornografia infantil sem identificação da faixa etária das vítimas. Em relação ao “sexo da vítima” ($n = 111$), 14 indivíduos (12,6%) possuíam imagens catalogadas somente para vítimas do sexo masculino; 30 indivíduos (27%) possuíam imagens catalogadas somente para vítimas do sexo feminino e 67 (60,4%) possuíam imagens sem especificação do sexo da vítima.

Análise da Tabela 1

A Tabela 1 apresenta a distribuição em frequência e porcentagem das características dos três tipos de abusadores e o *p-valor* da comparação entre eles. Não foi possível coletar todas as variáveis de todos os sujeitos. Das 13 variáveis, 7 variáveis têm dados faltantes: o nível educacional apresenta 76% de dados faltantes; a ocupação tem 17% de dados faltantes; com quem reside apresenta 20% de dados faltantes; estado civil tem 20% de dados faltantes; idade do abusador apresenta 57% de dados faltantes; pena tem 1% de dados faltantes e regime prisional apresenta 1% de dados faltantes.

Em relação ao sexo do abusador (*p-valor* = 0,038), nota-se predominância do sexo masculino em todos os grupos, com maior presença de feminino no grupo dual (5,61% de sexo feminino) e 2,40% nos três grupos. O nível educacional (*p-valor* = 0,650) e ocupação (*p-valor* = 0,168) não diferiu significativamente entre os três grupos. Em relação aos companheiros de residência do abusador, foi observada diferença significativa entre os grupos (*p-valor* < 0,001): 74% dos abusadores físicos residem com o cônjuge/companheiro, enquanto que os abusadores dual e *on-line* apresentam distribuição mais homogênea entre as três categorias (cônjuge, sozinho e com os pais). Como consequência, nota-se também diferença significativa entre os grupos em relação ao estado civil (*p-valor* < 0,001): 76,9% dos abusadores físicos são casados ou viúvos, enquanto que os abusadores duais e *on-line* se dividem entre casados e solteiros. Em todos os grupos a porcentagem de divorciados é baixa, sendo mais baixa no grupo físico. Não foi observada diferença estatisticamente significativa entre os grupos em relação à idade do abusador (*p-valor* = 0,535).

Vale notar que apenas 3 abusadores apresentaram histórico criminal genérico, indicando que, além da condenação em abuso sexual contra menor de 14 anos, também cometeram outro crime diverso de abuso sexual. Dos 3 abusadores, 1 é abusador físico e 2 são abusadores *on-line*. Para comparar os grupos em relação à variável histórico criminal, a categoria genérico foi excluída. O resultado observou diferença estatisticamente significativa entre os grupos (p -valor = 0,001) com o grupo físico apresentando maior frequência de histórico criminal primário que os outros dois grupos. Em relação ao acesso a crianças (p -valor < 0,001), nota-se que o grupo físico tem mais acesso (78,3%), seguido do dual (66,4%) e, por fim do *on-line* (21,6%).

A diferença entre os grupos em relação à idade da vítima (p -valor < 0,001) deve-se, principalmente, porque a categoria pornografia só está presente no grupo *on-line*. Excluindo essa categoria, e consequentemente reduzindo o número de abusadores *on-line*, o p -valor da comparação entre os grupos é 0,044, mantendo a diferença significativa entre os grupos, já que o grupo *on-line* apresenta maior porcentagem de vítimas com idade menor ou igual a 6 anos (43,9% contra 23,4% do dual e 23,5% do físico). Os grupos dual e físico apresentam maior porcentagem de vítimas com idade entre 7 e 12 anos (dual = 51,4%; físico = 59,1%, *on-line* = 41,4%). Já, a porcentagem de vítimas com idade entre 13 e 14 anos no grupo dual é de 25,2%, no grupo físico 17,4% e no grupo *on-line* 14,6%. No que se refere à variável sexo da vítima (p -valor < 0,001), o sexo masculino é mais presente no grupo dual (29%), o feminino é mais presente no grupo físico (80,9%), seguido do dual (56,1%) e *on-line* (27%). O grupo que mais apresenta vítimas de ambos os sexos é o *on-line* (60,4%). Esta informação deve ser aceita com ressalvas, já que esta pesquisa tomou como pressuposto que o

armazenamento de grande quantidade de imagens de pornografia infantil supõe imagens de ambos os sexos. As hipóteses de vítima do sexo feminino e/ou masculino foram assinaladas nos casos em que a decisão judicial dá destaque a esta preferência explícita do abusador.

Em relação à pena imposta aos abusadores (p -valor < 0,001), o grupo *on-line* apresenta menor tempo de pena e o grupo físico maior tempo de pena. Quanto ao regime prisional (p -valor < 0,001), o grupo físico tem maior frequência de regime fechado e o grupo *on-line* maior frequência de semiaberto e aberto.

Para ajudar na visualização da Tabela 1, os dados foram submetidos à Análise de Correspondência Múltipla, que está apresentada nas Figuras 6 e 7 e nas Tabelas 2 e 3. Nota-se que os dois primeiros eixos dessa análise explicam 27,9% da variabilidade observada nos dados, que é um nível de explicação baixo. Consideramos um bom nível de explicação mais que 70%. Porém, é possível prosseguir com a interpretação, uma vez que as figuras serão usadas apenas como análise exploratória, que não está sendo usada para inferir sobre a população, apenas para auxiliar na visualização dos dados.

Tanto para a análise de correspondência quanto para a regressão logística o banco de dados foi reduzido para 225 sujeitos, que são aqueles que têm observações completas, desconsiderando as variáveis nível educacional e idade do abusador, variáveis nas quais havia muitos dados faltantes. Realizou-se a tentativa de imputação dos dados faltantes, também excluindo as variáveis nível educacional e idade do abusador, porém a taxa de erro ficou alta (24,5%). Portanto, preferiu-se usar os dados originais que contém observações completas.

Na Figura 6 observa-se que as variáveis Pena, Regime_prisional e Acesso_crianças são mais correlacionadas com o CP1 e as variáveis Com_quem_reside, Sexo da vítima e Estado_civil são mais correlacionadas com o CP2.

A Figura 7 mostra que há diferença entre os três grupos, embora os grupos Dual e Físico sejam mais semelhantes entre si e o *on-line* seja bastante diferente dos outros dois. O grupo *on-line* está mais caracterizado por pena ≤ 5 anos, regime prisional aberto, órgão julgador TRF 4ª região. O grupo Dual está mais caracterizado por vítimas de 13 a 14 anos e menor de 6 anos, órgão julgador do TJ/RS. O grupo Físico está mais caracterizado por sexo da vítima feminino, regime prisional fechado, pena >10 anos, idade da vítima de 7 a 12 anos, acesso a crianças.

Figura 6

Correlação entre as variáveis e as componentes principais

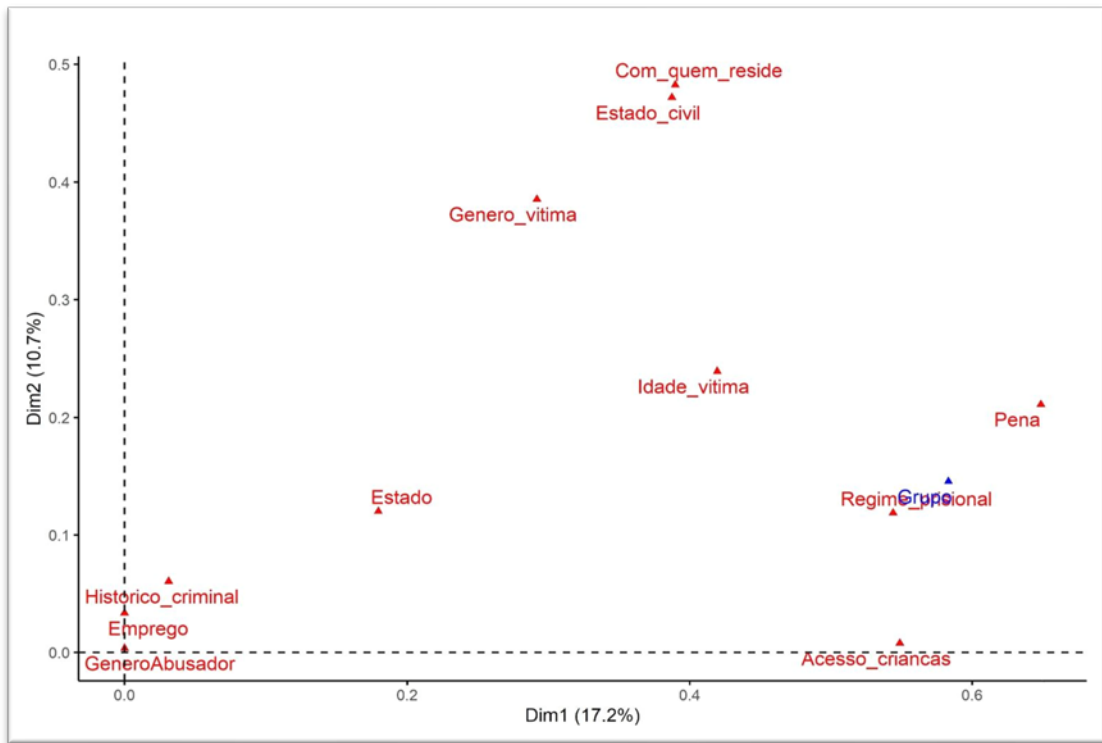
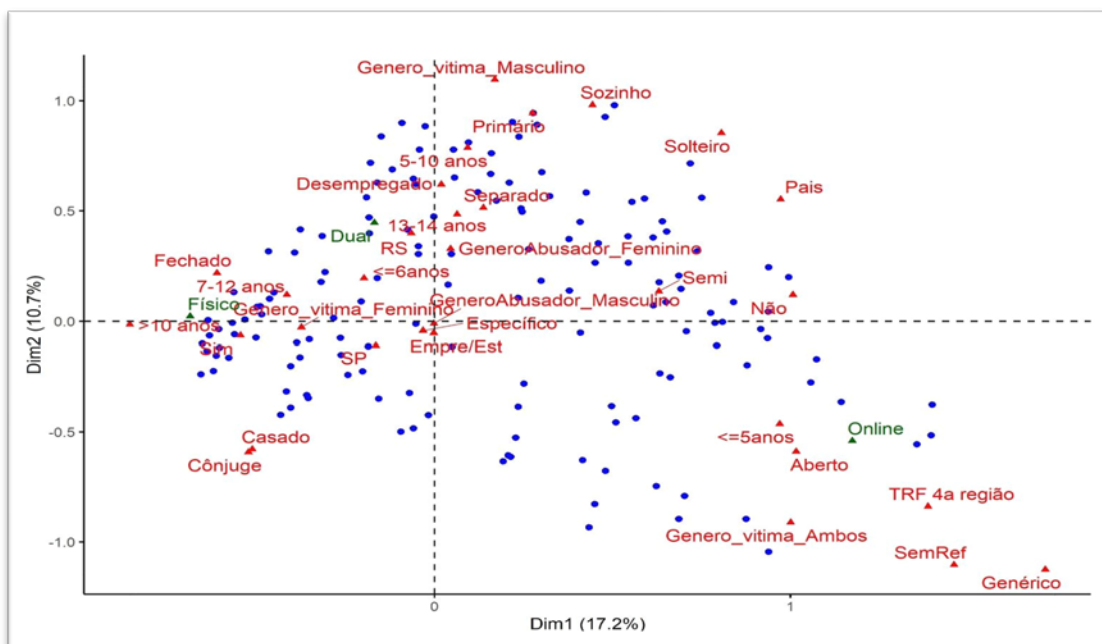


Figura 7

Biplot dos sujeitos e variáveis



A Tabela 2 mostra a correlação de cada variável com as duas componentes principais apresentadas na Análise de Correspondência Múltipla, quanto maior o valor maior a correlação da variável com a componente principal (ou dimensão) em questão, por exemplo, as variáveis Pena, Acesso_crianças e Regime_prisional são mais correlacionadas com a CP 1 e as variáveis Com_quem_reside, Estado_civil e Sexo_Vitima são mais relacionadas com o CP2.

Tabela 2

Correlação das variáveis com cada dimensão (CP) da Análise de Correspondência Múltipla

Variável	Dim1	Dim2
Sexo_Abusador	0.0000	0.0030
Emprego	0.0000	0.0330
Com_quem_reside	0.3900	0.4830
Estado_civil	0.3870	0.4720
Historico_criminal	0.0310	0.0600
Acesso_crianças	0.5490	0.0080
Idade_vitima	0.4200	0.2390
Sexo_vitima	0.2920	0.3850
Pena	0.6490	0.2110
Regime_prisional	0.5440	0.1190

Tabela 3

Contribuição de cada categoria para a definição de cada CP da Análise de Correspondência Múltipla

Variável/Categoria	Dim1	Dim2
SexoAbusador_Masculino	0.0001	0.0035

Tabela 3

Contribuição de cada categoria para a definição de cada CP da Análise de Correspondência Múltipla - continuação

SexoAbusador_Feminino	0.0001	0.0035
Empre/Est	0.0000	0.0334
Desempregado	0.0000	0.0334
Cônjuge	0.3598	0.4629
Sozinho	0.0592	0.2887
Pais	0.2364	0.0762
Casado	0.3651	0.4660
Solteiro	0.3652	0.4090
Separado	0.0012	0.0162
Primário	0.0043	0.0501
Genérico	0.0264	0.0114
Específico	0.0154	0.0278
Sim	0.5487	0.0077
Não	0.5487	0.0077
<=6anos	0.0133	0.0129
7-12 anos	0.1400	0.0116
13-14 anos	0.0007	0.0388
SemRef	0.3930	0.2248
Sexo_vitima_Masculino	0.0064	0.2674
Sexo_vitima_Feminino	0.2260	0.0013
Sexo_vitima_Ambos	0.2503	0.2078
<=5anos	0.5188	0.1185
5-10 anos	0.0024	0.1719
>10 anos	0.5448	0.0002
Fechado	0.5294	0.0673
Semiaberto	0.0757	0.0035
Aberto	0.3503	0.1179
RS	0.0022	0.0812
TRF 4a região	0.1775	0.0649
SP	0.0371	0.0168

A Tabela 3 mostra a contribuição de cada categoria das variáveis para a construção de cada uma das componentes principais, quanto maior o valor, maior a contribuição da categoria para aquela CP.

Nomenclatura: CP = componente principal = dimensão.

Lembrando que a Análise de Correspondência Múltipla tem baixo poder de explicação (27,9%), portanto as interpretações dessa análise devem ser feitas com cautela, evitando fazer fortes afirmações.

Em uma segunda análise, foram incluídas todas as variáveis coletadas no estudo, sendo submetidas à Análise de Correspondência Múltipla, que está apresentada nas Figuras 8 e 9 e nas Tabelas 4 e 5. Nota-se que os dois primeiros eixos dessa análise explicam 32,4% da variabilidade observada nos dados, que é um nível de explicação baixo. Consideramos um bom nível de explicação mais que 70%. Porém, é possível prosseguir com a interpretação, uma vez que as figuras serão usadas apenas como análise exploratória, que não está sendo usada para inferir sobre a população, apenas para auxiliar na visualização dos dados.

Tanto para a análise de correspondência quanto para a regressão logística o banco de dados foi reduzido para 225 sujeitos, que são aqueles que têm observações completas, desconsiderando as variáveis nível educacional e idade do abusador, variáveis em que havia muitos dados faltantes. Realizou-se a tentativa de imputação dos dados faltantes, também excluindo as variáveis nível educacional e idade do abusador, porém a taxa de erro ficou alta (24,5%). Portanto, preferiu-se usar os dados originais que contém observações completas.

Na Figura 8, pode-se observar que as variáveis relação de parentesco e consanguinidade estão bastante relacionadas entre si e estão correlacionadas com os dois componentes principais (Dim1 e Dim2).

A Figura 9 mostra que os 3 grupos são bastante diferentes entre si. Os abusadores *on-line* foram mais caracterizados por abuso sem uso de violência e contato com vítimas por meio da internet, pela própria natureza do abuso. Além disso, o grupo de abusadores *on-line* se caracterizou por ter menos acesso a crianças; não conhecer a vítima e abusar de vítimas de ambos os sexos. A condenação de abusadores *on-line* é fixada em até 5 anos e em regime aberto. Os abusadores físicos estão mais caracterizados por abusos contra 1 vítima, sendo esta do sexo feminino, com idade entre 7 e 12 anos e previamente conhecida pelo abusador. Ademais, os abusadores físicos são predominantemente casados e residem com o cônjuge, além de serem mais condenados à pena superior a 10 anos e em regime fechado. Os abusadores duais são mais caracterizados por abusar de mais de uma vítima (2-3 e ≥ 4), sendo estas, também, do sexo masculino, com idade de até 6 anos ou entre 13 e 14 anos. Também, parecem se caracterizar por abusar de vítimas do seu contexto extra e intrafamiliar, com uso de violência. Em casos de abuso intrafamiliar, os abusadores são consanguíneos, na figura de pai/mãe ou irmão/irmã da vítima. Por fim, os abusadores duais distinguem-se por serem o grupo com mais indivíduos divorciados.

Figura 8

Correlação entre as variáveis e as componentes principais

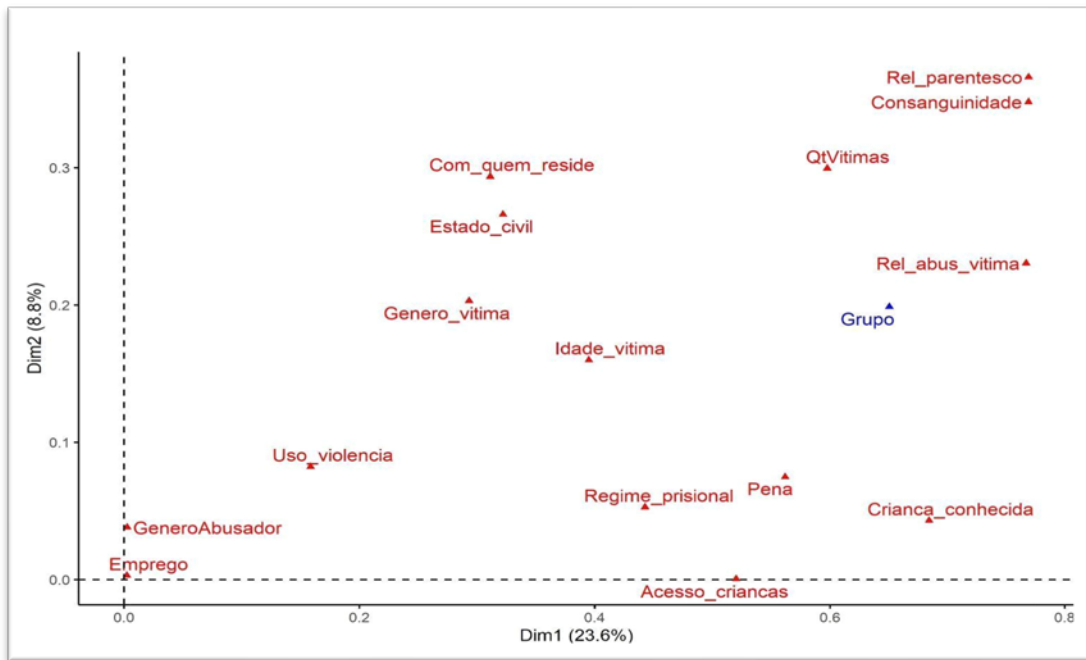


Figura 9

Biplot dos sujeitos e variáveis

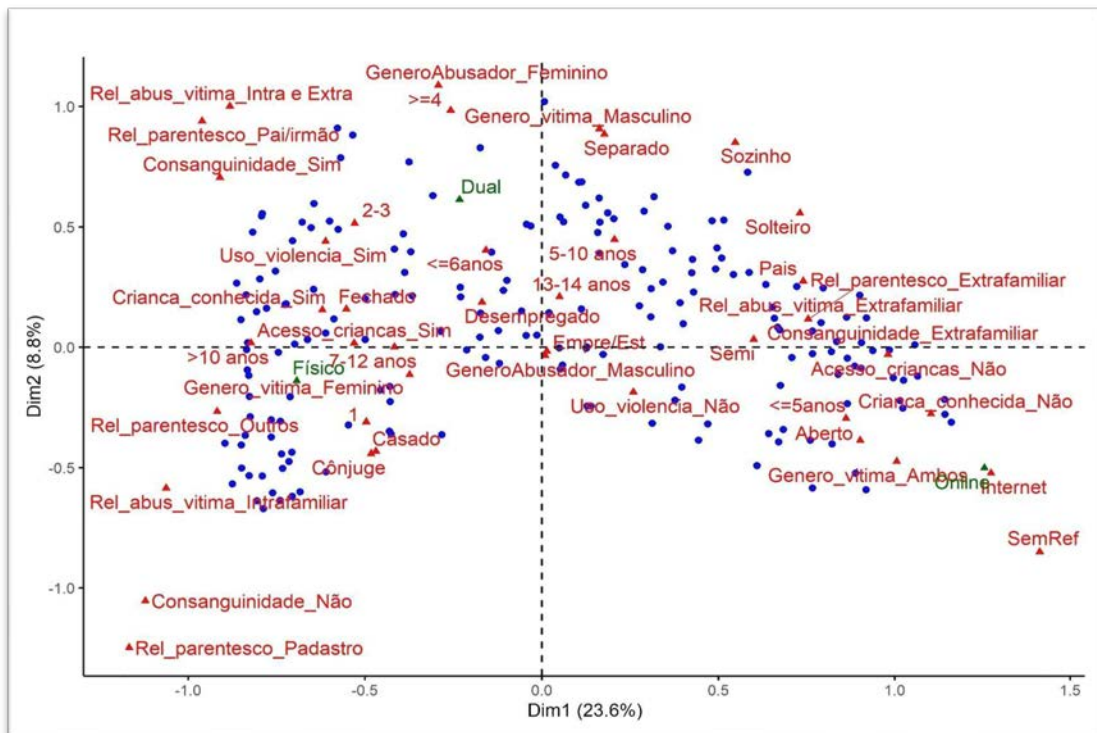


Tabela de correlação da Figura 8

A Tabela 4 mostra a correlação de cada variável com as duas componentes principais apresentadas na Análise de Correspondência Múltipla. Quanto maior o valor, maior a correlação da variável com a componente principal (ou dimensão) em questão. Dessa forma, as variáveis Contexto_familiar, Consanguinidade e Rel_parentesco são mais correlacionadas com a CP 1 e nenhuma variável tem correlação alta com a CP 2, sendo as mais altas Consanguinidade e Rel_parentesco. Vale lembrar que a CP tem baixo poder de explicação (8,8%). Daí, a baixa correlação das variáveis com essa CP.

Tabela 4

Correlação das variáveis com cada dimensão (CP) da ACM

Variável	Dim1	Dim2
SexoAbusador	0.0027	0.0381
Emprego	0.0025	0.0030
Com_quem_reside	0.3113	0.2934
Estado_civil	0.3221	0.2659
Acesso_crianças	0.5203	0.0005
QtVítimas	0.5975	0.2994
Idade_vitima	0.3951	0.1599
Sexo_vitima	0.2933	0.2031
Contexto_familiar	0.7671	0.2304
Consanguinidade	0.7692	0.3478
Rel_parentesco	0.7693	0.3659
Uso_violencia	0.1585	0.0822
Conhec prévio_vít	0.6844	0.0430
Pena	0.5619	0.0749
Regime_prisional	0.4427	0.0528

A Tabela 5 mostra a contribuição de cada categoria das variáveis para a construção de cada uma das componentes principais. Quanto maior o valor, maior a contribuição da categoria para aquela CP. Assim, as categorias pertinentes à extrafamiliaridade são relacionadas com a DIM1 e a categoria pertinente a não consanguinidade está relacionada com a DIM2, em consonância com os dados da Figura 8. Há que se lembrar que a ACM tem baixo poder de explicação (32,4%), razão pela qual se deve evitar fazer fortes afirmações.

Tabela 5

Contribuição de cada categoria para a definição de cada CP da ACM

Variável/Categoria	Dim1	Dim2
SexoAbusador_Masculino	0.0027	0.0381
SexoAbusador_Feminino	0.0027	0.0381
Empre/Est	0.0025	0.0030
Desempregado	0.0025	0.0030
Cônjuge	0.3073	0.2579
Sozinho	0.0901	0.2173
Pais	0.1369	0.0189
Casado	0.3069	0.2606
Solteiro	0.3001	0.1747
Separado	0.0019	0.0480
Acesso_crianças_Sim	0.5203	0.0005
Acesso_crianças_Não	0.5203	0.0005
1	0.1412	0.0552
2-3	0.0862	0.0818
>=4	0.0102	0.1488
Internet	0.5905	0.0993
<=6anos	0.0084	0.0552
7-12 anos	0.1414	0.0000
13-14 anos	0.0004	0.0073
SemRef	0.3677	0.1332
Sexo_vitima_Masculino	0.0059	0.1835
Sexo_vitima_Feminino	0.2257	0.0210
Sexo_vitima_Ambos	0.2528	0.0563

Tabela 5

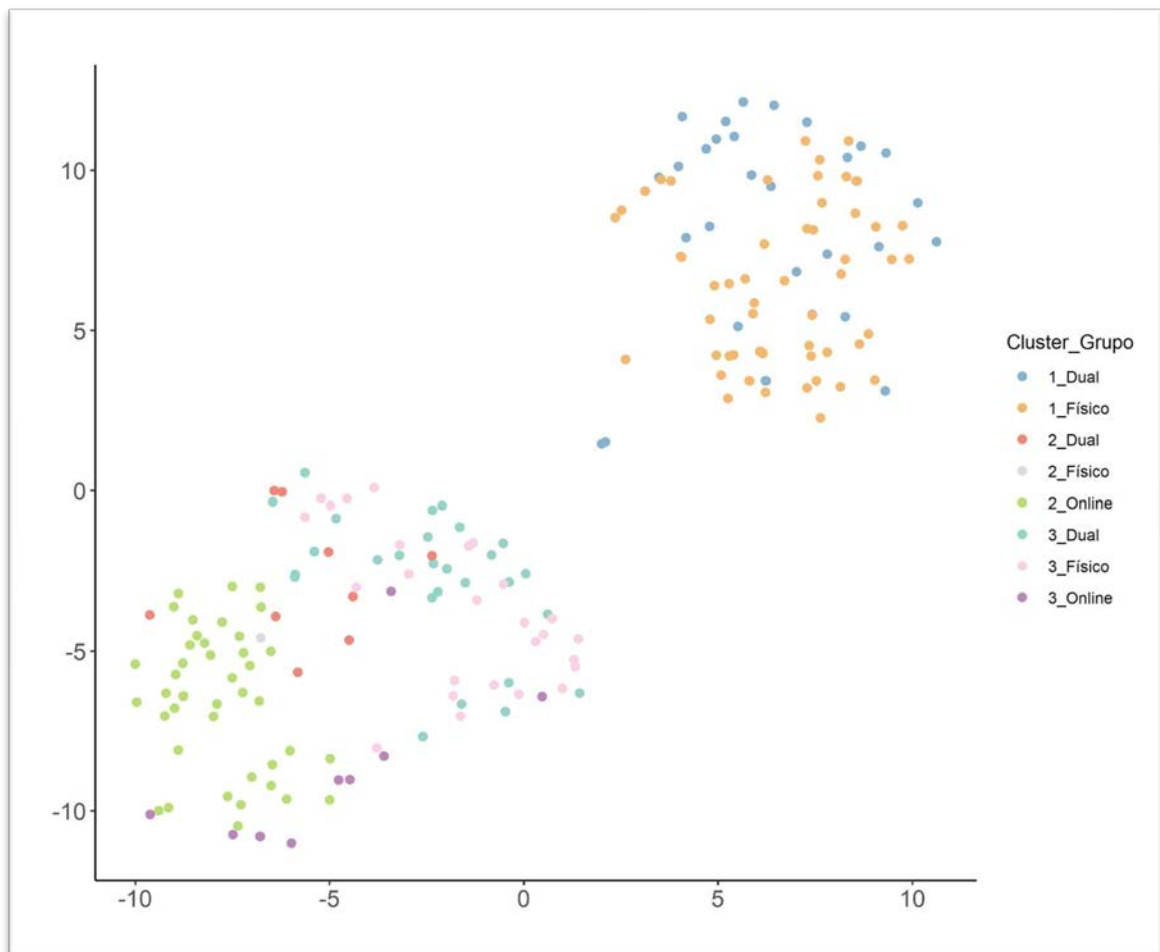
Contribuição de cada categoria para a definição de cada CP da ACM – continuação

Cont_familiar_Intrafamiliar	0.5096	0.1553
Cont_familiar_Extrafamiliar	0.7644	0.0182
Cont_familiar_Intra e Extra	0.1017	0.1308
Consanguinidade_Sim	0.2306	0.1381
Consanguinidade_Não	0.3320	0.2933
Consanguinidade_Extrafamiliar	0.7644	0.0182
Rel_parentesco_Pai/irmão	0.1643	0.1572
Rel_parentesco_Padastro	0.2175	0.2492
Rel_parentesco_Outros	0.1347	0.0114
Rel_parentesco_Extrafamiliar	0.7644	0.0182
Uso_violencia_Sim	0.1585	0.0822
Uso_violencia_Não	0.1585	0.0822
Crianca_conhecida_Sim	0.6844	0.0430
Crianca_conhecida_Não	0.6844	0.0430
<=5anos	0.4092	0.0483
5-10 anos	0.0118	0.0558
>10 anos	0.5040	0.0002
Fechado	0.4338	0.0356
Semiaberto	0.0685	0.0002
Aberto	0.2757	0.0508

Em seguida, com o objetivo de avaliar se o agrupamento realizado pelas variáveis estudadas se assemelha com os grupos de abusadores, foi usada a análise de *cluster* usando a distância de Gower e algoritmo *Partitioning Around Medoids*. Fixando o número de clusters em 3 (número de grupos de abusadores) nota-se que o cluster 1 tem na sua maioria abusadores físicos, mas uma quantidade razoável de abusadores duais também, o cluster 2 é composto pela maioria de abusadores *on-line* e o cluster 3 ficou dividido, principalmente, entre dual e físico, como mostra a Tabela 6 e Figura 10.

Tabela 6*Análise de Cluster*

Cluster	Dual	Físico	On-line
1	35	61	0
2	9	1	53
3	28	28	10

Figura 10*Visualização dos sujeitos classificados pelo grupo e cluster*

A Tabela 7 apresenta o resultado da regressão logística nominal usando o procedimento *stepwise* para selecionar os fatores que mais diferenciam os grupos de abuso e avaliando quais variáveis, conjuntamente, melhor diferenciam os 3 grupos de abusadores. A partir desse modelo conclui-se que as variáveis que, conjuntamente, melhor diferenciam os 3 grupos de abuso são: regime prisional, estado civil e acesso a crianças. Mantendo as outras variáveis fixas, abusadores duais têm chance 12 vezes menor de regime aberto que abusadores *on-line*; abusadores físicos têm chance 71 vezes menor de regime aberto que abusadores *on-line*; abusadores duais têm chance 5 vezes menor de regime semiaberto que abusadores *on-line*; abusadores físicos têm chance 5,8 vezes menor de regime semiaberto que abusadores *on-line*; abusadores físicos têm chance 24 vezes menor de serem divorciados que abusadores *on-line*; abusadores duais têm chance 2,94 vezes maior de serem solteiros que abusadores *on-line*; abusadores duais têm chance 13,2 vezes maior de terem acesso a crianças que abusadores *on-line*; abusadores físicos têm chance 10 vezes maior de terem acesso às crianças que abusadores *on-line*.

Tabela 7

Regressão logística nominal múltipla para os 3 grupos, mantendo como referência o grupo on-line

Variável/ Grupo	OR	LI	LS	<i>p</i> -valor
Aberto/ Dual	0.082	0.029	0.236	<0.001
Aberto/ Físico	0.014	0.004	0.054	<0.001
Semiaberto/ Dual	0.203	0.064	0.641	0.007
Semiaberto/ Físico	0.172	0.054	0.553	0.003
Divorciado/ Dual	0.328	0.061	1.773	0.195
Divorciado/ Físico	0.041	0.005	0.312	0.002
Solteiro/ Dual	2.940	1.013	8.531	0.047

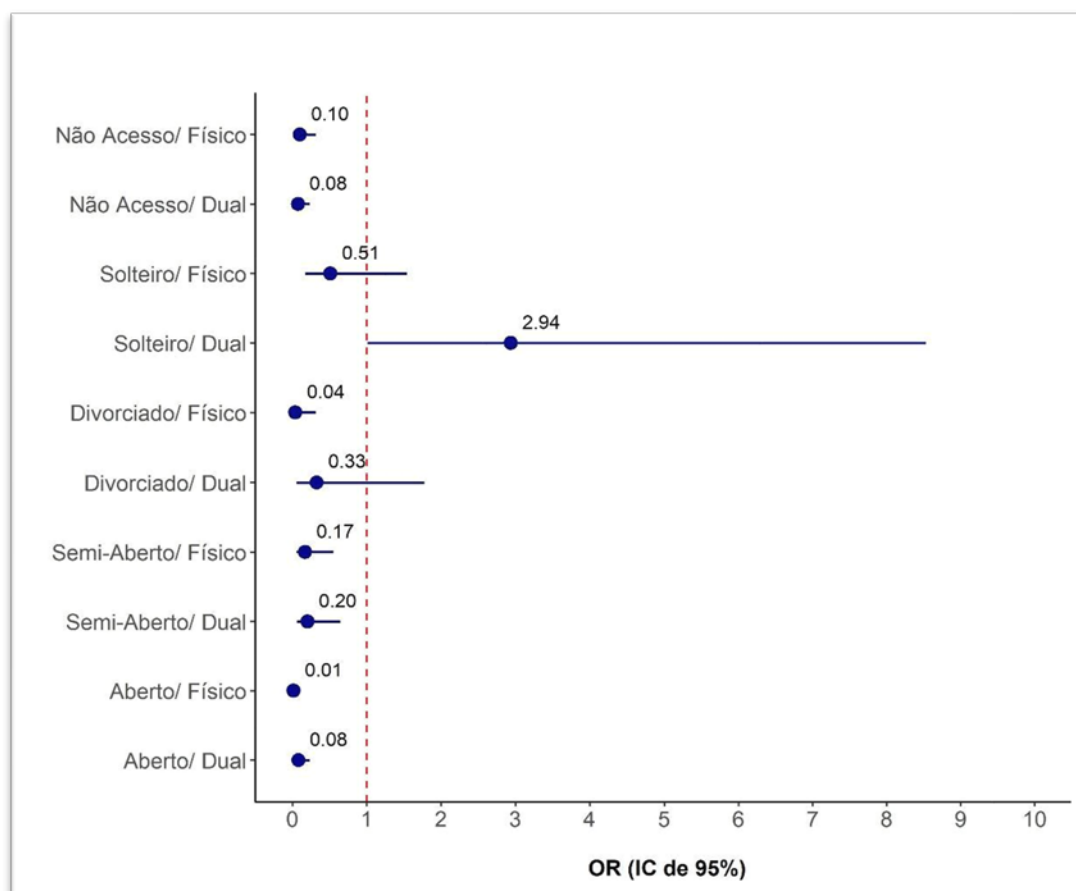
Tabela 7

Regressão logística nominal múltipla para os 3 grupos, mantendo como referência o grupo on-line – continuação

Solteiro/ Físico	0.513	0.171	1.542	0.235
Não Acesso/ Dual	0.076	0.025	0.232	<0.001
Não Acesso/ Físico	0.099	0.031	0.313	<0.001

Figura 11

Razão de chances e intervalo de 95% de confiança da razão de chances da regressão logística nominal múltipla para avaliar os fatores que mais diferenciam os grupos.



Na comparação entre os abusadores do grupo dual e físico, em variáveis próprias desse tipo de abuso, a Tabela 8 indicou que abusadores físicos apresentam maior porcentagem de vítima única (61,7%) que abusadores duais (34,6%) (p -valor < 0,001). No grupo de abusadores duais prepondera quantidade de vítima 2-3 e maiores ou igual a 4 vítimas. Analisando o contexto familiar entre abusador e vítima, nota-se maior prevalência de relação intrafamiliar nos abusadores físicos e relação extrafamiliar nos abusadores duais (p -valor < 0,001). Em relação à consanguinidade (p -valor = 0,004), observa-se maior porcentagem de não consanguíneos no grupo físico e extrafamiliar no grupo dual. Considerando a relação de parentesco (p -valor = 0,019), a porcentagem de padrastos e outros parentes é maior no grupo físico e a relação extrafamiliar é maior no grupo dual. Em relação ao sexo da vítima (p -valor < 0,001) nota-se que vítimas do sexo masculino e vítimas de ambos os sexos estão mais presentes no grupo de abusador dual e vítimas do sexo feminino no grupo de abusador físico. A proporção de uso de violência (p -valor = 0,408) e de conhecimento prévio da vítima (p -valor = 0,168) e idade da vítima (p -valor = 0,332) não é estatisticamente diferente entre os dois grupos.

Tabela 8

Comparação entre os dois tipos de abusadores (teste Qui-Quadrado)

Variável	Total	Tipo de Abusador		χ^2	p -valor
		Dual ($n = 107$)	Físico ($n = 115$)		
Quantidade de vítimas				18.19	<0.001
1	108 (48.6%)	37 (34.6%)	71 (61.7%)		
2 a 3	74 (33.3%)	42 (39.3%)	32 (27.8%)		

Tabela 8*Comparação entre os dois tipos de abusadores (teste Qui-Quadrado) – continuação*

4 ou mais	40 (18.0%)	28 (26.2%)	12 (10.4%)		
Contexto familiar				24.43	<0.001
Intrafamiliar	79 (35.6%)	21 (19.6%)	58 (50.4%)		
Extrafamiliar	113 (50.9%)	65 (60.7%)	48 (41.7%)		
Intra e Extra	30 (13.5%)	21 (19.6%)	9 (7.83%)		
Consanguinidade				18.84	0.004
Sim	56 (25.2%)	26 (24.3%)	30 (26.1%)		
Não	53 (23.9%)	16 (15.0%)	37 (32.2%)		
Extrafamiliar	113 (50.9%)	65 (60.7%)	48 (41.7%)		
Relação de parentesco				10.0	0.019
Pai ou irmão	38 (17.1%)	18 (16.8%)	20 (17.4%)		
Padrasto	35 (15.8%)	11 (10.3%)	24 (20.9%)		
Outros parentes	36 (16.2%)	13 (12.1%)	23 (20.0%)		
Extrafamiliar	113 (50.9%)	65 (60.7%)	48 (41.7%)		
Uso de violência				0.68	0.408
Sim	84 (37.8%)	37 (34.6%)	47 (40.9%)		
Não	138 (62.2%)	70 (65.4%)	68 (59.1%)		
Conhecimento prévio da vítima				1.90	0.168
Sim	191 (86.0%)	88 (82.2%)	103 (89.6%)		
Não	31 (14.0%)	19 (17.8%)	12 (10.4%)		
Idade da vítima				2.21	0.332
≤6 anos	52 (23.4%)	25 (23.4%)	27 (23.5%)		
7-12 anos	123 (55.4%)	55 (51.4%)	68 (59.1%)		

Tabela 8

Comparação entre os dois tipos de abusadores (teste Qui-Quadrado) – continuação

	13-14 anos	47 (21.2%)	27 (25.2%)	20 (17.4%)		
Sexo da vítima					17.50	<0.001
Masculino		49 (22.1%)	31 (29.0%)	18 (15.7%)		
Feminino		153 (68.9%)	60 (56.1%)	93 (80.9%)		
Ambos		20 (9.01%)	16 (15.0%)	4 (3.48%)		

A Tabela 9 e Figura 12 mostram que as variáveis que mais diferenciam os grupos dual e físico são o contexto familiar e o sexo da vítima. Mantendo as demais variáveis fixas, abusadores duais têm 26,7% mais chance de ter relação extrafamiliar com suas vítimas que abusadores físicos; abusadores duais têm 47% mais chance de terem relação intrafamiliar com a vítima que abusadores físicos; abusadores duais têm 21% mais chance de vítima masculina que abusadores físicos e abusadores duais têm 32,9% mais chance de vítimas de ambos os sexos que abusadores físicos.

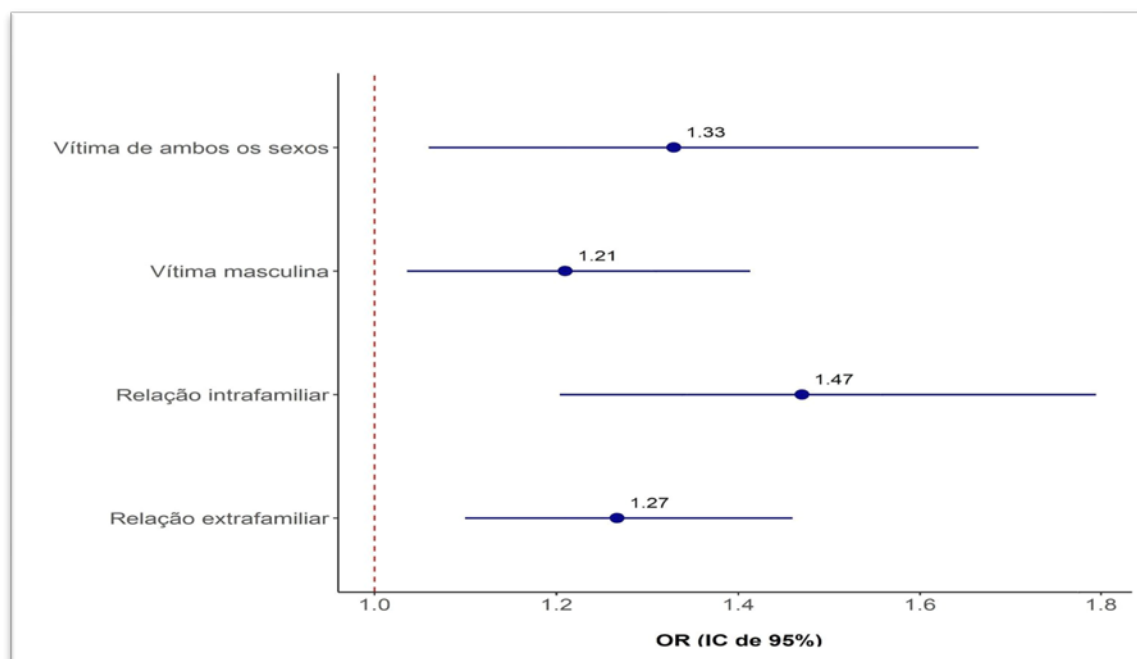
Tabela 9

Regressão Logística Binária múltipla

Variável	OR	LI	LS	p-valor
Relação extrafamiliar	1.267	1.100	1.460	<0.001
Relação intrafamiliar	1.470	1.204	1.795	<0.001
Vítima Masculina	1.210	1.036	1.413	<0.017
Vítima de ambos os sexos	1.329	1.060	1.665	<0.014

Figura 12

Razão de chances e intervalo de 95% da razão de chances da regressão logística múltipla para avaliar os fatores que mais diferenciam os grupos.

**Tabela 10**

Comparação entre os grupos formados pela quantidade de vítimas (teste Qui-Quadrado).

Variável	Quantidade de Vítimas		x ²	p-valor
	Uma (n = 108)	Duas ou mais (n = 114)		
Idade da vítima			8.98	<0.011
≤6anos	16 (14.8%)	36 (31.6%)		
7-12 anos	65 (60.2%)	58 (50.9%)		
13-14 anos	27 (25.0%)	20 (17.5%)		
Sexo da vítima			18.00	<0.001
Masculino	19 (17.6%)	30 (26.3%)		
Feminino	87 (80.6%)	66 (57.9%)		
Ambos	2 (1.85%)	18 (15.8%)		
Contexto familiar			37.68	<0.001
Intrafamiliar	56 (51.9%)	23 (20.2%)		
Extrafamiliar	50 (46.3%)	63 (55.3%)		

Tabela 10

Comparação entre os grupos formados pela quantidade de vítimas (teste Qui-Quadrado) - continuação

Intra e Extrafamiliar	2 (1.85%)	28 (24.6%)		
Histórico criminal			11.61	<0.001 ¹
Primário	14 (13.0%)	2 (1.75%)		
Genérico	1 (0.93%)	0 (0.00%)		
Específico	93 (86.1%)	112 (98.2%)		

Nota. ¹ Não considera a categoria Genérico.

A Tabela 10 compara os grupos de abusadores com vítima única e grupo com duas ou mais vítimas, excluindo os abusadores *on-line*. Em relação à idade da vítima (p -valor = 0,011), o grupo com mais de duas vítimas tem mais vítimas menores de 6 anos. Este grupo também tem mais vítimas masculinas e de ambos os sexos (p -valor < 0,001) e tem mais vítimas com relação extrafamiliar (p -valor < 0,001), além de mais histórico criminal específico (p -valor = 0,001). A Tabela 11 mostra que as variáveis que, conjuntamente, melhor estimam a chance de o abusador ter mais de duas vítimas são a idade da vítima e o contexto familiar. Abusador que tem vítima menor de 6 anos tem 3,7 vezes maior chance de abusar de outra vítima se comparado com abusador de vítimas entre 13 e 14 anos. Abusador com relação extrafamiliar tem 3,7 vezes mais chance de abusar de outra vítima que abusador com vítima intrafamiliar. Apenas 1,85% dos abusadores com uma vítima possui relação intra e extrafamiliar com as vítimas, o que torna a estimativa da razão de chances pouco precisa (note o intervalo de confiança muito grande), por isso optou-se por não interpretar essa OR, embora fique claro que abusador com relação intra e extrafamiliar tem maior chance de existir mais de uma vítima que abusador intrafamiliar.

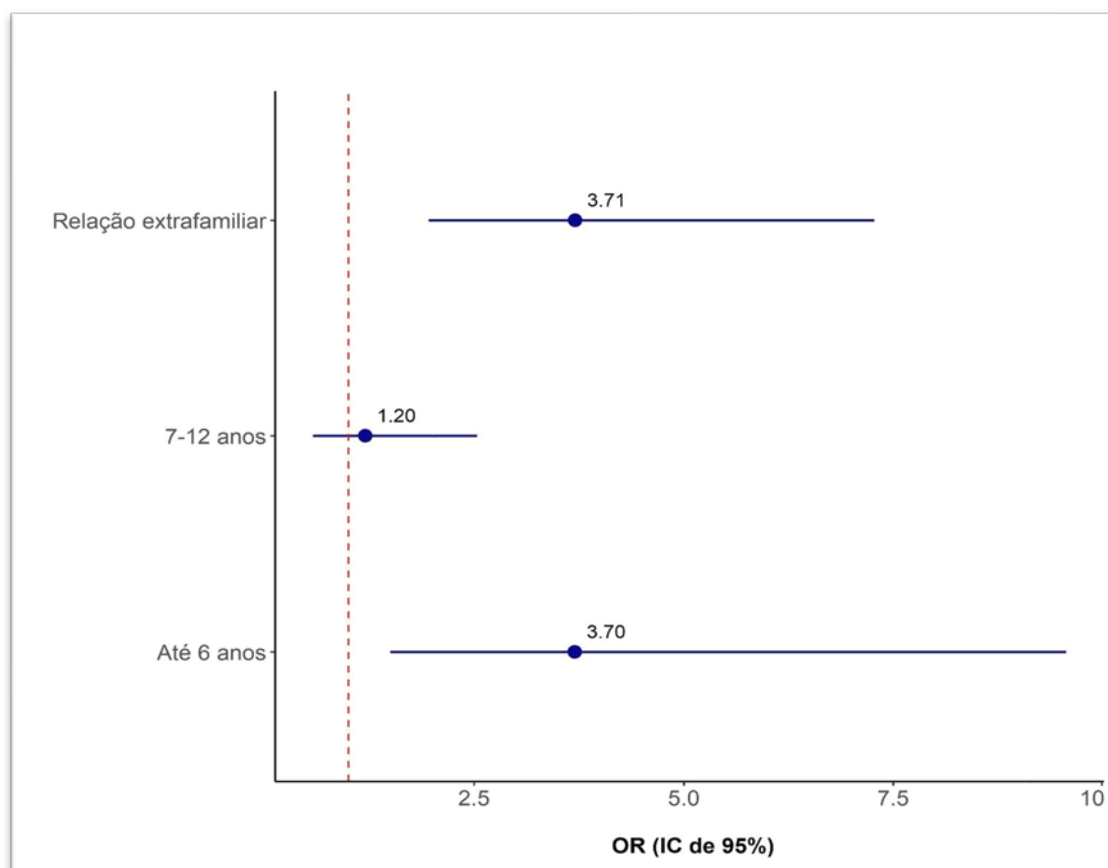
Tabela 11

Regressão Logística Binária múltipla para avaliar os fatores associados ao abuso de mais de uma vítima

Variável	OR	LI	LS	p-valor
Idade_vitima<=6anos	3.701	1.500	9.575	<0.006
Idade_vitima7-12	1.200	0.576	2.536	0.629
Relação Extrafamiliar	3.706	1.956	7.275	<0.001
Relação Intra e Extrafamiliar	36.588	9.657	241.964	<0.001

Figura 13

Razão de chances e intervalo de 95% da razão de chances da regressão logística múltipla para avaliar os fatores associados ao abuso de mais de duas vítimas.



DISCUSSÃO

A escassez de informações acerca dos traços psicológicos, sociodemográficos e criminais de abusadores sexuais de crianças e adolescentes dificulta o adequado enfrentamento aos abusos e a implementação de programas de prevenção e intervenção (Christensen, 2017). Ademais, o desconhecimento das diferenças entre abusadores com comportamentos distintos (abusadores físicos, *on-line* e duais), assim como a ignorância quanto aos fatores de risco dos abusos impactam negativamente a atuação do Poder Judiciário. Ocorre que o conhecimento sobre o perfil do abusador e dos fatores de risco do comportamento abusivo permite uma correta ponderação quanto ao cabimento e o momento da liberdade provisória, além de uma adequada fixação de tempo e regime de pena a serem cumpridos pelo abusador, como, também, a oferta de alternativas terapêuticas de reabilitação (EIU, 2020).

Nessa perspectiva, o presente estudo teve por objetivo analisar o perfil criminal e sociodemográfico de abusadores sexuais de vítimas menores de 14 anos de idade, classificados em três grupos, a saber, abusador físico, *on-line* e dual, segundo dados concernentes ao abusador, à vítima e à relação entre abusador e vítima. Objetivou, ainda, investigar a existência de diferenças significativas entre os grupos, além de analisar se as características da vítima (idade e sexo), do abusador (histórico criminal), além da relação abusador-vítima (contexto familiar) são fatores associados à repetição de abusos sexuais contra vítimas de até 14 anos. Para tal fim, o estudo coletou 20 variáveis sociodemográficas e criminais de 333 abusadores sexuais de

menores de 14 anos, cujos dados foram extraídos de decisões judiciais condenatórias, disponibilizadas pelos respectivos Tribunais, em acesso aberto ao público.

Os resultados confirmaram a heterogeneidade da amostra de abusadores sexuais de menores de 14 anos, tal como constatado por Aslan e Edelman (2014), ao comparar três grupos de abusadores no Reino Unido e por Baltieri e Boer (2015), com dois grupos de abusadores sexuais no Brasil. Na presente pesquisa, a comparação entre os grupos de abusadores resultou em diferenças significativas quanto à relação de parentesco entre abusador e vítima; a consanguinidade entre abusador e vítima; o acesso do abusador a crianças e companheiro de moradia do abusador. As mesmas diferenças foram identificadas nos estudos de Thornton et al. (2006); Aslan e Edelman (2014) e Long et al. (2016).

Igualmente, os resultados apontaram diferenças significativas quanto ao contexto familiar, tal como em Thornton et al. (2006); Aslan e Edelman (2014); Seto et al. (2015); Long et al. (2016) e Soldino et al. (2019). Ainda, os resultados apontaram diferenças significativas quanto ao histórico criminal e estado civil do abusador, corroborando o estudo de Thornton et al. (2006); Aslan e Edelman (2014); Long et al. (2016) e Sotoca-Plaza et al. (2020). Além disso, os resultados apontaram diferenças significativas acerca do sexo e a idade da vítima, tal como sustentado por Seto et al. (2015) e Soldino et al. (2019). Ademais, a quantidade de vítimas foi considerada uma diferença significativa entre os grupos, em linha com a pesquisa de Thornton et al. (2006), bem como, pena e regime prisional foram identificados como diferenças significativas entre os grupos, em linha com o estudo de Henshaw et al. (2018).

Por fim, restou confirmada a hipótese de que as características da vítima (idade e sexo), o contexto familiar (intra ou extrafamiliaridade entre vítima e abusador) e o histórico de abuso constituem fatores associados à repetição de abusos sexuais contra vítimas de até 14 anos. Esse resultado corrobora os estudos de Seto e Lalumière (2001) e Seto (2015; 2019), para os quais idade e sexo da vítima, contexto familiar e histórico de abuso anterior são fatores de risco de repetição de abusos. Os resultados confirmam, ainda, o estudo de Olver et al. (2018), que aponta o contexto familiar (extrafamiliaridade) e sexo da vítima (masculino), como fatores de risco de repetição. Os resultados encontrados serão detalhadamente analisados adiante.

Análise geral da amostra

Uma análise geral dos resultados da presente pesquisa apresentou uma amostra de abusadores predominantemente (97,6%) do sexo masculino e com apenas 2,4% de abusadores do sexo feminino. Esse baixo percentual de abusadores do sexo feminino foi idêntico ao resultado da pesquisa realizada por Vandiver e Walker (2002) com 1.644 abusadores sexuais de crianças registrados em Arkansas e, também, próximo aos 2% de abusadores do sexo feminino indicados pela revisão crítica de Savoie et al. (2021), em um total de 30 estudos com abusadores sexuais de crianças. De modo diverso, em um estudo baseado em 216 abusos intrafamiliares na Turquia, o percentual de abusadores do sexo feminino subiu para 6,5% (Koçtürk & Yüksel, 2019). Verifica-se, portanto, que estudos realizados com população carcerária apresentam um percentual mais baixo de abusadores do sexo feminino, quando comparado a estudos com amostras não penitenciárias. Esse dado sugere que o

baixo percentual de abusadores do sexo feminino pode estar relacionado à subnotificação de abusos ocorridos em contexto intrafamiliar, nos quais o vínculo afetivo entre abusador e vítima dificulta a denúncia às autoridades.

Os resultados indicaram, ainda, que o nível educacional, a ocupação e a idade dos abusadores não foram consideradas diferenças significativas. Em caráter exploratório, portanto, houve uma predominância de abusadores analfabetos ou com ensino médio (56,2%), dado próximo aos 54,8% de abusadores, que não haviam completado a 7ª série no estudo com amostra do Estado de São Paulo (Baltieri e Boer, 2015) e dos 51,12% de indivíduos com formação até o ensino médio, encontrados em amostra de abusadores físicos, duais e *on-line* no estudo de Henshaw et al. (2018). Ademais, a presente amostra apresentou expressivo percentual de abusadores empregados ou estudantes (92,8%), resultado superior aos 59,9% de abusadores empregados, encontrados em amostra penitenciária na Holanda (Wilpert, 2018). Essa discrepância pode decorrer do fato de a legislação brasileira exigir comprovação de vínculo de trabalho pelo abusador, como requisito para obtenção de benefícios no curso da ação penal. Por fim, os abusadores da presente pesquisa possuíam, em sua maioria (52,1%), idade entre 26 e 45 anos. No estudo de Henshaw et al. (2018), a idade média foi de 46 anos e, igualmente, não foi considerada uma diferença significativa entre os grupos.

Quanto ao estado civil dos abusadores, a presente pesquisa resultou em predomínio de casados, em união estável ou viúvos (55,6%); sendo que pouco mais que a metade residia com seus cônjuges (54,7%). Na pesquisa de Aslan e Edelmann (2014) realizada com 230 abusadores sexuais do Reino Unido, 38% eram casados ou

em união estável. Contudo, a pesquisa de Aslan e Edelman (2014) computou os indivíduos viúvos em categoria separada, enquanto na presente pesquisa, os viúvos foram computados na mesma categoria de casados ou em união estável. Ainda, na presente pesquisa, 39,1% dos abusadores eram solteiros. Este resultado não coincide com a pesquisa de Baltieri e Boer (2015), que encontrou uma amostra predominante de solteiros (62,5%) em 208 abusadores sexuais brasileiros. Essa divergência talvez seja explicada pelo fato de a presente pesquisa restringir-se a abusadores condenados criminalmente, ao passo que a pesquisa de Baltieri e Boer (2015) incluiu, além de abusadores em cumprimento de pena, abusadores em contexto clínico-terapêutico.

No que concerne ao histórico criminal, esta pesquisa resultou em 92,8% dos abusadores com notícia de prática de outros abusos sexuais contra crianças (histórico criminal específico). Além disso, apenas 3 abusadores da amostra, dos quais 2 eram abusadores *on-line*, haviam praticado crimes não sexuais (histórico criminal genérico). Esse dado confirmou a pesquisa de Long et al. (2012), que apontou os abusadores *on-line* como sendo mais propensos à prática de delitos não sexuais. É importante registrar que, no presente estudo, foram incluídas todas as notícias de abusos sexuais imputadas a cada abusador, conforme registradas pelo magistrado, após ouvir o próprio abusador, a vítima e as testemunhas. Disso decorre um aumento no índice de repetição de abusos, diversamente do que se dá em estudos que somente computam abusos após trânsito em julgado da condenação (reincidência criminal).

Ao apontar um alto percentual de abusadores que tenham praticado outros abusos, ainda que não tenham sido objeto de condenação, o resultado do presente

estudo confirma a subnotificação de abusos sexuais. Segundo Ullman (2003), a grande maioria das vítimas aguarda alcançar a idade adulta para notificar a vitimização sexual (75%) ou nunca chega a delatar o abuso sofrido (60%), dados confirmados por Herbert e Bromfield (2019). Outros estudos têm adotado o mesmo critério da presente pesquisa (Gregório Hertz et al., 2019; Rice et al., 2013), dando preferência aos chamados dados de convicção, isto é, às notícias não notificadas formalmente às autoridades. Tal critério também foi adotado por Seto et al. (2010), bem como na atualização do instrumento de avaliação *Sex Offender Risk Appraisal Guide*, que passou a incluir notícias extraoficiais sobre abusos (Rettenberger et al., 2017). Portanto, dentre as medidas de enfrentamento a abusos, é necessário incluir o treinamento de pessoas, que saibam identificar e denunciar os abusos, de modo a ampliar a rede de proteção à vítima. Nesse sentido, o contexto escolar, ambiente favorável à escuta especializada das vítimas, deve estar preparado para a tomada das providências legais após a identificação de um possível caso de abuso sexual.

A presente pesquisa apontou, ainda, que mais da metade dos abusadores (55,6%) possuía acesso a crianças, seja em razão de moradia ou da profissão exercida. O grupo de abusadores físicos foi o que demonstrou mais acesso a crianças (78,3%), especialmente porque nesse grupo o percentual de relação intrafamiliar entre abusador e vítima superou a extrafamiliar. Tal resultado reforça o argumento de Quayle e Taylor (2003), assim como a de Seto (2012), que apontaram o acesso a crianças como um fator de risco situacional do abuso. Também, O'Connell (2003) havia indicado a acessibilidade a crianças como um dos três níveis de risco de abuso sexual, ao lado da oportunidade e da vulnerabilidade. Ao longo da presente pesquisa,

o acesso a crianças foi sendo confirmado como um fator relevante para a identificação do risco de novos abusos sexuais, devendo ser objeto de avaliação do Juiz, ao decidir sobre a conveniência da soltura do abusador.

No que concerne à pena imposta aos abusadores da amostra, prevaleceram as condenações com penas de até 5 anos (41,1%) e regime prisional fechado (54,1%). Ao constatar que a maioria dos abusadores têm acesso facilitado às suas vítimas, cabe questionar como será o retorno do indivíduo à vida em liberdade, após anos de convívio com outros abusadores na mesma penitenciária, desprovidos de qualquer tratamento psicoterapêutico.

Quanto às características das vítimas, de um modo geral, os resultados apontaram para a hegemonia de vítimas do sexo feminino (55%), consistente com os 58% encontrados em pesquisa com abusadores sexuais do Reino Unido (Aslan & Edelman, 2014). Também a pesquisa de Pechorro et al. (2008), com amostra de abusadores portugueses, identificou 54,8% de vítimas do sexo feminino. Na presente pesquisa, ainda que considerados apenas os abusadores físicos e duais, mantém-se a prevalência de vítimas do sexo feminino (68,91%), resultado próximo dos 72% relatados nos estudos de Pritchard e Bagley (2000), com amostra de abusadores sexuais ingleses.

Os resultados da presente pesquisa indicaram, ainda, que a idade das vítimas é predominante na faixa entre 7 e 12 (42%), dado muito próximo dos 43% de vítimas do sexo feminino, com idade entre 7 e 13 anos, presentes na pesquisa de Mitchell et al. (2016), em amostra de 100 abusadores norte-americanos contra vítimas de até 14 anos. Se considerados apenas os abusadores físicos e duais da presente pesquisa,

o percentual de vítimas na faixa etária entre 7 e 12 anos aumentou para 55,40%. A predominância de vítimas do sexo feminino e em tal faixa etária demonstra a importância de preparar os educadores para identificar vítimas de abusos e acolhê-las da maneira adequada. De outro lado, a hegemonia de vítimas do sexo feminino, em período pré-púbere, permite sugerir que existe um contingente de abusadores oportunistas motivados pelo ambiente social hipersexualizado, que estimula a imagem do sexo feminino como objeto de prazer.

Ademais, quando considerados somente os abusadores físicos e duais em variáveis mais concernentes a esses grupos, a presente pesquisa indicou que 50,90% dos abusadores cometeram abusos contra vítimas de seu contexto extrafamiliar, dado próximo aos 51% constantes na pesquisa de Helmus et al. (2015); bem como dos 53% encontrados por Costa et al. (2018) e, ainda, dos 47,6% da pesquisa de Pechorro et al. (2008). O fato de o número de abusos ocorridos em contexto extrafamiliar superar os abusos intrafamiliares pode decorrer, tão-somente, da subnotificação em casos de abusos intrafamiliares (Koçtürk & Yüksel, 2019). Também os resultados da presente pesquisa quanto aos 35,58% de abusadores, que mantém relação intrafamiliar com a vítima, são muito próximos aos 38% de abusadores brasileiros, que praticaram abusos no contexto intrafamiliar, do estudo de Baltieri e Boer (2015) e são coerentes com os 29% de abusos intrafamiliares praticados por abusadores sexuais no Reino Unido (Pritchard & Bagley, 2000).

Dos abusadores que mantinham relação intrafamiliar com a vítima, esta pesquisa indicou que apenas 25,22% dos abusadores eram consanguíneos das vítimas, resultado não discrepante dos 34% encontrados por Helmus et al. (2015), em

amostra de 410 abusadores em liberdade condicional no Canadá. Ainda, os resultados da presente pesquisa apontaram que a relação de parentesco de 17,11% dos abusadores era na figura de pai/mãe ou irmão da vítima, dado coerente com os 27,3% identificados por Koçtürk e Yüksel (2019), em estudo sobre abusos sexuais praticados em contexto intrafamiliar, na Turquia. Por fim, 15,76% dos abusadores eram padrastos da vítima, dado próximo aos 13,9% constantes na pesquisa de Koçtürk e Yüksel (2019). Tais dados sugerem, portanto, que abusos realizados no contexto familiar, seja pela facilidade de acesso à criança, seja pelo vínculo de confiança entre os familiares, dificulta, sobremaneira, a constatação dos abusos e, mais ainda, a comunicação do fato às autoridades.

Por fim, em 86,03% da presente amostra, abusadores já conheciam suas vítimas antes do abuso sexual, resultado que fica entre os 81% encontrados por Costa et al. (2018) e os 88% encontrados por Aydin et al. (2015). A pesquisa de Finkelhor et al. (2014) revelou que apenas 3% das vítimas foram abusadas por estranhos. A presente pesquisa demonstrou, também, que em 62,16% dos casos, não houve violência (sem penetração vaginal ou anal), dado coerente com a pesquisa de Thornton et al. (2006), que apontou 23,8% de abusos sexuais de crianças, com uso de violência, perpetrados por abusadores na Inglaterra e Gales. A soma desses dois resultados, o conhecimento prévio da vítima pelo abusador e a prática de abusos sem vestígios de violência, explica a subnotificação dos abusos sexuais, frequentemente praticados por pessoas conhecidas da vítima, que têm acesso facilitado à criança e que gozam da credibilidade dos adultos responsáveis pela vítima.

Análise de cada grupo de abusadores

Ao analisar cada grupo, separadamente, os resultados apontaram para o grupo de abusadores físicos como sendo caracterizado pelo menor histórico de prática de outros crimes, sexuais ou não; por serem casados ou viúvos (76,9%); por residirem com o cônjuge/companheiro (74%); por terem mais acesso a crianças em razão da moradia ou trabalho (78,3%); abusarem de uma vítima (61,74%), do sexo feminino (80,87%) e com idade entre 7 e 12 anos (59,1%). O grupo foi caracterizado, ainda, pela relação intrafamiliar com a vítima (50,43%), sem relação de consanguinidade (32,17%) e perpetrado por padrastos das vítimas (20,87%). Tais resultados estão coerentes com a pesquisa de Costa et al. (2018), que apontou 53% de padrastos para abusos em contexto de relações intrafamiliares. Os resultados confirmam, ademais, antigo estudo de Finkelhor (1994), que apontava para os abusos intrafamiliares como tendo vítimas, preponderantemente, do sexo feminino. Os resultados da presente pesquisa indicaram, ainda, que 89,57% dos abusadores físicos conheciam a vítima antes do abuso, dado próximo dos 87% indicados por Aslan e Edelman (2014). Por fim, o grupo se caracterizou por receber pena superior a 10 anos e em regime fechado (82,61%). Os resultados sugerem que abusadores físicos são, em maior parte, abusadores oportunistas, com apenas uma vítima do sexo feminino, que compõe o seu círculo mais próximo.

O grupo de abusadores duais, indivíduos que praticaram abusos físicos e abusos *on-line*, foi aquele no qual apareceu a maior porcentagem da amostra de abusadores do sexo feminino (5,61%). Conforme os resultados obtidos nesta pesquisa, abusadores duais constituem grupo em que está equilibrado o estado civil,

entre solteiros (48,88%) e casados/viúvos (43,3%) e, em razão disso, equilibrado entre 46% de abusadores, que residiam com o cônjuge e 31,03% que residia sozinho. Os abusadores duais, predominantemente, possuíam acesso a crianças (66,4%), em razão do trabalho, da moradia ou por facilidade de acesso à residência com crianças. Em relação a 99,07% dos abusadores duais, havia notícia de terem praticados outros abusos sexuais. Tal dado confirma a hipótese de Babchishin et al. (2015) e de Long et al. (2016), quando afirmam que abusadores duais já sofreram prisões anteriores. Este dado permite sugerir que os abusadores duais têm comportamento com maior inclinação à repetição de abusos, merecendo atenção especial do magistrado ao dosar a pena, como adiante abordaremos de modo mais aprofundado.

Os resultados indicaram, ainda, que 39,25% dos abusadores duais cometeram abuso sexual infantil contra 2 ou 3 vítimas, além de armazenarem imagem de pornografia infantil. Soma-se a esse percentual, outros 26,2% de abusadores duais, que vitimaram mais de 4 vítimas. Em 51,40% dos abusadores duais, a faixa etária das vítimas era de 7 a 12 anos, sendo a maioria das vítimas do sexo feminino (56,07%). Vale registrar, contudo, que os abusadores duais foram o grupo com maior percentual de vítimas do sexo masculino (28,97%), o que confirma o argumento de que abusadores duais têm mais probabilidade de possuir conteúdo de pornografia infantil com imagens de meninos (Seto & Eke, 2015). Além disso, o grupo de abusadores duais destacou-se por abusos cometidos em contexto extrafamiliar (60,75%), mas com expressivo percentual de abusos em contexto extra e intrafamiliar. Em casos de abuso no contexto intrafamiliar, 25,2% dos abusadores duais eram consanguíneos das vítimas, na figura de pai, mãe ou irmão (17,1%). Vale ressaltar, ainda, que 82,24%

dos abusadores duais conheciam previamente a vítima, dado próximo dos 87% indicados por Aslan e Edelmann (2014). Majoritariamente, os abusadores duais não empregaram violência às vítimas, sem prática de conjunção carnal ou anal (65,4%). Quanto à pena imposta, 41,12% foram condenados com pena superior a 10 anos e em regime fechado (63,55%), dado que revela a gravidade dos abusos. Esses resultados sugerem que o grupo de abusadores duais têm mais características relacionadas à repetição de abusos, conforme aprofundaremos no tópico relativo aos fatores de risco (item 2).

No que tange ao grupo dos abusadores *on-line*, os resultados mantiveram a hegemonia de abusadores do sexo masculino (99,10%), em consonância com pesquisa da Interpol e ECPAT (2018) e com idade entre 26 e 45 anos (60,9%), confirmando estudo de Burke et al. (2002), que comparou 134 abusadores *on-line* na Holanda com outros abusadores. Além disso, os resultados apontaram para abusadores *on-line*, majoritariamente, analfabetos ou com ensino médio (57,89%). Em 39,47% dos abusadores *on-line*, havia sido concluído o ensino superior, dado próximo aos 35% apontado como nas pesquisas de McCarthy (2010). O presente estudo resultou em abusadores *on-line* prevalentemente empregados ou em estudos (96,84%), o maior índice de toda a amostra, em linha com os achados de Aslan e Edelmann (2014), que encontraram 64% de abusadores *on-line* empregados em Londres. A presente pesquisa demonstrou, ainda, que os abusadores *on-line* residiam com os pais (37,83%) e eram, majoritariamente, solteiros (52,77%), dado coerente com os 40,9% dos abusadores *on-line* na Holanda (Burke et al., 2002). No presente estudo, ainda, os abusadores *on-line*, em sua maioria, não possuíam acesso a

crianças, seja em razão do trabalho ou moradia (78,38%). Esses dados confirmam a tese de que abusadores *on-line*, em geral, apresentam déficit de relacionamentos mais íntimos (Webb et al. 2007) e que, possivelmente, utilizem a internet como meio para suprir tais dificuldades.

Por fim, os resultados apontaram que abusadores *on-line* alcançaram o maior percentual com vítimas, tanto do sexo feminino quanto do masculino (60,4%). Este dado está coerente com a pesquisa de Aslan e Edelman (2014), na qual abusadores *on-line* possuíam mais vítimas de ambos os sexos (42%), quando comparados a abusadores físicos e *on-line*. Permanece a dúvida, todavia, se tais resultados decorrem do fato de que, ao realizar o download das imagens de pornografia na internet, nem sempre o usuário é capaz de selecionar apenas o que é do seu interesse ou, se de fato, tais abusadores têm preferência sexual por vítimas, tanto sexo feminino quanto masculino. Futuros estudos podem aclarar essa questão. Outro resultado desta pesquisa, ademais, indicou que 16,22% dos abusadores *on-line* armazenavam imagens de crianças com idade inferior a 6 anos de idade e outros 15,32%, imagens de vítimas com idade entre 7 e 12 anos. Seto et al. (2006) ressaltou a idade da vítima como importante indicador de preferência parafílica em abusadores *on-line*, como retomaremos no tópico relativo a fatores de risco.

Em síntese, como características próprias do abuso *on-line*, 100% dos abusadores mantinha relação extrafamiliar com a vítima, sem consanguinidade, sem relação de parentesco, sem uso de violência, sendo que 93,69% dos abusadores armazenaram grande quantidade de imagens pornográficas, indicando uma prática recorrente do abuso *on-line*. O grupo *on-line* está mais caracterizado por abuso sem

uso de violência; vítimas originadas do contato com a internet; abusadores com menor acesso a crianças; abusarem de mais vítimas de ambos os gêneros, em linha com a pesquisa de Aslan e Edelman (2014); vítimas não conhecidas pelo abusador; pena ≤ 5 anos (81,65%), regime prisional aberto (56,88%) e órgão julgador TRF 4ª região. Tais características permitem concluir que os abusadores sexuais *on-line* são favorecidos pelo anonimato das redes sociais e pela enorme dificuldade de serem identificados, localizados e culpabilizados, o que só tem acontecido graças à conscientização da sociedade e ao empenho de complexas operações que unem a Polícia Federal e INTERPOL.

Comparação entre os três grupos de abusadores e diferenças significativas

Os resultados confirmaram que há diferenças significativas no perfil criminal e sociodemográfico entre os três grupos de abusadores sexuais de menores de 14 anos em relação aos companheiros de residência do abusador; estado civil do abusador; histórico criminal; acesso a crianças; idade da vítima; sexo da vítima, além da pena e regime prisional impostos. Não foram encontradas diferenças significativas quanto ao sexo do abusador; nível educacional; ocupação e idade do abusador. A pesquisa de McManus et al. (2015) também não encontrou diferença significativa quanto à idade do abusador, ao comparar abusadores duais e *on-line*; tampouco, a pesquisa de Henshaw et al. (2018), na comparação entre abusadores físicos, *on-line* e duais.

Dentre as diferenças significativas encontradas entre os três grupos na presente pesquisa, os resultados indicaram que 74% dos abusadores físicos residem com o cônjuge/companheiro, enquanto que os abusadores dual e *on-line* apresentam

distribuição mais homogênea entre as três categorias (cônjuge, sozinho e com os pais). Na comparação entre abusadores duais e *on-line*, restou confirmada a pesquisa de Long et al. (2016), indicando que abusadores duais (46%) residem mais com o cônjuge que abusadores *on-line* (37,8%). Também restou confirmado o estudo de Aslan e Edelmann (2014), no qual abusadores *on-line* têm o maior percentual de solteiros, quando comparados com os dois outros grupos. Tais resultados sugerem, quando somados aos 61,7% de abusadores físicos com apenas uma vítima e ao maior índice de primariedade (ausência de histórico criminal) dos abusadores físicos, que estes parecem ser mais oportunistas, com menor inclinação para a repetição de abusos.

Na comparação dos grupos quanto ao estado civil, a presente pesquisa resultou em 76,9% dos abusadores físicos casados ou viúvos, enquanto que os abusadores duais e *on-line* se dividiram entre casados e solteiros. Em todos os grupos a porcentagem de divorciados foi baixa, sendo mais baixa nos abusadores físicos. Tais dados são coerentes com a pesquisa de Sotoca-Plaza et al. (2020), que indicou os abusadores físicos como aqueles que têm relação afetiva mais estável que os demais grupos de abusadores. Tais resultados divergiram, contudo, da pesquisa de Aslan e Edelmann (2014), em que a amostra de abusadores do Reino Unido apresentou 50% de abusadores físicos com *status* de divorciados ou separados, quando comparados aos abusadores *on-line* e duais. Esta divergência pode refletir uma diferença cultural.

Na presente pesquisa, ainda, o grupo de abusadores *on-line* foi o que apresentou maior frequência de indivíduos solteiros (52,8%), confirmando os estudos

de Soldino et al. (2019), com 45,2% de abusadores *on-line* solteiros, bem como o estudo de Aslan e Edelmann (2014), em que 52% de abusadores *on-line* eram solteiros, em maior proporção que os abusadores físicos. Oportuno destacar a descoberta que apresentou os abusadores *on-line* como indivíduos que possuem maior identificação com personagens fictícios, altas pontuações na escala de fantasias e mais distorções cognitivas (Elliot et al., 2009). O resultado corrobora o argumento de que abusadores *on-line* apresentam baixa habilidade social (Webb et al., 2007) e são menos propensos a relacionamentos afetivos mais íntimos.

Quanto ao histórico criminal, os resultados indicaram os abusadores físicos como o grupo com o maior índice de primariedade (ausentes notícias da prática de outros crimes), sendo que os abusadores duais apresentaram a maior frequência da prática de outros abusos sexuais (99,1%). Tal resultado confirma a pesquisa de Soldino et al. (2019), ao apontar que abusadores duais são mais propensos a ter histórico de outros abusos sexuais e outros crimes, quando comparado aos outros dois grupos. Os resultados estão em linha, ademais, com a pesquisa de McManus et al. (2015), na qual os abusadores duais possuíam mais histórico de outros abusos, quando comparados com os abusadores *on-line*. Os dados confirmam, também, a pesquisa de Long et al. (2016), cuja conclusão aponta para os abusadores duais, quando comparados aos abusadores *on-line*, como sendo mais propensos a histórico criminal de abuso sexual. Tal dado sugere que abusadores físicos se restringem ao abuso de uma vítima, geralmente, do sexo feminino, motivados pela facilitação de acesso à vítima e vínculo de confiança. Em contrapartida, abusadores duais parecem ter sua motivação constantemente reforçada pelas imagens de pornografia infantil.

Os abusadores físicos apresentaram maior acesso a crianças (78,3%), em razão do trabalho que exercem ou por residirem ou terem trânsito livre à residência com crianças. Tal dado pode estar relacionado com o alto percentual de abusadores físicos casados. Diversamente, a menor frequência de acesso a crianças se deu no grupo de abusadores *on-line* (21,6%), em linha com a pesquisa de Soldino et al. (2019), que em amostra de adultos presos por abuso sexual na Espanha, encontrou 25,1% de abusadores *on-line* com acesso a crianças, ao lado de 66,1% de abusadores duais com acesso a crianças. Tais resultados estão harmônicos com o estudo de Hart-Kerkhoffs et al. (2009), que identificou os abusadores *on-line*, em geral, como indivíduos que exercem atividades profissionais com pouco contato social, o que parece facilitar o tempo despendido com o mundo virtual. A pesquisa de Thornton et al. (2017) indicou o acesso a crianças como um fator de risco exacerbado por questões ambientais, argumento que permite sugerir que abusadores físicos têm um comportamento oportunístico e com menor tendência à repetição de abusos, conforme demonstram o índice de primariedade do grupo e a predominância de abusos contra uma só vítima.

Ainda quanto ao acesso a crianças, a presente pesquisa demonstrou que os abusadores duais (66,4%) têm mais acesso a crianças que abusadores *on-line* (21,6%). Esse dado ratifica o estudo de McManus et al. (2015), em que abusadores duais possuíam 2,34 mais chances de ter acesso a crianças, comparados a abusadores *on-line*, seja por ter acesso a casa com crianças (47,5%) ou em razão do trabalho (13,3%) ou outros acessos (28,3%). A mesma conclusão foi apresentada por Long et al. (2016). De qualquer forma, tais dados não permitem resolver o dilema

quanto a serem os abusadores duais um grupo totalmente diferenciado dos abusadores *on-line* ou, tão-somente, um grupo de abusadores *on-line* que escalonou a prática de pornografia infantil e contatos virtuais com crianças e adolescentes para a prática de abusos físicos.

Concernente à idade da vítima, os resultados desta pesquisa apresentaram os abusadores dual e físico como os grupos que têm maior porcentagem de vítimas com idade entre 7 e 12 anos (físico = 59,1%, dual=51,4% e *on-line* = 41,4%). No que se refere ao sexo da vítima, os abusadores físicos abusaram mais de vítimas do sexo feminino (80,9%), dado próximo aos 79,6% de vítimas do sexo feminino de abusadores físicos, comparados aos abusadores *on-line* em pesquisa de Elliott et al. (2009). Ainda, está coerente com os 75% de vítimas do sexo feminino encontrados em abusadores físicos no estudo de Aslan e Edelman (2014). Ademais, os abusadores duais tiveram mais vítimas do sexo masculino (29%), dado que confirma as pesquisas de Seto e Eke (2015) e Soldino et al. (2019), que indicaram a prevalência de vítimas do sexo masculino no grupo de abusadores duais. A diferença significativa quanto ao sexo da vítima fortalece o argumento de que abusadores físicos são oportunistas e abusadores duais são dispostos à repetição de abusos.

Por fim, quanto à pena imposta aos abusadores da presente pesquisa, o grupo *on-line* apresenta menor tempo de pena e o grupo físico maior tempo de pena, este último com a maior frequência de regime fechado e o grupo *on-line* com a maior frequência de semiaberto e aberto. Este dado ratifica o estudo de Henshaw et al. (2018) que, ao comparar os três grupos em amostra australiana, confirmou os abusadores *on-line* como os que recebem penas menores e regimes prisionais mais brandos. De

fato, os abusos *on-line* podem despertar menor reprovabilidade social e penal, quando comparados aos abusos físicos. No entanto, a análise do tipo de imagem pornográfica baixada e o tamanho da coleção do abusador permitiria ao magistrado concluir pelo alto risco de escalonamento para abusos físicos ou, ao menos, de repetição de abusos (Quayle & Taylor, 2002). Seto et al. (2006) apontou a condenação do abusador *on-line* como indicador válido para diagnóstico de pedofilia em proporção de quase três vezes maior que o abusador físico.

Análise do agrupamento

O agrupamento realizado com as variáveis estudadas (análise de cluster) sugeriu que o cluster 1 estava mais associado aos abusadores físicos; o cluster 2 estava mais associado ao abusador *on-line* e o cluster 3 ficou dividido, principalmente, entre físico e dual, revelando que há similaridades entre os dois grupos. Este resultado confirma o estudo de Henshaw et al. (2018), que na comparação entre abusadores duais, físico e *on-line*, identificou que os abusadores *on-line* apresentaram uma gama de características bem distintas, enquanto as características dos abusadores duais e físicos se sobrepunham. De fato, a distinção entre abusadores *on-line* e os demais grupos é significativa, enquanto abusadores físicos e duais, embora distintos quanto ao contexto familiar; quantidade de vítimas e o sexo da vítima, não apresentaram diferença significativa quanto ao uso de violência, o conhecimento prévio da vítima e a idade da vítima.

A grande parte das pesquisas apoia a divisão dos abusadores sexuais de crianças e adolescentes em três grupos físico, *on-line* e dual (Aslan & Edelman, 2014;

Babchishin et al., 2015; Henshaw, 2017; Soldino et al., 2019; Sotoca-Plaza et al., 2020). Em contrapartida, há pesquisas que apoiam a divisão de abusadores em dois grupos, físico e *on-line*, tais como a de Babchishin et al. (2015) e Bates e Metcalf (2007). Também Briggs et al. (2011) concluíram que há abusadores *on-line* orientados para o contato físico, enquanto outros não têm motivação para ir além do contato meramente virtual.

Na comparação entre os três grupos, as variáveis que, conjuntamente, melhor os diferenciaram foram o regime prisional, estado civil e acesso a criança. A análise das variáveis que mais caracterizam cada um dos grupos também confirma a legitimidade da divisão dos abusadores em físicos, *on-line* e duais. Neste sentido, o grupo *on-line* foi caracterizado por penas iguais ou menores a 5 anos, com regime prisional aberto; abuso sem uso de violência; vítimas originadas do contato com a internet e de vítimas não conhecidas pelo abusador; vítimas de ambos os gêneros, em linha com a pesquisa de Aslan e Edelmann (2014), que relacionou os abusadores *on-line* a vítimas de ambos os sexos. O resultado da presente pesquisa indicou que abusadores *on-line* têm menor acesso a crianças, em seu cotidiano, quando comparados com os demais grupos, dado que confirma o estudo de Hart-Kerkhoffs et al. (2009), que ressaltou que abusadores *on-line* possuem empregos em que há pouca ou nenhuma interação social e também o estudo de Seto (2019), que afirma a ausência de fatores de facilitação ao abuso físico. Nesse contexto, as penas menores atribuídas aos abusadores *on-line* consideram o potencial lesivo à vítima, aparentemente menos grave quando comparado ao incontestável dano causado no abuso físico. No entanto, esse menor potencial lesivo é apenas aparente, já que as

imagens de pornografia infantil consumidas pelo abusador *on-line* são a prova de que houve um abuso sexual físico praticado por outro indivíduo contra criança e/ou adolescente.

O grupo de abusadores duais foi caracterizado por abusarem de mais de duas vítimas (2-3 e ≥ 4); praticarem abuso, também, no contexto extrafamiliar e por ser o grupo com mais vítimas do sexo masculino e de ambos os sexos. Ao lembrar que abusadores duais são os que cometeram tanto abuso físico como abuso *on-line*, esses resultados reforçam o argumento de que a preferência quanto ao sexo da vítima e a quantidade de vítimas aumentam a probabilidade de escalonamento do abuso *on-line* para abuso com contato físico (Long et al., 2012).

Por fim, os abusadores do grupo Físico foram caracterizados por serem casados; residirem com o cônjuge; possuírem maior acesso a crianças. Ainda, os abusadores físicos foram caracterizados por manterem relação intrafamiliar com a vítima; não serem consanguíneos e figurarem como padrastos da vítima. Ademais, os abusadores físicos foram mais caracterizados por abusarem de 1 vítima; terem vítimas do sexo feminino, com idade entre 7 e 12 anos. Tais elementos permitem propor que o ambiente familiar no qual a vítima reside também merece ser objeto de investigação do abuso denunciado.

Comparação entre abusadores físicos e duais e diferenças significativas

Na comparação entre os abusadores do grupo dual e físico, conforme as peculiaridades desses grupos, os resultados da presente pesquisa indicaram que há diferenças significativas entre os abusadores físicos e duais em relação à quantidade

de vítimas; contexto familiar; consanguinidade e relação de parentesco, em linha com a pesquisa de Long et al. (2016) e Thornton et al. (2006). Também o sexo da vítima foi considerado na presente pesquisa como diferença significativa entre os dois grupos, tal como o foi no estudo de Aslan e Edelmann (2014), Seto et al. (2015) e Soldino et al. (2019). Os resultados também indicaram que o contexto familiar e o sexo da vítima foram as variáveis que mais diferenciaram os grupos dual e físico. Tal dado confirma a diferença dos abusadores sexuais de crianças em grupos distintos. Não foram considerados significativamente distintos os grupos quanto ao uso de violência; conhecimento prévio da vítima e idade da vítima.

Os resultados indicaram que abusadores físicos tiveram maior porcentagem de vítima única (61,7%), enquanto abusadores duais alcançaram a porcentagem de 65,5% para abusos contra mais de duas vítimas, quando somadas as porcentagens de abuso a 2-3 vítimas e mais de 4 vítimas. Ainda, abusadores físicos cometeram mais abusos no círculo intrafamiliar, enquanto os abusadores duais apresentaram 26,7% mais chance de cometer abuso no contexto extrafamiliar que abusadores físicos e 47% mais chance de abusarem no contexto intrafamiliar que abusadores físicos. Os abusadores físicos apresentaram maior porcentagem de vítimas sem consanguinidade, na figura predominante de padrastos, enquanto os abusadores duais reforçaram a relação de extrafamiliaridade com suas vítimas. Quanto ao sexo da vítima, os resultados indicaram que vítimas do sexo feminino eram mais presentes no grupo de abusador físico, enquanto abusadores duais indicaram 21% mais chance de ter vítima do sexo masculino que abusadores físicos e 32,9% mais chance de ter vítimas de ambos os sexos que abusadores físicos.

A presença simultânea das variáveis contexto extrafamiliar ou intrafamiliar e extrafamiliar entre abusador e vítima, bem como, presença de vítima do sexo masculino, ou vítimas de ambos os sexos, além do uso de pornografia infantil foram as variáveis que mais distinguiram os abusadores físicos dos duais. Tais resultados sugerem, uma vez mais, os abusadores físicos como sendo um grupo oportunista e os abusadores duais como sujeitos à repetição de abusos, como se verá a seguir.

Fatores relacionados à repetição de abusos

Antes de discutir os resultados obtidos, é importante lembrar que a presente pesquisa não adotou o critério de reincidência criminal, tal como previsto no artigo 63 do Código Penal Brasileiro. A previsão legal exige, para configuração da reincidência criminal, que ocorra a prática de novo crime pelo indivíduo após transitar em julgado a sentença que o condenou por crime anterior. Não há homogeneidade nas pesquisas sobre a definição e os critérios relacionados à reincidência em abusos sexuais. Na presente pesquisa, adotamos o conceito de “histórico criminal” para nele incluir todas as notícias de crimes imputados ao abusador, oriundas de pessoas ouvidas pelo Juízo e registradas na decisão condenatória, quer tenham sido relatadas pelo próprio abusador, como também declaradas por vítimas, testemunhas, pessoas da convivência do abusador ou da vítima e policiais que efetuaram a prisão em flagrante.

Ao adotar o critério de histórico criminal e incluir todas as notícias sobre abusos sexuais ou demais crimes, tivemos duas motivações. A primeira, de ordem prática, é que esta pesquisa teve acesso à decisão judicial condenatória, e não à íntegra dos autos judiciais, em que constaria a folha de antecedentes criminais do abusador.

Portanto, a pesquisa foi baseada nas informações registradas pelo magistrado, o que inclui, além do abuso pelo qual o abusador foi condenado, as notícias de outros crimes, não necessariamente investigados e julgados. A segunda motivação é a convicção de que há subnotificação de abusos sexuais. Segundo Ullman (2003), a grande maioria das vítimas aguarda alcançar a idade adulta para notificar a vitimização sexual (75%) ou nunca chega a delatar o abuso sofrido (60%), dados confirmados em Herbert e Bromfield (2019), embora a experiência de abuso sofrido na infância seja capaz de marcar a vítima para o resto de sua vida.

Em consequência do critério adotado, o percentual de abusadores da amostra que cometeu outro crime, sexual ou não, foi expressivo. Tal resultado não irá coincidir com os percentuais apontados em pesquisas, que tenham adotado como critério a reincidência legal, exigindo efetiva condenação de todos os demais crimes imputados ao abusador. Por outro lado, o critério adotado nesta pesquisa tornou-se mais próximo de estudos que sustentam que há expressiva subnotificação de abusos (Farrington, 1996). De todo modo, a fim de investigar quais são os fatores que se associam a uma probabilidade aumentada de repetição de abusos, adotamos, também, a variável “quantidade de vítimas”.

Os resultados das análises sobre os fatores de risco de repetição de abusos confirmaram as hipóteses de pesquisa e indicaram que idade da vítima; sexo da vítima; contexto familiar e histórico criminal estão associados significativamente ao abusador possuir 2 vítimas ou mais. Ao comparar os grupos de abusadores com vítima única e aqueles com 2 vítimas ou mais, foram considerados fatores de risco, a presença de vítimas menores de 6 anos; presença de vítimas do sexo masculino ou tanto do sexo

masculino quanto feminino, bem como, abuso cometido com vítima do contexto extrafamiliar, além de o abusador ter histórico da prática de outros abusos sexuais. Tais resultados estão coerentes com as teses de Hanson e Thornton (2000) e Seto e Lalumière (2001), para os quais a associação das variáveis idade da vítima menor de 12 anos, sexo masculino da vítima ou vítimas tanto do sexo feminino quanto masculino e vínculo extrafamiliar entre abusador e vítima são fatores de risco para a prática de novos abusos sexuais.

Nosso resultado está em consonância, ainda, com a associação de variáveis da pesquisa de Thornton et al. (2006), que aponta a presença de sexo da vítima (ao menos, uma vítima do sexo masculino); pornografia infantil; quantidade de vítimas (mais de 2 vítimas); idade da vítima (ao menos uma vítima, com menos de 12 anos) e contexto familiar (ao menos uma vítima do círculo extrafamiliar do abusador) como variáveis que constituem fatores de risco de repetição de abusos. A associação dessas variáveis confirma a sugestão de Pritchard e Bagley (2000), de que existe um subgrupo de abusadores sexuais de crianças que pode ser considerado mais perigoso, já que denota um risco especial de violência à vítima. É possível concluir, portanto, que há um grupo de abusadores que apresenta características de maior periculosidade e tendência à habitualidade de abusos, como adiante detalharemos.

Os resultados obtidos nesta pesquisa refletem o conjunto de itens que formam o perfil do abusador com tendência à repetição de abusos, tal como apresentado por Seto et al. (2015). Segundo esses autores, há pontuação máxima no instrumento *Screening Scale for Pedophilic Interest*, criado para identificar interesse pedofílico, quando o abusador possui várias vítimas; ao menos uma vítima do sexo masculino;

alguma vítima com menos de 12 anos; alguma vítima com relação extrafamiliar com o abusador. O resultado da presente pesquisa confirma, ainda, o estudo sobre fatores de risco, que culminou na atualização para a versão do *Revised Screening Scale for Pedophilic Interest* (SSPI-2) (Stephens et al., 2019). Embora esse instrumento tenha sido construído como escala de triagem para interesses pedofílicos, acabou por identificar, também, os fatores de risco de novos abusos (Seto et al., 2015). A pontuação máxima do SSPI-2 corresponderia ao abusador sexual com mais de uma vítima com idade inferior a 15 anos; ao menos uma vítima do sexo masculino com idade inferior a 15 anos; ao menos uma vítima com idade inferior a 12 anos; ao menos uma vítima com relação extrafamiliar com o abusador e o consumo de pornografia infantil. Assim, os resultados obtidos na presente pesquisa confirmam que a presença de vítimas menores de 6 anos; alguma vítima do sexo masculino ou tanto do sexo masculino quanto feminino; abuso cometido em contexto extrafamiliar; histórico de outros abusos sexuais, bem como o consumo de pornografia infantil, já que estão incluídos na amostra os abusadores duais, estão associados significativamente ao fato de o abusador possuir 2 vítimas ou mais.

De acordo com o resultado obtido na presente pesquisa, as variáveis que, conjuntamente, melhor estimaram a chance de o abusador ter duas vítimas ou mais foram a idade da vítima e o contexto familiar (intra ou extrafamiliar). Segundo o resultado obtido na presente pesquisa, o abusador que cometeu abuso contra menor de 6 anos de idade tem 3,7 vezes mais chances de abusar de outra vítima, se comparado com abusador de vítimas com idade entre 13 e 14 anos. Esse dado é coerente com a afirmação de Seto (2019) e Seto e Eke (2015) de que abusadores

com vítimas menores de 12 anos são mais propensos à repetição de abusos. Quanto à idade da vítima, Stephens et al. (2019) já havia sustentado que possuir uma vítima com idade inferior a 12 anos é item adequado para diagnosticar pedofilia, tal como consta no instrumento SSPI-2, criado para identificar interesses pedofílicos.

Ademais, o resultado da presente pesquisa indicou que a prática de abuso em contexto extrafamiliar é fator de risco para que novos abusos venham a ocorrer. De tal modo, um abusador com vítimas do contexto extrafamiliar tem 3,7 vezes mais chances de abusar de outra vítima que abusador com vítima do contexto intrafamiliar. Esse dado está alinhado com a pesquisa de Thornton et al. (2006), que indicou taxa de 18% de repetição de abusos em abusadores que tiveram alguma vítima de seu contexto extrafamiliar, em detrimento da taxa de 5% de repetição em abusadores com vítimas do círculo intrafamiliar. Nosso resultado é coerente, ainda, com o estudo de Greenberg et al. (2000) que, ao comparar as diferentes categorias de relacionamento da vítima com o agressor, destacou a relação extrafamiliar como o de maior risco de repetição de abusos. Esses dados sugerem que, quanto maior o empenho do abusador em romper obstáculos, abusando de criança de tenra idade e fora do seu círculo de intimidade, maior a chance desse indivíduo repetir o comportamento abusivo.

O resultado indicou, também, que abusadores com vítimas do sexo masculino ou com vítimas do sexo masculino e do sexo feminino são igualmente inclinados a vitimar mais de 2 vítimas. Quanto à presença de vítimas do sexo masculino, os resultados confirmam as pesquisas de Aslan e Edelmann (2014), ao apontar que abusadores sexuais com interesse por vítimas do sexo masculino ou vítimas tanto do

sexo feminino quanto masculino, são mais propensos a repetir abusos, quando comparados a abusadores que buscam vítimas somente do sexo feminino. O resultado está coerente, ainda, com os estudos de Hanson e Bussière (1998), ao apontar que abusadores com vítimas do sexo masculino ou de ambos os sexos têm maior quantidade de vítimas. Em sentido contrário, está a pesquisa que indica que o sexo da vítima não é fator de risco de reincidência (Prentky et al., 1997). No entanto, a pesquisa de Prentky confirma que abusadores com vítima do mesmo sexo tiveram taxa de repetição de abusos mais alta que abusadores com vítima do sexo oposto. Portanto, embora o autor sugira que sexo da vítima não é fator de risco de repetição de abusos, conclui que abusadores com vítimas do sexo masculino apresentaram índices superiores de repetição de abusos.

Por fim, a presente pesquisa indicou o histórico criminal específico (prática de abusos sexuais anteriores) como fator significativo para a prática de posteriores abusos. O resultado gerado confirmou que abusadores com mais de 2 vítimas têm maior porcentagem de histórico criminal de outros abusos sexuais com vítimas crianças e/ou adolescentes (98,2%). O resultado confirma a tese de Hanson e Bussière (1998) e Rice et al. (2013), que apontaram a prática de abusos anteriores como um dos mais fortes preditores de novos abusos. Também, para Long et al. (2016), o histórico de abusos anteriores é um dos preditores mais confiáveis de novos abusos. Soma-se a tais resultados, a afirmação recorrente da literatura de que o simples interesse sexual por uma criança já é forte indicador de repetição de abusos sexuais (Hanson & Bussière, 1998; Seto et al., 2015; Stephens et al., 2019).

Cabe uma discussão sobre a presença simultânea de algumas variáveis no grupo de abusadores duais e a tendência à repetição de abusos, bem como o diagnóstico de pedofilia. Os resultados da presente pesquisa demonstraram que os abusadores duais, quando comparados aos demais abusadores, foram o grupo com o maior percentual para possuir vítimas do contexto extrafamiliar (60,7%) ou vítimas tanto do círculo extra como intrafamiliar (19,6%). Também, os abusadores duais indicaram o maior percentual de histórico de outros abusos sexuais (99,1%). Os abusadores duais atingiram o maior índice, ainda, em relação à quantidade de vítimas com 2-3 vítimas e mais de 4 vítimas (65,5%). Além disso, as vítimas do sexo masculino e vítimas de ambos os sexos eram mais presentes no grupo de abusador dual. Sendo assim, constata-se que as variáveis que mais caracterizaram os abusadores duais correspondem aos fatores associados ao risco de abuso contra duas ou mais vítimas, quais sejam, a presença de vítimas do sexo masculino ou de ambos os sexos; a relação extrafamiliar do abusador com alguma vítima, além de ter maior porcentagem de histórico criminal específico (prática de outros abusos sexuais) e a pornografia infantil.

Esses dados permitem propor que os abusadores duais preenchem os fatores considerados associados significativamente à repetição da prática de abusos. Esta conclusão é corroborada por Henshaw et al. (2018), que aponta a orientação antissocial e os desvios sexuais como os melhores preditores de reincidência. Enquanto abusadores *on-line* demonstram alta taxa de desvio sexual e baixa taxa de antissocialidade, os abusadores duais demonstram alta taxa em ambos, indicando que este grupo têm um risco aumentado de repetição dos abusos.

De outro lado, os fatores associados ao abuso de duas vítimas ou mais, que também caracterizam os abusadores duais, quais sejam, a presença de alguma vítima menor de 6 anos; mais vítimas do sexo masculino ou de ambos os sexos; abuso em contexto extrafamiliar, além de ter mais histórico criminal específico (prática de outros abusos sexuais) podem sugerir o diagnóstico de pedofilia. Conforme pesquisado por Stephens et al. (2019), ao aplicar o SSPI-2, a presença de vítimas tanto do sexo feminino quanto do sexo masculino foi identificada como fator associado ao diagnóstico de pedofilia. Também o contexto extrafamiliar do abuso, um dos fatores característicos dos abusadores duais, é um dado recorrente no histórico de indivíduos tipicamente pedófilos (Pritchard & Bagley, 2000). Segundo Babchishin et al. (2015) e Sotoca-Plaza et al. (2020), os abusadores duais preencheram mais critérios para pedofilia, quando comparados com os outros dois grupos. Tal afirmação é reforçada por Herrero e Negrodo (2016), ao sugerir que os abusadores duais são o grupo que mais preenche diagnóstico de pedofilia. De acordo com Babchishin et al. (2019), os abusadores duais têm pontuação mais alta para o interesse em crianças (71%), quando comparados aos abusadores em geral (61%).

Também, Baltieri e Andrade (2008) indicaram que o abusador sexual “em série”, termo usado para designar o abusador com mais de três vítimas, atende melhor a critérios de pedofilia, quando comparado a abusadores sexuais “não seriais”, com menos de três vítimas. Baltieri e Boer (2015), ao pesquisarem amostra de abusadores sexuais brasileiros, concluíram que há um subgrupo de abusadores com níveis mais altos de impulsividade e, portanto, com maior quantidade de vítimas. Daí, talvez seja possível concluir, em consonância com o afirmado por Seto et al. (2015), que o traço

de pedofilia pode explicar a razão de alguns consumidores de pornografia infantil também cometeram abusos físicos, tornando-se abusadores duais e deixando de ser abusadores *on-line*.

Os resultados trazidos pela presente pesquisa sugerem que os abusadores possuem distintos comportamentos, diversas motivações para o abuso e diferentes níveis de riscos de repetição de abusos. A análise de algumas das variáveis apresentadas neste estudo, tais como o sexo da vítima, o contexto familiar da vítima, o histórico de outros abusos pelo abusador e prática simultânea de abusos físicos e *on-line* serviriam de critérios ao magistrado, para fixação da pena adequada, assim como, para avaliação de pedido de liberdade. Seria muito oportuno, ainda, que as decisões judiciais pudessem incluir alternativas clínicas e terapêuticas ao abusador, durante sua permanência no cárcere. Tais medidas, simples e não onerosas, seriam capazes de proporcionar um retorno do abusador à sociedade, de maneira mais adequada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do presente estudo está em apresentar o perfil criminal e sociodemográfico de abusadores sexuais de vítimas menores de 14 anos de idade, e, de maneira inédita com a população brasileira, comparar os abusadores físicos, *on-line* e duais, apresentando as diferenças significativas entre os três grupos. Além disso, este estudo é relevante e inédito, na medida em que propõe alguns fatores de risco para repetição de abusos sexuais contra vítimas menores de 14 anos.

O presente estudo partiu da definição do termo abusador sexual de crianças e adolescentes e do esclarecimento de dubiedades conceituais para, em seguida, realizar uma revisão sistemática de estudos desenvolvidos pela Psicologia ibero-americana acerca do abusador. Ademais, apresentamos as principais teorias e modelos explicativos sobre o interesse sexual de um adulto por crianças e adolescentes, além da classificação de abusadores sexuais e o embasamento teórico para a formação dos grupos de abusadores investigados neste estudo (abusadores físicos, *on-line* e duais) e das variáveis selecionadas para coleta e análise deste estudo. Ainda, com a finalidade de identificar as variáveis mais significativas no estudo do abusador, realizamos uma revisão sistemática na literatura internacional, a fim de identificar os principais instrumentos de avaliação desenvolvidos pela Psicologia com enfoque no abusador sexual de crianças e adolescentes. Por fim, apresentamos os estudos mais significativos sobre os fatores de risco para a repetição de abusos sexuais contra crianças e adolescentes.

As limitações importantes do presente estudo foram a ausência de participantes ativos envolvidos na pesquisa, o que impossibilitou a coleta de variáveis significativamente de ordem psicológica. Tal limitação deve-se, não bastante o contexto pandêmico mundial da COVID-19, às dificuldades, plenamente compreensíveis, de acesso ao abusador em ambiente penitenciário. A dificuldade de acesso aos participantes e a uma amostra com tamanho expressivo é um limitador característico de estudos com abusadores sexuais de crianças e adolescentes, como já apontado por Aslan e Edelman (2014). Além disso, ao desenvolver o caminho da pesquisa, um limitador significativo foi deparar-se com uma variedade de abordagens teóricas e disparidades metodológicas, como já ressaltado por Laaksonen et al. (2011). Tais limitações referem-se a diferentes definições, categorizações, amostras e medições em estudos internacionais, além da quantidade, ainda reduzida, de estudos sobre a temática em âmbito nacional. Com isso, reforça-se a importância de estudos como este, que possam identificar características típicas de grupos de abusadores com comportamentos distintos e contribuir com as medidas de enfrentamento aos abusos.

Outro limitador foi a impossibilidade de acesso à íntegra dos autos da ação penal. Isto determinou que a variável 'histórico criminal' se apoiasse em informações registradas pela decisão judicial, e não em folha de antecedentes criminais, expedida por órgãos de polícia. Em posse destes documentos, teria sido possível analisar quais crimes foram praticados, em que momento e periodicidade.

Ainda, há limitação da pesquisa em não ser generalizável para outras populações de abusadores sexuais, para além de indivíduos definitivamente

condenados por crimes de abuso sexual de crianças e adolescentes. Por outro lado, o fato de ter sido uma pesquisa integralmente documental permitiu escapar das limitações próprias de um autorrelato, para coletar informações prestadas do abusador, mas confrontadas com as declarações da vítima, de testemunhas do convívio do abusador e/ou vítima, além do testemunho dos policiais que efetivaram a prisão em flagrante do abusador. Um dado importante, por exemplo, foi confirmar o alto índice de subnotificação de abusos sexuais.

Estudos futuros poderão ampliar a amostra em outros Estados brasileiros e para além de populações forenses; validar instrumentos internacionais para a população brasileira ou construir instrumentos adaptados para as especificidades encontradas, seja para permitir diagnóstico de pedofilia, seja para identificar distorções cognitivas ou ainda, com a finalidade de prever abusos ou sua repetição. São igualmente bem-vindos estudos que avaliem os subtipos de comportamentos de abusadores do grupo *on-line*, tais como dirigidos a contato ou movidos exclusivamente à fantasia. Por fim, são necessários estudos experimentais para avaliar se abusadores sexuais de crianças e adolescentes podem apresentar resultados positivos ao submeterem-se a processo terapêutico.

REFERÊNCIAS

- Abel, G. G., Becker, J. V., & Cunningham-Rathner, J. (1984). Complications, consent, and cognitions in sex between children and adults. *International Journal of Law and Psychiatry*, 7(1), 89-103. [https://doi.org/10.1016/0160-2527\(84\)90008-6](https://doi.org/10.1016/0160-2527(84)90008-6)
- Abel, G. G., Becker, J. V., Cunningham-Rathner, J., Mittelman, M., & Rouleau, J. L. (1988). Multiple paraphilic diagnoses among sex offenders. *Bulletin of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 16(2), 153-168. https://fairplayforwomen.com/wp-content/uploads/2017/11/153.full_.pdf
- Abel, G. G., Jordan, A., Hand, C. G., Holland, L. A., & Phipps, A. (2001). Classification models of child molesters utilizing the Abel Assessment for sexual interest. *Child Abuse & Neglect*, 25(5), 703-718. [https://doi.org/10.1016/s0145-2134\(01\)00227-7](https://doi.org/10.1016/s0145-2134(01)00227-7)
- Ahlers, C. J., Schaefer, G. A., Mundt, I. A., Roll, S., Englert, H., Willich, S. N., & Beier, K. M. (2011). How unusual are the contents of paraphilias? Paraphilia-associated sexual arousal patterns in a Community-based sample of men. *Journal of Sexual Medicine*, 8(5), 1362-1370. <https://doi.org/10.1111/j.1743-6109.2009.01597.x>
- Aslan, D., & Edelman, R. (2014). Demographic and offence characteristics: A comparison of sex offenders convicted of possessing indecent images of children, committing contact sex offences or both offences. *The Journal of Forensic*

Psychiatry & Psychology, 25(2), 121-134.

<https://doi.org/10.1080/14789949.2014.884618>

Aydin, B., Akbas, S., Turla, A., Dundar, C., Yuce, M., & Karabekiroglu, K. (2015). Child sexual abuse in Turkey: An analysis of 1002 cases. *Journal of Forensic Sciences*, 60(1), 61-65. <https://doi.org/10.1111/1556-4029.12566>

American Psychiatric Association. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. Artmed

Babchishin, K. M., Hanson, R. K., & Hermann, C. A. (2010). The characteristics of online sex offenders: A meta-analysis. *Sexual Abuse*, 23(1), 92-123.

<https://doi.org/10.1177/1079063210370708>

Babchishin, K. M., Hanson, R. K., & Helmus, L. (2012). Communicating Risk for Sex Offenders: Risk Ratios for Static-2002R. *Sexual Offender Treatment*, 7.

[http://www.static99.org/pdffdocs/Research-](http://www.static99.org/pdffdocs/Research-BabchishinEtAl(2012)RiskRatiosForStatic-2002R-2013-10-25.pdf)

[BabchishinEtAl\(2012\)RiskRatiosForStatic-2002R-2013-10-25.pdf](http://www.static99.org/pdffdocs/Research-BabchishinEtAl(2012)RiskRatiosForStatic-2002R-2013-10-25.pdf)

Babchishin, K. M., Hanson, R. K., & Blais, J. (2013). Less Is More. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 28(3), 187–217.

<https://doi:10.1177/1079063215569544>

Babchishin, K. M., Hanson, R. K., & VanZuylen, H. (2015). Online child pornography offenders are different: A meta-analysis of the characteristics of online and offline sex offenders against children. *Archives of Sexual Behavior*, 44(1), 45-66.

<https://doi.org/10.1007/s10508-014-0270-x>

Babchishin, K. M., Seto, M. C., Fazel, S., & Långström, N. (2019). Are there early risk markers for pedophilia? A nationwide case-control study of child sexual

- exploitation material offenders. *The Journal of Sex Research*, 56(2), 203-212.
<https://doi.org/10.1080/00224499.2018.1492694>
- Baltieri, D. A. (2013). Pedofilia como transtorno comportamental psiquiátrico crônico e transtornos comportamentais assemelhados. *Brasília Médica*, 50(2), 122-131.
<http://rbm.org.br/details/97/pt-BR/pedofilia-como-transtorno-comportamental-psiquiatrico-cronico-e-transtornos-comportamentais-assemelhados>
- Baltieri, D. A., & Andrade, A. G. (2008). Alcohol and drug consumption among sexual offenders. *Forensic Science International*, 175(1), 31-35.
<https://doi.org/10.1016/j.forsciint.2007.05.004>
- Baltieri, D. A., & Andrade, A. G. (2009). Treatment of paraphilic sexual offenders in Brazil: Issues and controversies. *International Journal of Forensic Mental Health*, 8(3), 218-223. <https://doi.org/10.1080/14999010903362369>
- Baltieri, D. A., & Boer, D. P. (2015). Two clusters of child molesters based on impulsiveness. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 37(2), 139-145.
<https://doi.org/10.1590/1516-4446-2014-1568>
- Bates, A., & Metcalf, C. (2007). A psychometric comparison of internet and non-internet sex offenders from a community treatment sample. *Journal of Sexual Aggression*, 13(1), 11-20. <https://doi.org/10.1080/13552600701365654>
- Beech, A. R., Fisher, D. D., & Thornton, D. (2003). Risk assessment of sex offenders. *Professional Psychology: Research and Practice*, 34, 339-352.
<https://doi:10.1037/0735-7028.34.4.339>
- Beier, K. M., Ahlers, C. J., Goecker, D., Neutze, J., Mundt, I. A., Hupp, E., & Schaefer, G. A. (2009). Can pedophiles be reached for primary prevention of child

sexual abuse? First results of the Berlin Prevention Project Dunkelfeld (PPD).

Journal of Forensic Psychiatry & Psychology, 20(6), 851-867.

<https://doi.org/10.1080/14789940903174188>

Boer, D. P., Hart, S. J., Kropp, P. R., & Webster, C. D. (1997). *Manual for the Sexual Violence Risk - 20: Professional Guidelines for Assessing Risk of Sexual Violence*. The Institute Against Family Violence.

Bourke, M. L., & Hernandez, A. E. (2009). The 'Butner Study' redux: A report of the incidence of hands-on child victimization by child pornography offenders. *Journal of Family Violence*, 24(3), 183-191. <https://doi.org/10.1007/s10896-008-9219-y>

Briggs, P., Simon, W. T., & Simonsen, S. (2011). An exploratory study of internet-initiated sexual offenses and the chat room sex offender: Has the internet enabled a new typology of sex offender? *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 23(1), 72-91. <https://doi.org/10.1177/1079063210384275>

Burke, A., Sowerbutts, S., Blundell, B., & Sherry, M. (2002). Child pornography and the internet: Policing and treatment issues. *Psychiatry, Psychology and Law*, 9(1), 79-84. <https://doi.org/10.1375/132187102760196925>

Bumby, K. M. (1996). Assessing the Cognitive Distortions of Child Molesters and Rapists: Development and Validation of the MOLEST and RAPE Scales. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 8(1), 37-54.

<https://doi:10.1177/107906329600800105>

Câmara dos Deputados. (2017, May 25). *Leis que endurecem penas e combate à exploração sexual infantil são sancionadas*. Rádio Agência.

<https://www.camara.leg.br/radio/radioagencia/514965-leis-que-endurecem-penas-e-combate-a-exploracao-sexual-infantil-sao-sancionadas/>

Câmara dos Deputados. (2019, May 28). *Debatedores apontam caminhos para enfrentar exploração sexual de crianças e adolescentes*.

<https://www.camara.leg.br/noticias/558542-debatedores-apontam-caminhos-para-enfrentar-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes/>

Christensen, L. (2017). Child sexual offenders: The psychology of offending. In W. Petherick, & G. Sinnamon (Eds.), *Victims of child sexual abuse: The psychology of victims*. (pp. 419-438). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-809287-3.00014-6>

Coto, S. D., & Tarragó, O. F. (2014). Flujo de material pornográfico infantil online: Estudio exploratório em 10 países de América Latina com foco em Uruguay. *Ciências Psicológicas*, 8(1), 55-67. <https://doi.org/10.22235/cp.v8i1.1040>

Costa, L. P., Rocha, C. J. B., & Cavalcante, L. I. C. (2018). Características biopsicossociais entre acusados de agressão sexual contra crianças/adolescentes em contextos intra e extrafamiliar. *Trends in Psychology*, 26(1), 283-295. <https://doi.org/10.9788/TP2018.1-11Pt>

Craig, L. A., Thornton, D., Beech, A., & Browne, K. D. (2007). The relationship of statistical and psychological risk marker to sexual reconviction in child molesters. *Criminal Justice and Behavior*, 34, 314-329. <https://doi:10.1177/0093854806291416>

- Decreto-lei nº 2.848 do Código Penal. (1940). Diário Oficial da União: Seção 1, p. 23911. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Dethlefsen, A., & Hansen, J. (2011). Outcome Evaluation of the Colorado Sex Offender Management Board Standards and Guidelines: A Report of Findings Regarding Program Effectiveness. *Colorado Department of Public Safety*. https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:McNgS_vl4cgJ:https://cdpsdocs.state.co.us/somb/RRP/REPORTS/Attachment_F_2011_Adult_Standards_and_Guidelines_Outcome_Evaluation.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br
- Díaz, R. J. (2016). Tratamiento de um caso de pedofilia desde la Terapia de Aceptación y Compromiso (ATC). *Avances en Psicología Latinoamericana*, 34(3), 529-541. <https://doi.org/10.12804/apl34.3.2016.07>
- Economist Intelligence Unit. (2020). *United Kingdom*. Recuperado em 17 de dezembro, 2021, de <https://outoftheshadows.eiu.com/data-visualisation/>
- Elliott, I. A., Beech, A. R., Mandeville-Norden, R., & Hayes, E. (2009). Psychological profiles of internet sexual offenders: Comparisons with contact sexual offenders. *Sexual Abuse*, 21(1), 76-92. <https://doi.org/10.1177/1079063208326929>
- Epperson, D. L., Kaul, J. D., Huot, S., Goldman, R., & Alexander, W. (2003). Minnesota Sex Offender Screening Tool - Revised (MnSOST—R) technical paper: Development, validation, and recommended risk level cut scores. *Iowa State University Department of Psychology*. <https://rsoresearch.files.wordpress.com/2012/01/ia-state-study.pdf>

- Farrington, D. P. (1996). The explanation and prevention of youthful offending. In J. D. Hawkins (Ed.), *Delinquency and crime: Current theories*. (pp. 68-148). Cambridge University Press.
- Feelgood, S., & Hoyer, J. (2008). Child molester or paedophile? Sociolegal versus psychopathological classification of sexual offenders Against children. *Journal of Sexual Agression*, 14(1), 33-43. <https://doi.org/10.1080/13552600802133860>
- Finkelhor, D. (1994). The international epidemiology of child sexual abuse. *Child Abuse and Neglect*, 18(5), 409-417. [https://doi.org/10.1016/0145-2134\(94\)90026-4](https://doi.org/10.1016/0145-2134(94)90026-4)
- Finkelhor, D., & Baron, I. (1986). Risk factors for child sexual abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 1(1), 43-71. <https://doi.org/10.1177/088626086001001004>
- Finkelhor, D., Shattuck, A., Turner, H. A., & Hamby, S. L. (2014). The lifetime prevalence of child sexual abuse and sexual assault assessed in late adolescence. *Journal of Adolescent Health*, 55(3), 329-333. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2013.12.026>
- Gannon, T. A., & O'Connor, A. (2011). The Development of the Interest in Child Molestation Scale. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 23(4), 474–493. <https://doi:10.1177/1079063211412390>
- Gerwinn, H., Weiß, S., Tenbergen, G., Amelung, T., Födisch, C., Pohl, A., Massau, C., Kneer, J., Mohnke, S., Kärgel, C., Wittfoth, M., Jung, S., Drumkova, K., Schiltz, K., Walter, M., Beier, K. M., Walter, H., Ponseti, J., Schiffer, B., & Kruger, T. H. C. (2018). Clinical characteristics associated with paedophilia and child sex

- offending – Differentiating sexual preference from offence status. *European Psychiatry*, 51, 74-85. <https://doi.org/10.1016/j.eurpsy.2018.02.002>
- Greenberg, D., Bradford, J., Firestone, P., & Curry, S. (2000). Recidivism of child molesters: A study of victim relationship with the perpetrator. *Child Abuse and Neglect*, 24(11), 1485-1494. [https://doi.org/10.1016/s0145-2134\(00\)00197-6](https://doi.org/10.1016/s0145-2134(00)00197-6)
- Gregório Hertz, P., Eher, R., Etzler, S., & Rettenberger, M. (2019). Cross-Validation of the Revised Version of the Violence Risk Appraisal Guide (VRAG-R) in a Sample of Individuals Convicted of Sexual Offenses. *Sexual Abuse*, 33(1), 63-87. <https://doi.org/10.1177/1079063219841901>
- Groth-Marnat, G. (2003). *Handbook of psychological assessment*. 4. ed. John Wiley & Sons Inc.
- Groth, A. N., & Birnbaum, H. J. (1978). Adult sexual orientation and attraction to underage persons. *Archives of Sexual Behavior*, 7(3), 175-181. <https://doi.org/10.1007/BF01542377>
- Grubin, D. (1999). Actuarial and clinical assessment of risk in sex offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 14(3), 331-343. <https://doi.org/10.1177/088626099014003007>
- Hanson, R. K., & Bussière, M. T. (1998). Predicting relapse: A meta-analysis of sexual offender recidivism studies. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 66(2), 348-362. <https://doi.org/10.1037//0022-006x.66.2.348>
- Hanson, R. K., & Thornton, D. (2000). Improving risk assessments for sex offenders: A comparison of three actuarial scales. *Law and Human Behavior*, 24(1), 119-136. <https://doi.org/10.1023/a:1005482921333>

- Hanson, R. K., & Morton-Bourgon, K. E. (2005). The characteristics of persistent sexual offenders: A meta-analysis of recidivism studies. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 73*(6), 1154-1163. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.73.6.1154>
- Hanson, R. K., & Morton-Bourgon, K. E. (2009). The accuracy of recidivism risk assessments for sexual offenders: A meta-analysis of 118 prediction studies. *Psychological Assessment, 21*(1), 1-21. <https://doi.org/10.1037/a0014421>
- Hanson, R. K., Helmus, L.M., & Harris, A. J. R. (2015). Assessing the Risk and Needs of Supervised Sexual Offenders. *Criminal Justice and Behavior, 42*(12), 1205–1224. <https://doi:10.1177/0093854815602094>
- Harris, G., Rice, M., & Quinsey, V. (1993). Violent recidivism of mentally disordered offenders: The development of a statistical prediction instrument. *Criminal Justice and Behavior, 20*. 315-335. <https://doi.org/10.1177/0093854893020004001>
- Hart-Kerkhoffs, L. A., Doreleijers, T. A. H., Jansen, L. M. C., van Wijk, A. P. H., & Bullens, R. A. R. (2009). Offense related characteristics and psychosexual development of juvenile sex offenders. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health, 3*(1), 19-28. <https://doi.org/10.1186/1753-2000-3-19>
- Helmus, L., Ciardha, C. Ó., & Seto, M. C. (2015). The Screening Scale for Pedophilic Interests (SSPI): Construct, predictive, and incremental validity. *Law and Human Behavior, 39*(1), 35-43. <https://doi.org/10.1037/lhb0000099>
- Helmus, L., Hanson, R. K., Babchishin, K. M., & Mann, R. E. (2012). Attitudes supportive of sexual offending predict recidivism. *Trauma, Violence, & Abuse, 14*(1), 34-53. <https://doi.org/10.1177/1524838012462244>

- Henshaw, M. (2017). The demographic, mental health and offending characteristics of online child pornography offenders: A comparison with contact-only and dual sexual offenders [Tese de doutorado]. Swinburne University of Technology.
- Henshaw, M., Ogloff, J. R. P., & Clough, J. A. (2018). Demographic, mental health, and offending characteristics of online child exploitation material offenders: A comparison with contact-only and dual sexual offenders. *Behavioral Sciences & the Law*, 36(2), 198-215. <https://doi.org/10.1002/bsl.2337>
- Herbert, J. L., & Bromfield, L. (2019). Multi-disciplinary teams responding to child abuse: Common features and assumptions. *Children and Youth Services Review*, 106(3), 104467. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.1>
- Herrero, O. (2013). ¿Por qué no reincide la mayoría de los agresores sexuales? *Anuario de Psicología Jurídica*, 23(1), 71-77. <https://doi.org/10.5093/aj2013a11>
- Herrero, O., & Negrodo, L. (2016). Evaluación del interés sexual hacia menores. *Anuario de Psicología Jurídica*, 26, 30-40. <https://doi.org/10.1016/j.apj.2016.04.007>
- Howells, K. (1994). Child sexual abuse: Finkelhor's precondition model revisited. *Psychology, Crime, and Law*, 1(3), 201-214. <https://doi.org/10.1080/10683169508411956>
- Howitt, D., & Sheldon, K. (2007). The role of cognitive distortions in paedophilic offending: Internet and contact offenders compared. *Psychology, Crime, and Law*, 13(5), 469-486. <https://doi.org/10.1080/10683160601060564>
- Internet Watch Foundation, IWF. (2019). *The Why. The How. The Who. And the Results – IWF Annual Report 2019*. <https://www.iwf.org.uk/>

- Interpol, ECPAT. (2018). *Towards a global indicator on unidentified victims in child sexual exploitation material: Summary report*. <https://ecpat.org/wp-content/uploads/2021/05/TOWARDS-A-GLOBAL-INDICATOR-ON-UNIDENTIFIED-VICTIMS-IN-CHILD-SEXUAL-EXPLOITATION-MATERIAL-Summary-Report.pdf>
- Knight, R. A. (1989). An assessment of the concurrent validity of a child molester typology. *Journal of Interpersonal Violence*, 4(2), 131-150.
<https://doi.org/10.1177/088626089004002001>
- Koçtürk, N., & Yüksel, F. (2019). Characteristics of victims and perpetrators of intrafamilial sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 96, 104122.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104122>
- Laaksonen, T., Sariola, H., Johansson, A., Jern, P., Varjonen, M., von der Pahlen, B., Sandnabba, N. K., & Santtila, P. (2011). Changes in the prevalence of child sexual abuse, its risk factors, and their associations as a function of age cohort in a Finnish population sample. *Child Abuse & Neglect*, 35(7), 480-490.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2011.03.004>
- Lagrotta, R. F., & Wechsler, S. (2020). O perfil psicológico do abusador sexual infantil: Estado da arte na produção científica íbero-latina (no prelo).
- Lei Federal nº 7.210. (1984). Diário Oficial da União.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm
- Lei nº 8.069. (1990). Diário Oficial da União.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Lei nº 13.431. (2017). Diário Oficial da União.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm

Lei nº 13.441. (2017). Diário Oficial da União.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13441.htm

Long, M. L., Alison, L. A., & McManaus, M. A. (2012). Child pornography and likelihood of contact abuse: A comparison between contact child sexual offenders and noncontact offenders. *Sexual Abuse, 25*(4), 370-395.

<https://doi.org/10.1177/1079063215464398>

Long, M. L., Alison, L. A., Tejeiro, R., Hendricks, E., & Giles, S. (2016). KIRAT: Law enforcement's prioritization tool for investigating indecent image offenders.

Psychology, Public Policy, and Law, 22(1), 12-21.

<https://doi.org/10.1037/law0000069>

Macpherson, G. J. D. (2003). Predicting escalation in sexually violent recidivism: Use of the SVR-20 and PCL: SV to predict outcome with non-contact recidivists and contact recidivists. *Journal of Forensic Psychiatry & Psychology, 14*(3), 615-627.

<https://doi.org/10.1080/14789940310001615470>

Mair, K. J., & Stevens, R. H. (1994). Offending histories and offending behaviour: A ten year follow-up of sex offenders tried by sheriff and district courts in Grampian, Scotland. *Psychology, Crime & Law, 1*(1), 83-92.

<https://doi.org/10.1080/10683169408411938>

Mann, R., Webster, S., Wakeling, H., & Marshall, W. (2007). The measurement and influence of child sexual abuse supportive beliefs. *Psychology, Crime & Law, 13*(5), 443-458. <https://doi.org/10.1080/10683160601061141>

- Marafiga, C. V., Falcke, D., & Teodoro, M. L. M. (2017). Pedofilia: História de vida e o retorno para a família por meio de alta progressiva. *Revista da SPAGESP*, 18(1), 48-62. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v18n1/v18n1a05.pdf>
- McCarthy, J. A. (2010). Internet sexual activity: A comparison between contact and non-contact child pornography offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 16(2), 181-195. <https://doi.org/10.1080/13552601003760006>
- McGrath, R. J., Lasher, M. P., & Cumming, G. F. (2012). The Sex Offender Treatment Intervention and Progress Scale (SOTIPS). *Sexual Abuse: A Journal of Research Treatment*, 24(5), 431-458. <https://doi.org/10.1177/1079063211432475>
- McKillop, N., Smallbone, S., Wortley, R., & Andjic, I. (2012). Offenders' attachment and sexual abuse onset: A test of theoretical propositions. *Sexual Abuse*, 24(6), 591-610. <https://doi.org/10.1177/10790663512445571>
- McManus, M. A., Long, M. L., Alison, L., & Almond, L. (2015). Factors associated with contact child sexual abuse in a sample of indecent image offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 21(3), 368-384. <https://doi.org/10.1080/13552600.2014.927009>
- McTavish, J. R., Sverdlichenko, I., MacMillan, H. L., & Wekerle, C. (2019). Child sexual abuse, disclosure and PTSD: A systematic and critical review. *Child Abuse & Neglect*, 92, 196-208. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.04.006>
- Merdian, H. L., Curtis, C., Thakker, J., Wilson, N., & Boer, D. P. (2013). The three dimensions of online child pornography offending. *Journal of Sexual Aggression*, 19(1), 121-132. <https://doi.org/10.1080/13552600.2011.611898>

- Miccio-Fonseca, L. C., & Rasmussen, L. A. (2012). Advancement in Risk Assessment of Sexually Abusive Youth: Applicability of MEGA to Low Intellectual Functioning Youth. *Journal of Child & Adolescent Trauma*, 2(3), 161–178. <https://doi:10.1080/19361520903120186>
- Ministério da Saúde. (2018). *Boletim epidemiológico*. <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/novembro/13/boletim-epidemiologico.pdf>.
- Ministério dos Direitos Humanos. (2018). *Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas*. <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/crianca-e-adolescente/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf>
- Ministerio del Interior, Dirección General de Instituciones Penitenciarias. (s.d.). *Documentos penitenciários 3: El control de la agresión sexual: Programa de intervención en el médio penitenciário*. http://www.interior.gob.es/documents/642317/1201664/EI_control_de_la_agresio_n+sexual_Programa_de_intervenci%C3%B3n_en_el_medio_penitenciario_126100334.pdf/ca7a2673-5ce8-4c8d-a2ef-2360fb75b05b
- Mitchell, R. C., & Galupo, M. P. (2016). Interest in child molestation among a community sample of men sexually attracted to children. *Journal of Sexual Aggression*, 22(2), 224-232. <https://doi.org/10.1080/13552600.2015.1056263>

Moura, A. S., & Koller, S. H. (2008). A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: Um estudo sobre distorções cognitivas. *Psico-USF*, 13(1), 85-94.
<https://www.scielo.br/j/pusf/a/hqfkXbLZsBssDYPjfVfVnyB/?format=pdf&lang=pt>

Negredo, L., & Herrero, O. (2016). Child pornography on the internet. *Papeles del Psicólogo*, 37(3), 217-223.
https://www.researchgate.net/publication/309921787_Child_pornography_on_the_internet

Neutze, J., Seto, M. C., Schaefer, G. A., Mundt, I. A., & Beier, K. M. (2011). Predictors of child pornography offenses and child sexual abuse in a community sample of pedophiles and hebephiles. *Sexual Abuse*, 23(2), 212-242.
<https://doi.org/10.1177/1079063210382043>

Nicoletti, M., Giacomozzi, A. I., & Cabral, M. F. (2017). Análise de dois estudos de casos sobre abuso sexual cometido por mães. *Revista de Psicologia*, 35(2), 423-452. <https://doi.org/10.18800/psico.201702.002>

O'Connell, R. (2003). A typology of cyber sexploitation and online grooming practices. University of Central Lancashire. <http://image.guardian.co.uk/sys-files/Society/documents/2003/07/24/Netpaedoreport.pdf>

Olver, M. E., Marshall, L. E., Marshall, W. L., & Nicholaichuck, T. P. (2018). A long-term outcome assessment of the effects on subsequent reoffense rates of a prison-based CBT/RNR sex offender treatment program with strength-based elements. *Sexual Abuse*, 32(2), 127-153.
<https://doi.org/10.1177/1079063218807486>

- Ortega-Campos, E., García-García, J., & Zaldívar-Basurto, F. (2017). The predictive validity of the Structured Assessment of Violence Risk in Youth for young Spanish offenders. *Frontiers in Psychology, 8*, 577-585.
<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.00577>
- Pechorro, P. S., Poiares, C., & Vieira, R. X. (2008). Caracterização psicológica de uma amostra forense de abusadores sexuais. *Análise Psicológica, 26*(4), 615-623. <https://scielo.pt/pdf/aps/v26n4/v26n4a07.pdf>
- Pérez, N., & Caricote, E. (2014). Concepción noémica del abusador sexual infantil. *Salus: Revista de la Facultad de Ciencias de la Salud, 18*(3), 21-26.
<https://www.redalyc.org/pdf/3759/375939028005.pdf>
- Pimentel, A. (2010). Avaliação psicológica na DEAM: Um estudo de caso de violência sexual infantil. *Revista Mal Estar e Subjetividade, 10*(2), 585-603.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000200010
- Pinto Junior, A. A., & Tardivo, L. S. P. C. (2015). Estudio del funcionamiento psicodinámico de agresores sexuales com el Cuestionario Desiderativo. *Subjetividad y Procesos Cognitivos, 19*(2), 187-207.
<http://dspace.uces.edu.ar:8180/xmlui/handle/123456789/3461>
- Prentky, R. A., Lee, A. F., Knight, R. A., & Cerce, D. (1997). Recidivism rates among child molesters and rapists: A methodological analysis. *Law and Human Behavior, 21*(6), 635-659. <https://doi.org/10.1023/a:1024860714738>
- Prentky, R., Righthand, S., Knight, R., Carpenter, E., Hecker, J. E., & Nangle, D. (2003). Factor Structure and Validation of the Juvenile Sex Offender Assessment

- Protocol (J-SOAP). *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 17(1), 13–30. <https://doi:10.1177/107906320501700103>
- Pritchard, C., & Bagley, C. (2000). Multi-criminal and violent groups among child sex offenders: A heuristic typology in a 2-year cohort of 374 men in two English counties. *Child Abuse & Neglect*, 24(4), 579-586. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(00\)00108-3](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(00)00108-3)
- Quayle, E. (2008). The COPINE Project. *Irish Probation Journal*, 5, 65-83. https://www.pure.ed.ac.uk/ws/portalfiles/portal/12893845/The_COPINE_Project.pdf
- Quayle, E., & Taylor, M. (2002). Child pornography and the internet: Perpetuating a cycle of abuse. *Deviant Behavior*, 23(4), 331-362. <https://doi.org/10.1080/01639620290086413>
- Quayle, E., & Taylor, M. (2003). *Child pornography: An internet crime*. <https://doi.org/10.4324/9780203695548>
- Quayle, E., Vaughan, M., & Taylor, M. (2006). Sex offenders, internet child abuse images and emotional avoidance: The importance of values. *Aggression and Violent Behavior*, 11(1), 1-11. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2005.02.005>
- Quinsey, V. L., Harris, G. T., Rice, M. E., & Cormier, C. A. (2006). Violent offenders: Appraising and managing risk (2nd ed.). *American Psychological Association*. <https://doi.org/10.1037/11367-000>
- Rettenberger, M., Rice, M. E., Harris, G. T., & Eher, R. (2017). Actuarial risk assessment of sexual offenders: The psychometric properties of the Sex Offender

- Risk Appraisal Guide (SORAG). *Psychological Assessment*, 29(6), 624-638.
<https://doi.org/10.1037/pas0000390>
- Rice, M. E., Harris, G. T., & Lang, C. (2013). Validation of and revision to the VRAG and SORAG: The Violence Appraisal Guide – Revised (VRAG-R). *Psychological Assessment*, 25(3), 951-965. <https://doi.org/10.1037/a0032878>
- Richards, K. (2011). Misperceptions about child sex offenders. *Trends & Issues in Crime and Criminal Justice*, 429.
<https://www.aic.gov.au/publications/tandi/tandi429>
- Salter, D., McMillan, D., Richards, M., Talbot, T., Hodges, J., Bentovim, A., Hastings, R., Stevenson, J., & Skuse, D. (2003). Development of sexually abusive behaviour in sexually victimised males: A longitudinal study. *The Lancet*, 361(9356), 471-476. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(03\)12466-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(03)12466-X)
- Savoie, V., Quayle, E., & Flynn, E. (2021). Prevalence and correlates of individuals with sexual interest in children: A systematic review. *Child Abuse & Neglect*, 115, 105005. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105005>
- Scortegagna, S. A., & Amparo, D. M. (2013). Avaliação psicológica de ofensores sexuais com o método de Rorschach. *Avaliação Psicológica*, 12(3), 411-419.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712013000300016
- Seto, M. C. (2012). Is pedophilia a sexual orientation? *Archives of Sexual Behavior*, 41(1), 231-236. <https://doi.org/10.1007/s10508-011-9882-6>
- Seto, M. C. (2016). The puzzle of male chronophilias. *Archives of Sexual Behavior*, 46(1), 3-22. <https://doi.org/10.1007/s10508-016-0799-y>

- Seto, M. C. (2019). The Motivation-Facilitation Model of Sexual Offending. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 107906321772091.
<https://doi.org/10.1177/1079063217720919>
- Seto, M. C., Cantor, J. M., & Blanchard, R. (2006). Child pornography offenses are a valid diagnostic indicator of pedophilia. *Journal of Abnormal Psychology*, 115(3), 610-615. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.115.3.610>
- Seto, M. C., & Eke, A. W. (2015). Predicting recidivism among adult male child pornography offenders: Development of the Child Pornography Offender Risk Tool (CPORT). *Law and Human Behavior*, 39(4), 416-429.
<https://doi.org/10.1037/lhb0000128>
- Seto, M. C., Hanson, R. K., & Babchishin, K. M. (2010). Contact sexual offending by men with online sexual offenses. *Sexual Abuse*, 23(1), 124-145.
<https://doi.org/10.1177/1079063210369013>
- Seto, M. C., & Lalumière, M. L. (2001). A brief screening scale to identify pedophilic interests among child molesters. *Sexual Abuse*, 13(1), 15-25.
<https://doi.org/10.1023/A:1009510328588>
- Seto, M. C., Stephens, S., Lalumière, M. L., & Cantor, J. M. (2015). The Revised Screening Scale for Pedophilic Interests (SSPI-2): Development and criterion-related validation. *Sexual Abuse*, 29(7), 619-635.
<https://doi.org/10.1177/1079063215612444>
- Soldino, V., Carbonell-Vayá, E. J., & Seigfried-Spellar, K. C. (2019). Criminological differences between child pornography offenders arrested in Spain. *Child Abuse & Neglect*, 98, article 104178. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104178>

- Sotoca-Plaza, A., Ramos-Romero, M., & Pascual-Franch, A. (2020). El perfil del consumidor de imágenes de abuso sexual infantil: Semejanzas y diferencias con el agresor offline y el delincuente dual. *Anuario de Psicología Jurídica*, 30(1), 21-27. <https://doi.org/10.5093/apj2019a11>
- Stephens, S., Seto, M. C., Cantor, J. M., & Lalumière, M. L. (2019). The Revised Screening Scale for Pedophilic Interests (SSPI-2) may be a measure of pedohebephilia. *The Journal of Sexual Medicine*, 16(10), 1655-1663. <https://doi.org/10.1016/j.jsxm.2019.07.015>
- Szumski, F., Bartels, R. M., Beech, A. R., & Fisher, D. (2018). Distorted cognition related to male sexual offending: The multi-mechanism theory of cognitive distortions (MMT-CD). *Aggression and Violent Behavior*, 39, 139-151. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.02.001>
- Thornton, D., Kelley, S., & Nelligan, K. E. (2017). Protective factors and mental illness in men with a history of sexual offending. *Aggression and Violent Behavior*, 32, 29-36. <https://doi.org/10.1016/J.AVB.2016.12.003>
- Thornton, D., Mann, R., Webster, S., Blud, L., Travers, R., Friendship, C., & Erikson, M. (2006). Distinguishing and combining risks for sexual and violent recidivism. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 989(1), 225-235. <https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.2003.tb07308.x>
- Ullman, S. E. (2003). Social reactions to child sexual abuse disclosures: A critical review. *Journal of Child Sexual Abuse*, 12(1), 89-121. https://doi.org/10.1300/J070v12n01_05

- United Nation Children's Fund. (2017). *Notícia sobre o trabalho da UNICEF e as questões que afetam crianças e adolescentes: Exploração de meninos e meninas*. https://www.unicef.org/brazil/pt/media_13759.html
- Vandiver, D., & Walker, J. T. (2002). Female sex offenders: An overview and analysis of 40 cases. *Criminal Justice Review*, 27(2), 284-300.
<https://doi.org/10.1177/073401680202700205>
- Viglione, J., Rudes, D. S., & Taxman, F. S. (2015). Misalignment in supervision: Implementing risk/needs assessment instruments in probation. *Criminal Justice and Behavior*, 42(3), 263-285. <https://doi.org/10.1177/0093854814548447>
- Villanueva, L., Basto-Pereira, M., & Cuervo, K. (2020). How to improve the YLS/CMI? Exploring a particularly predictive combination of items. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 64(9), 922-937.
<https://doi.org/10.1177/0306624X19881926>
- Ward, T., & Beech, A. (2006). An integrated theory of sexual offending. *Aggression and Violent Behavior*, 11(1), 44-63. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2005.05.002>
- Ward, T., & Keenan, T. (1999). Child molesters' implicit theories. *Journal of Interpersonal Violence*, 14(8), 821-838.
<https://doi.org/10.1177/088626099014008003>
- Ward, T., & Siegert, R. J. (2002). Toward a comprehensive theory of child sexual abuse: A theory knitting perspective. *Psychology Crime and Law*, (4), 319-351.
<https://doi.org/10.1080/10683160208401823>

- Webb, L., Craissati, J., & Keen, S. (2007). Characteristics of internet child pornography offenders: A comparison with child molesters. *Sexual Abuse, 19*(4), 449-465. <https://doi.org/10.1177/107906320701900408>
- Wilson, R. J. (1999). Emotional Congruence in Sexual Offenders Against Children. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment, 11*(1), 33–47. <https://doi:10.1177/107906329901100104>
- Wilpert, J. (2018). Self-reported versus diagnosed parafilias in outpatient sexual offenders. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology, 29*(2), 252-264. <https://doi.org/10.1080/14789949.2017.1365156>
- Wong, S. C. P., & Gordon, A. (2006). The validity and reliability of the Violence Risk Scale: A treatment-friendly violence risk assessment tool. *Psychology, Public Policy, and Law, 12*, 279 –309. <https://doi:10.1037/1076-8971.12.3.279>
- World Health Organization. (2016). *Global plan of action to strengthen the role of the health system within a national multisectoral response to address interpersonal violence, in particular Against women and girls, and Against children*. <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/global-plan-of-action/en/>
- World Health Organization. (2017). *Sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças*. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/207717/9789241565356-por.pdf?ua=1>

Worling, J. R., & Curwen, T. (2001). Adolescent sexual offender recidivism: Success of specialized treatment and implications for risk prediction. *Child Abuse & Neglect*, 24(7), 965–982. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(00\)00147-2](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(00)00147-2)

ANEXOS

Anexo A - Dispensa da submissão do projeto para aprovação pelo Comitê de Ética.

21/06/2020

Gmail - Fx: Questionamento quanto à necessidade de submissão de projeto ao Comitê de Ética.



Renata Lagrotta Franco <rlagrottafranco@gmail.com>

Fw: Questionamento quanto à necessidade de submissão de projeto ao Comitê de Ética.

1 mensagem

Renata Lagrotta Franco <renatalagrotta@hotmail.com>
 Para: Renata Lagrotta Franco <rlagrottafranco@gmail.com>

4 de maio de 2020 15:19

De: comitedeetica <comitedeetica@puc-campinas.edu.br>

Enviado: segunda-feira, 4 de maio de 2020 16:11

Para: Renata Lagrotta Franco <renatalagrotta@hotmail.com>

Cc: Solange Wechsler <wechsler@puc-campinas.edu.br>

Assunto: RES: Questionamento quanto à necessidade de submissão de projeto ao Comitê de Ética.

Prezada pesquisadora, boa tarde.

Em atenção a consulta feita por você abaixo, de acordo com a Resolução 510 datada de 07/04/2016 (anexa), artigo 1º (parágrafo único), o projeto se enquadra nos incisos que não necessitam de aprovação do sistema CEP/CONEP.

Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

I pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;

II pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011 que rege o acesso à informação,

III pesquisa que utilize informações de domínio público;

IV - pesquisa censitária;

V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; e

VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem

espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e ..

Atenciosamente,

<https://mail.google.com/mail/u/2?ik=9e40ba1b96&view=pt&search=all&permthid=thread-f%3A1665784981937326108&siml=msg-f%3A1665784...> 1/2

21/06/2020

Gmail - Fw: Questionamento quanto à necessidade de submissão de projeto ao Comitê de Ética.

Secretaria do CEP-PUC-Campinas

De: Renata Lagrotta Franco [mailto:renatalagrotta@hotmail.com]

Enviada em: sexta-feira, 1 de maio de 2020 17:02

Para: comitedeetica <comitedeetica@puc-campinas.edu.br>

Cc: Solange Wechsler <wechsler@puc-campinas.edu.br>

Assunto: Questionamento quanto à necessidade de submissão de projeto ao Comitê de Ética.

Prezados,

Solicito informação quanto à necessidade de submissão de meu projeto de doutorado a este respeitável Comitê de Ética. O projeto de doutorado, cujo tema é a "Análise da tipologia do abusador sexual de crianças e adolescentes", consistirá em estudo de caráter documental, que analisará decisões judiciais disponibilizadas em sites governamentais, em formato eletrônico, com acesso aberto ao público.

Atenciosamente,

Renata Lagrotta Franco

RA: 19403039

A informação transmitida, incluindo quaisquer anexos, destina-se apenas à pessoa ou entidade a que é dirigida e pode conter material confidencial e / ou privilegiado. Qualquer revisão, retransmissão, disseminação ou outro uso de, ou tomada de qualquer ação em confiança, esta informação por pessoas ou entidades que não sejam o destinatário pretendido é proibida, e toda a responsabilidade daí decorrente é renunciada. Se você recebeu isso por engano, entre em contato com o remetente e exclua o material de qualquer computador.

 Reso510.pdf
309K

Anexo B - Classificação dos grupos de abusadores conforme crime de abuso sexual cometido.

Classificação de abusadores sexuais de crianças e adolescentes de acordo com crimes previstos no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente

Abusadores com contato físico	Abusadores on-line	Abusadores duais (com contato físico e on-line)
<p align="center">Estupro Art. 213, CP: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”</p>	<p>Art. 241-A, ECA: Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente</p>	<p>Abusador cometeu algum dos crimes do primeira coluna e, também, da segunda coluna.</p>
<p align="center">Estupro de vulnerável Art. 217-A, CP: “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”</p>	<p>Art. 241-B, ECA: Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente</p>	
<p align="center">Corrupção de menores Art. 218, CP: Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem</p>	<p>Art. 241-E, ECA: Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais.</p>	

	<p>O Superior Tribunal de Justiça esclareceu que a definição dada pelo art. 241-E do ECA não é completa, pois não abarca todas as situações de encenação que ensejam representação de pornografia infanto-juvenil, necessitando de uma valoração cultural pelo intérprete, tratando-se de norma penal explicativa que contribui para a interpretação dos tipos penais abertos criados pela Lei nº 11.829/08 e decidiu que se deve entender por "pornografia" infantil a mera imagem de crianças em posições sensuais, ainda que sem exibição de seus órgãos genitais. Destarte, se a criança ou adolescente aparece em fotos ou vídeos em posições ou poses nitidamente sensuais, com incontroversa finalidade sexual e libidinosa, mesmo se não houver nudez, resta configurado os tipos penais dos arts. 241-A e 241-B do ECA (STJ, Recurso Especial n. 1.543.267, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, j. 03.12.15).</p>	
<p>Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente Art. 218-A, CP: Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem</p>		

<p>Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.</p> <p>Art. 218-B, CP: Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone</p>		
<p>Art. 240, ECA: “Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente”</p>		
<p>Art. 241-D, ECA: “Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso”</p>		

Anexo C - Categorização das variáveis

Categorização das variáveis			
Dados Processuais	Abusador	Vítima	Relação abusador-vítima
<p>Tipo de abuso</p> <p>1 - Abuso físico 2 - Abuso on-line 3 - Abuso dual</p>	<p>Sexo</p> <p>1 - masculino 2 - feminino</p>	<p>Idade</p> <p>1 - até 6 anos 2 - 07 a 12 anos 3 - 13 a 14 anos 4 - pornografia sem referência à idade das várias vítimas</p>	<p>Contexto familiar</p> <p>1 - intrafamiliar (se morar na mesma casa da vítima ou consanguinidade até primo) 2 - extrafamiliar 3 - intra e extrafamiliar (mais de uma vítima)</p>
<p>Órgão julgador</p> <p>21-TJ/RS 23-TJ/SP 25-TRF4</p>	<p>Nível educacional</p> <p>1 - analfabeto a ensino médio 2 - nível superior 3 - pós graduação</p>	<p>Sexo</p> <p>1 - masculino 2 - feminino 3 - ambos (mais de uma vítima)</p>	<p>Uso de violência</p> <p>1- sim (penetração anal ou vaginal) 2 - não</p>
<p>Pena imposta</p> <p>1 - até 5 anos 2 - de 5 a 10 anos 3 - acima de 10 anos</p>	<p>Emprego/ocupação</p> <p>1- empregado/estudante 2- desempregado/não estudante</p>		<p>Relação de parentesco</p> <p>1- pai/mãe ou irmão 2 - padrasto/madrasta 3 - avô/tio/primo ou sem consanguinidade que reside na casa) 4 - extrafamiliar</p>
<p>Regime prisional</p> <p>1 - regime fechado 2 - semiaberto</p>	<p>Com quem reside</p> <p>1- cônjuge/companheiro</p>		<p>Consanguinidade</p> <p>1 - sim 2 - não 3 - extrafamiliar</p>

3 - aberto	2 - sozinho (tem autonomia financeira) 3 - com os pais ou sob dependência de outros (sem autonomia financeira)		
	Estado civil 1 - casado/união estável/viúvo 2 - solteiro 3 - divorciado/separado		Conhecimento prévio da vítima: 1 - sim 2 - não
	Histórico criminal 1 - primário 2 - reincidente genérico (crimes não sexuais) 3 - reincidente específico (só crimes sexuais)		
	Acesso a crianças (em razão de moradia ou exercício profissional) 1 - sim 2 - não		
	Idade do abusador 1- 18 a 25 anos 2 - 26 a 45 anos 3 - 46 a 59 anos 4 - acima de 60 anos		
	Quantidade de		

	<p>vítimas (Histórico de vida do abusador conforme relatado no processo)</p> <p>1- 1 vítima 2- 2 a 3 vítimas 3 - acima de 4 vítimas 4 - só pornografia infantil na internet (número indeterminado)</p>		
--	---	--	--